

Jocimar Lomba Albanez

ERVAIS EM *QUEDA*
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO NO
EXTREMO SUL DE MATO GROSSO (1940-1970)

Jocimar Lomba Albanez

ERVAIS EM *QUEDA*
TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO NO
EXTREMO SUL DE MATO GROSSO (1940-1970)



2013

Universidade Federal da Grande Dourados

Editora UFGD

Coordenador Editorial : Edvaldo Cesar Moretti

Técnico de apoio: Givaldo Ramos da Silva Filho

Redatora: Raquel Correia de Oliveira

Programadora Visual: Marise Massen Frainer

e-mail: editora@ufgd.edu.br

Conselho Editorial - 2009/2010

Edvaldo Cesar Moretti | Presidente

Wedson Desidério Fernandes | Vice-Reitor

Paulo Roberto Cimó Queiroz

Guilherme Augusto Biscaro

Rita de Cássia Aparecida Pacheco Limberti

Rozanna Marques Muzzi

Fábio Edir dos Santos Costa

Impressão: Gráfica e Editora De Liz | Várzea Grande | MT

Fotos de capa: MOREIRA, R. H. T. (Org). Memória fotográfica de Dourados. Dourados, MS: UFMS, 1990. e Revista Brasil-Oeste, fev. 1967, n. 121, p. 14.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981.71
A326e

Albarez, Jocimar Lomba.

Ervais em queda transformações no campo no extremo sul de Mato Grosso (1940-1970) – Dourados-MS : Ed. UFGD, 2013.

190 p.

ISBN: 978-85-61228-97-2

Possui referências.

1. Ocupação de terras – Mato Grosso. 2. Erva-mate. I. Título.

Sumário

Lista de abreviaturas e símbolos	13
Apresentação	15
Nota do autor	19
Introdução	21
Capítulo I	
Panorama do processo de ocupação não índia do antigo sul de Mato Grosso	27
1.1 Panorama Geral	27
1.2 O caso específico do extremo sul de Mato Grosso (até 1940)	39
1.3 Caracterização fisiográfica do ESMT	45
1.4 Núcleos, vilas, distritos e cidades...: breve quadro urbano	51
Capítulo 2	
Quando predomina o econômico...: a ocupação recente do ESMT (1940-1970)	61
2.1 O avanço das frentes pioneiras	63
2.2 Questão fundiária e mediação política	69
2.3 O ESMT em números	82
Superfícies e demografia	85
Um mundo rural	92
Crescimento das propriedades particulares: a terra como negócio	96
Sobre a produção	109
Capítulo 3	
Os trabalhadores e as relações de trabalho no ESMT	143
3.1 Quem formava fazendas no ESMT?	144
3.2 Alguns conceitos sobre relações de trabalho no campo	153
Parcerias	158
Arrendamentos	161
3.3 O trabalho dentre os itens de despesa na agropecuária do ESMT	163
3.4 Relações de trabalho no ESMT	170
Conclusão	185
Fontes e Bibliografias	189

História

... somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.

(MARX e ENGELS, A ideologia alemã)

A todos que trabalharam duro e sobreviveram.

Também aos que sucumbiram no processo.

A todas as mulheres trabalhadoras não remuneradas.

Às tantas crianças que desconhecem a infância.

A eles um pouco de sua (nossa) história.

À coragem que a tudo supera.

AGRADECIMENTOS

Não serei o primeiro e nem o último, por certo, a expressar a dificuldade que é elaborar a lista de agradecimentos. O desejo aqui seria expressar a gratidão que sinto a todas as pessoas que foram e são importantes para mim, às amizades sinceras, sempre e sempre fundamentais. Porém, opto por não enumerá-las, dada a limitação de espaço e para não dar margem aos lapsos de memória que me levem a cometer injustiças. De qualquer forma, amigos, companheiros, a todos a minha gratidão.

Quero agradecer em particular ao Prof. Dr. Paulo Roberto Címó Queiroz, pela maneira segura com que orientou minha pesquisa e que resultou na dissertação de mestrado defendida em 2003 pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Seus ensinamentos e conselhos, que foram muito valiosos e pertinentes naquele momento, ainda o são hoje, sete anos após a defesa, uma vez que as conversas informais com o “mestre” são sempre fonte de inspiração para trabalhos futuros. Obviamente que isso não o torna responsável pelas incorreções que eu tenha cometido.

Grato também aos professores que compuseram a banca examinadora, Prof. Dr. Otávio Canavarros e Prof. Dr. Claudio Alves de Vasconcelos, dadas as pertinentes observações e sugestões, valiosas contribuições que acolhi quando da defesa da dissertação.

Do mesmo modo, estendo a consideração ao Prof. Dr. João Carlos de Souza e à Prof^a Dr^a. Lisandra Pereira Lamoso, que participaram de minha banca de qualificação. Igualmente importantes vossas críticas e recomendações neste que é o momento decisivo para o desfecho de toda pesquisa acadêmica.

Os anos do mestrado, momento ímpar de minha formação intelectual, não me deixam refutar menção aos meus colegas da terceira turma do programa de Mestrado em História de Dourados. Vêm à tona especialmente as lembranças dos acalorados e intermináveis debates que se seguiam naqueles dias com meus confrades, além de novas amizades que cultivei com demais acadêmicos do programa.

Ao fundamental apoio da UFMS e da CAPES, que tornaram possível o desenvolvimento da pesquisa.

Meu reconhecimento aos professores orientadores do hoje Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UGFD), pela dedicação e seriedade no trato com a pesquisa que tanto contribui para edificar esta nova universidade.

À Editora da UFGD, pela oportunidade de divulgar este que fora um árduo trabalho de pesquisa e que ora compartilho com os leitores.

À minha mãe, pai e irmãos.

À Vânia, minha companheira.

Aos meus filhos: Tayani, Heitor e Ulisses.

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AN – Arquivo Nacional

C.A.N., CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

C.P.P. – Comissão de Planejamento da Produção

CEFF – Comissão Especial de Revisão das Comissões de Terras na Faixa de Fronteiras

CIBPU – Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí

D.T.C. – Departamento de Terras e Colonização

ESMT – Extremo Sul de Mato Grosso

HA – hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INM – Instituto Nacional do Mate

MRH – Microrregião Homogênea

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

RMNRF – Responsável e membros não remunerados da família

S.N.B.P. – Serviço de Navegação da Bacia do Prata

SEMA/MS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

SOMEÇO – Sociedade Melhoramentos e Colonização.

APRESENTAÇÃO

Na história recente de Mato Grosso do Sul (no caso, mais propriamente, o sul do antigo Mato Grosso), uma das questões mais intrigantes é a que se refere ao encontro entre duas realidades bastante distintas: o mundo ervateiro, construído desde fins do século XIX, e o mundo da colonização agrícola, ou *frente pioneira*, que começa a se fazer presente na década de 1940.

De fato, tendemos a encarar e a estudar esses dois mundos separadamente, isto é, cada um a sua vez. Entretanto, na porção mais meridional do atual Mato Grosso do Sul (*grosso modo*, do antigo município de Dourados para o sul), onde se localizavam os ervais nativos, o mundo ervateiro e as *frentes pioneiras* dividiram o mesmo espaço durante pelo menos duas décadas. A economia ervateira, pelo que se sabe, manteve-se bastante ativa até meados da década de 1960, isto é, enquanto o mercado consumidor argentino, que sempre a sustentou, permaneceu aberto para importações – sendo relevante notar que, desde pelo menos o início dos anos 1950, essa economia era impulsionada menos pela célebre Companhia Matte Larangeira e muito mais por aqueles a quem a historiografia recente tem chamado de “produtores independentes” (independentes, no caso, da própria Companhia).

Como se deu, portanto, a implantação das *frentes pioneiras* no espaço dos ervais? Nossos historiadores somente agora começam a dar respostas para tal questão – graças, em grande parte, ao Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado, criado em 1999 no antigo CEUD e hoje incorporado à UFGD.

Nesse sentido, o trabalho do Prof. Jocimar Lomba Albanez – originalmente uma dissertação apresentada em 2003 ao referido Mestrado – é talvez o primeiro a focar mais detidamente esses problemas.

Dada a vastidão do campo a ser estudado, o Prof. Jocimar optou por efetuar um interessante e audacioso recorte: tomou como objeto de estudo não a área onde se estabeleceu a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a mais notável componente da *frente pioneira* na região, e aliás já razoavelmente estudada, mas sim um espaço mais ao sul, que ele denominou, para fins de estudo, “extremo sul de Mato Grosso”.

Não pretendo, evidentemente, nesta breve apresentação adiantar as conclusões a que chegou o autor – o que equivaleria a retirar dos leitores o prazer de descobrirem, por si mesmos, os muitos e relevantes resultados da pesquisa empreendida.

É, contudo, meu dever destacar a seriedade e o extremo cuidado com que o trabalho foi realizado. De fato, o Prof. Jocimar efetuou um profundo e competente diálogo com a bibliografia disponível sobre os temas tratados. Buscou as mais variadas fontes documentais, dentre as quais se destacam documentos inéditos pertencentes à antiga *Comissão Especial da Faixa de Fronteiras*, pacientemente “garimpados” pelo autor no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro). Finalmente, manejou uma enorme massa de dados, criteriosamente extraídos dos censos demográficos e econômicos do antigo estado de Mato Grosso.

Sobre esse último ponto, cabe ressaltar que, aceitando o desafio de trabalhar com fontes tão esquivas, e às vezes duvidosas, como costumam ser os dados estatísticos, o autor soube conduzir-se com a prudência e o discernimento necessários em tais casos. E que ninguém se engane com a profusão dos números que aparecem no livro. Muito além dos algarismos frios, o que preocupa o autor são as pessoas que eles permitem vislumbrar. O que ele busca, em meio ao conjunto das transformações que atingiam a sociedade da região, é a trajetória dos homens e mulheres simples, “responsáveis pela abertura das matas e pela formação das fazendas”; é o

trabalho dos peões e a experiência dos pequenos agricultores, parceiros ou arrendatários, bem como o destino dos povos indígenas que habitavam essas áreas; são os sonhos, a dura realidade e as conquistas dos diversos atores presentes nessa época de pronunciadas mudanças.

Enfim, pode-se dizer, de um modo que resume tudo, que o Prof. Jôcimar Albanez faz, neste livro, autêntico trabalho de historiador, tal como se deve entender esse nosso ofício tão gratificante e ao mesmo tempo tão espinhoso. A sociedade sul-mato-grossense, por sua vez, graças a essa feliz iniciativa da Editora da UFGD, ganha portanto um precioso auxílio na busca pela compreensão crítica de sua história recente.

Dourados, fevereiro 2013.
Paulo Roberto Cimó Queiroz
(professor de História – UFGD)

NOTA DO AUTOR

Este livro é uma versão revisada da dissertação de mestrado em História, defendida na UFMS – *Campus* de Dourados – em 2003. Assim, o que se visa aqui é expressar o produto originário de anos de labuta, entre leituras, seleção de fontes, investigações, interpretações de dados e análises.

A obra remete à dinâmica das transformações ocorridas, sobretudo a partir dos anos 1940, na porção meridional do antigo estado de Mato Grosso, região essa que passou a integrar-se ao movimento das chamadas frentes pioneiras, particularmente intenso no espaço onde foi implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND, 1943).

Mas o estudo centrou maior atenção nas particularidades de um espaço mais específico, diferenciado daquele caracterizado pela presença da CAND: o espaço aqui denominado “extremo sul de Mato Grosso”, que constitui o chamado “Cone Sul” do atual estado de Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma região caracterizada historicamente pela economia ervateira, exercida sob controle da Companhia Matte Larangeira desde fins do século XIX. A partir dos anos 1940, a nova política de fronteiras do governo federal e o declínio da presença da referida empresa abrem caminho para o avanço das frentes pioneiras provenientes dos vizinhos estados de São Paulo e Paraná.

O contexto de declínio da presença da Companhia Matte Larangeira revela as políticas do Estado Novo, o avanço das frentes pioneiras e as transformações ocorridas no meio rural da região, onde se tentou identificar e discutir as relações de trabalho estabelecidas nesse novo processo de ocupação. Ao final, julgo poder concluir que, na área estudada, o processo

de avanço das frentes pioneiras foi um tanto mais tardio e menos intenso que nos espaços caracterizados pela presença da CAND.

A relevância histórica e social desse estudo se faz sentir, creio, devido à atenção dirigida às transformações ocorridas na zona rural. Igualmente importante é o recorte temporal sugerido, por tratar-se de período de transição, de formação de fazendas e emancipação de municípios, que no seu conjunto “prepara a região”, por assim dizer, para o desenvolvimento ulterior que claramente se dará nos marcos da modernização capitalista do campo, na sequência, ou seja, os anos de 1970, bem como as consequências sociais deste processo, constatáveis ainda hoje: que o diga o problema relacionado às demarcações das terras indígenas.

INTRODUÇÃO

Procurando enfocar o processo histórico da ocupação da “banda” mais meridional do território que hoje constitui o estado de Mato Grosso do Sul, nos deparamos com uma razoável bibliografia acerca do período em que a região em questão esteve sob controle da Companhia Matte Larangeira (desde fins do século XIX). O poderio da Matte derivava dos contratos de arrendamentos de exploração da extensa área de ervais, localizada em terras devolutas do antigo estado de Mato Grosso, contratos esses por diversas vezes renovados e que durante muito tempo constituíram monopólio legal das terras.

Essa situação começa a ser modificada especialmente a partir da ação do Estado Novo. A doutrina de nacionalização das fronteiras brasileiras, formulada e exercida nesse período em que o governo de Vargas ganha coloração mais centralizadora, autoritária e nacionalista, efetivada em ações estratégicas como a instituição do Território Federal de Ponta Porã, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (a CAND), do Instituto Nacional do Mate (INM) e da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF). Tais medidas, que também se traduziam no ideário da famosa “Marcha para Oeste”, atingiram em cheio as pretensões da Matte, que economicamente já vinha acusando o golpe da diminuição das exportações da erva-mate mato-grossense para a Argentina, seu principal mercado consumidor, condição que seria posteriormente determinante no derradeiro declínio e esgotamento da economia ervateira na região.

O caminho estava aberto, notadamente a partir dos anos 1940, para o avanço das frentes pioneiras advindas da expansão das fronteiras agrícolas de São Paulo e Paraná. A partir desse momento, os olhares se dirigem ao modelo de colonização da CAND, essa experiência que modificava rapidamente a paisagem da região, com dinamização da economia e assentamento de várias famílias em pequenos lotes, não ocorreu sem acarretar conflitos, haja vista que alguns títulos de terras foram concedidos sobre áreas indígenas: o espaço não era vazio, era esparsamente povoado, mas tinha “dono”. Existem alguns bons trabalhos sobre a CAND, embora ainda permaneçam grandes possibilidades de pesquisa.

No tocante às áreas mais meridionais, ao sul, abaixo de Dourados, região aqui denominada “extremo sul de Mato Grosso” (ESMT), entretanto, a coisa se complica um pouco. Vemos um relativo silêncio sobre esse período. É como se houvesse um corte abrupto, para que a história da região em questão só ressurgisse nos idos da década de 1970, quando é toda ela esquadrihada em novos municípios, surgidos, em boa medida, em decorrência do processo de ocupação anterior havido, que a nosso ver se dava num ritmo um tanto mais lento que o verificado na CAND e imediações.

Partindo da premissa de que os ventos que sopram vigorosamente em Dourados, também se fazem sentir mais ao sul, verificamos no ESMT no intervalo de tempo de aproximadamente 30 anos (1940-70), um período de transição, cujas alterações verificadas se dão mais pausadamente, combinando, no âmbito das relações sociais de produção no campo, o assalariamento com re-apropriações de relações arcaicas de exploração do trabalho que, a contar pelas estatísticas censitárias, se mantiveram muito fluentes em todo o processo investigado.

Diante dessa trama, tal qual os peões nas fazendas, procuramos fazer algumas “picadas”, objetivando alcançar pistas que deem conta, ao menos em parte, de explicar o processo de ocupação e o contexto do mundo do trabalho na agropecuária de nosso ESMT. Dizemos isso por

considerarmos que alguns processos, uma vez desencadeados, transformam profundamente uma realidade dada. Compreendê-los constitui, sem dúvida, dos mais instigantes despertares que reafirmam continuamente o interesse pela História.

No **Capítulo 1 – Panorama do processo de ocupação não índia do antigo sul de Mato Grosso**, descrevemos um quadro geral sobre antigas tentativas de fixação do não indígena no território do atual Mato Grosso do Sul, desde o período colonial. Ainda nesse capítulo, como artifício para introduzir a região em questão, retomamos rapidamente a trajetória da Companhia Matte Larangeira. Em 1882, Thomaz Larangeira recebe o direito de explorar em arrendamento junto ao Estado, os ervais nativos do ESMT. Tem início então uma trama, cujos ingredientes relacionam violência e jogo de poder, advindo da brutal exploração do trabalho que submetia notadamente *mineiros* e *urus* paraguaios (e índios) a um regime análogo à escravidão; imperou, na verdade, a escravização por dívidas. No mesmo capítulo, efetuamos breve caracterização fisiográfica do extremo sul para, em sequência, registrar um histórico da formação de um quadro urbano lentamente instalado, gestando embrionárias cidades (sedes de municípios).

O título do **Capítulo 2 - Quando predomina o econômico...: a ocupação recente do ESMT (1940-1970)** foi, por nós, apropriado de uma proposta de periodização que elaboraram dois geógrafos franceses (Jean Koechlin e Raymond Pébayle), ao percorrerem a região na década de 1970. Na tentativa de explicar as significativas mudanças na paisagem da região, os autores destacavam 1937 como marco de uma nova relação sociedade/natureza, já que entendiam ter a floresta no passado resistido às formas mais brandas de predação. Seria com o advento da intensa colonização que o econômico se sobreporia ao ecológico, no conhecido fenômeno da chegada das “frentes pioneiras”. Essa tese serviu como nosso primeiro despertar para o tema, contribuindo como ponto de partida para a “nossa marcha”. Adiante o trabalho dedicou-se a reunir as fontes.

A dissertação de mestrado de João Edmilson Fabrini e a tese de doutorado de Alvanir de Figueiredo funcionaram como fio condutor das reflexões, assim como o consagrado *A luta pela terra*, de Joe Foweraker, que aborda as frentes pioneiras na economia política, comparando três casos distintos: do sudoeste do Paraná, do extremo sul de Mato Grosso e do sul do estado do Pará. Além disso, destacam-se a *Enciclopédia dos municípios brasileiros* (publicação do IBGE – 1957/58); alguns artigos científicos da época, como é o caso de artigos de viagem de geógrafos em excursões científicas ao território em 1936 e em 1957. Alguns artigos da revista *Brazil-Oeste*, datados da década de 1960, foram também por nós levantados, para na medida do possível serem apropriados.

Das fontes mais utilizadas nesse capítulo, sobressaem relatórios preciosos de processos arquivados pela Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteira, documentos esses, colhidos por ocasião de nossa visita ao Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro.

Como se busca perceber a singularidade do processo de ocupação do ESMT, tornou-se indispensável à investigação o exame dos dados dos censos demográficos e agrícolas/agropecuários. De fato, as informações censitárias foram a principal fonte a balizar o caminho, a demonstrar até quanto os indícios apontados pelas demais fontes ganham sentido nas comparações numéricas, tanto no que se refere a reforçar, quanto a relativizar a mais variada gama de interpretações. Não incorremos no engano de acreditar que os dados apresentados pelos censos representam fielmente a realidade apreendida; entretanto, é inegável que tais dados constituem importantes referências mensuráveis, passíveis de apontar hipóteses e suscitar reflexões.

De início, uma dificuldade para se trabalhar com tal fonte está na impossibilidade de se utilizar os dados dos municípios de Ponta Porã e Dourados, haja vista que a área por eles abrangida vai muito além daquela que se pretende averiguar. A utilização dos dados foi então restringida ao

território do antigo município de Amambai, que denominamos *Amambai histórico* (Amambai emancipado em 1948; e Iguatemi em 1963), e à porção sul do antigo município de Dourados, que resolvemos chamar simplesmente por *Porção meridional do município de Dourados* (Caarapó emancipado em 1958; e Naviraí em 1963). Buscamos sempre estabelecer comparação com a Microrregião homogênea *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, área consagrada pelos censos até 1970.

No **Capítulo 3 – Os trabalhadores e as relações de trabalho no ESMT**, continuamos a examinar os números, só que agora para confrontá-los com conceitos sobre modalidades de trabalho e perfil do trabalhador no campo do ESMT. Antes disso, trata-se, aqui, de lidar com algumas categorias utilizadas em típicas regiões de desbravamento, para saber se há ou não sentido em sua utilização em terras meridionais de Mato Grosso – onde acreditamos encontrar vestígios relevantes dessa existência, sobretudo quando a análise recai sobre trabalhadores no momento em que percorrem o “trecho” oferecendo-se em trabalho de desmatamento, formando fazendas, ofício que, uma vez concluído, os lançaria para novas áreas.

Tratando-se de uma época em que “ventos do leste” promovem profundas alterações em áreas junto à CAND, ver-se-á que tais ventos também sopram, embora com menor vigor, no ESMT, onde o novo ainda não nascera e o antigo, mesmo que se arrastando, permanecia. Vez por outra é possível até mesmo perceber o antigo sendo recuperado, ou melhor, re-apropriado, já que se trata de artifício pragmático, utilitário.

Em certa medida, a atração da região sobre os indivíduos permanecia ainda no decorrer dos anos 1970, a ponto de termos vivenciado pessoalmente, durante a infância, ainda reflexos do fenômeno da ocupação dessa faixa meridional do *legendário* Mato Grosso. Vínhamos da região noroeste do Paraná, migrávamos, as esperanças eram também as mesmas que outras famílias comungavam.

Por que então não resgatar essas histórias, compreender as condicionantes históricas que atraíram (e continuam a atrair) deslocamentos em

massa de uma região à outra, ou do campo para a cidade, ou da cidade pequena para a cidade polo, enfim, deslocamentos? Os migrantes engrossam as estatísticas dos grupos que abandonam sua região de origem e põem-se à marcha adiante, quase sempre atraídos pela perspectiva de prosperidade que um outro local apresenta.

Ocorre que a história não coincide, em essência, com aventuras românticas. Atravessando a todo vapor, estão em movimento fatores decisivos a conduzirem uma história pesada, sem cor, até mesmo brutal e expropriadora, em que se consome suor e esperanças humanas. Na outra ponta, há os grupos cuja capacidade de resistência ou antes, de adaptação a situações “impensáveis” (se olhadas à distância e a *posteriori*), permitiu-lhes manterem-se vivos “para contar história”.

Capítulo I

PANORAMA DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NÃO ÍNDIA DO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO

I.1 Panorama Geral

As primeiras tentativas de fixação de comunidades humanas não indígenas na área que atualmente abriga o estado de Mato Grosso do Sul ocorreram já no século XVI. Conquistadores espanhóis foram gradativamente conquistando o território do rio da Prata, vindo a fundar Assunção em 1537. A expedição chefiada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca entrou, em 1542, no rio Paraguai chegando até a região do Pantanal. A partir desse momento, “instalam-se definitivamente os espanhóis no Paraguai [...] e os anos que se seguiram viram a fundação de várias vilas e estabelecimentos espanhóis. As tribos indígenas são pacificadas ou dominadas e, auxiliadas pelos índios agora inteiramente subjugados, os espanhóis poderão se dedicar à colonização do território”. (GADELHA, 1980, p. 75). No território que viria a constituir o Mato Grosso do Sul, os espanhóis fundaram a povoação de Santiago de Xerez que, no entanto, não se consolidou devido ao seu isolamento e à falta de base econômica.

As comunidades espanholas, sobretudo jesuíticas, seriam alvos constantes das bandeiras paulistas no século XVII. Segundo Virgílio Corrêa Filho, quando os bandeirantes penetraram em território mato-grossense depararam com diversas etnias logo extintas com o contato. Das que deixaram vestígios, sabe-se da presença dos Guarani e aliados que viviam “na mesopotâmia Planaltina, entre o Paraná e o Paraguai, [...] agremiados

em Santiago de Xerez e reduções próximas”, não resistindo ao ataque dos caçadores de índios. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 77).

De fato, as reflexões de Sérgio Buarque de Holanda confirmam que os bandeirantes desde 1622 trilhavam terras mato-grossenses, apresando índios e assolando populações castelhanas. O autor de *O Extremo-Oeste* atestava que os paulistas estavam mais interessados na captura dos nativos para servidão do que pela busca de ouro: “a cobiça do ouro representou, em realidade, fator tão pouco decisivo da penetração do território quanto o desejo atribuído por alguns autores aos sertanistas de São Paulo, de ampliar deliberadamente a área da colonização lusitana.” (HOLANDA, 1986, p. 28).

Luíza Volpato lembra que a congregação cristã mais importante para a colonização espanhola na América do Sul fora a “Companhia de Jesus, cujos membros só chegaram à bacia platina em 1588. Os primeiros jesuítas a atuarem em Assunção foram o espanhol Salomino, o português Ortega e o escocês Tom Fields.” (VOLPATO, 1985, p. 79). Os jesuítas tinham por projeto catequizar e integrar os índios à condição de cristãos e súditos da coroa espanhola, o que contrariava os interesses dos colonos que os queriam como força de trabalho em servidão para a agricultura. São conhecidas algumas passagens em que colonos espanhóis permitiram investidas paulistas sobre as reduções jesuítas em troca da divisão dos nativos que estes conseguissem apreender. Os bandeirantes evitavam aprisionar os Paiaguá e os Guaicuru, pois estes eram avessos à sedentariedade do trabalho nas lavouras. O alvo mais visado era o Guarani fixado nas reduções do Itatim. Em resumo, as reduções acabavam até por facilitar a ação dos bandeirantes, pois, ao mesmo tempo em que pacificavam, reuniam vários índios num mesmo local, liberando o espaço ao não índio.

É preciso recordar que de 1580 a 1640, Portugal esteve ligado a Espanha, no período conhecido por União Ibérica. Embora unificadas, as coroas espanhola e portuguesa mantiveram nas colônias administrações independentes. Súditos do rei de Espanha – Felipe II, até o ano de sua

morte (1598) e de seus sucessores Felipe III e IV – os paulistas passaram a fazer contatos mais amistosos com Assunção nesse período.

O fim da Unidade Ibérica se deu em 1º de dezembro de 1640 com a rebelião vitoriosa que elevou D. João IV ao trono e deu à coroa portuguesa autonomia diante da Espanha. Na América do Sul, retornavam hostilidades de lado a lado. Movimentando-se pelas fronteiras, portugueses e espanhóis de Assunção justificavam as reclamações que as respectivas coroas faziam quanto à posse das terras para si.

No século XVIII, descobrem-se as minas de Cuiabá (1718-1719) despertando no Estado português grande interesse pela porção norte do antigo Mato Grosso (a esse respeito, v. CANAVARROS, 1998). O sul limitava-se à área de passagem por onde se comunicava com as zonas auríferas. A descoberta causou grande alvoroço e fluente deslocamento de aventureiros da província de São Paulo, embrenhando-se em viagens incertas em direção a Cuiabá. Percorrendo os *caminhos fluviais*, seguiram pelo rio Tietê, por outros afluentes do rio Paraná, passando por *varadouros* de terra, continuando por afluentes e pelo próprio rio Paraguai até atingirem o rio Cuiabá que levava à região aurífera. Era o período das *monções*, expedições que faziam o trajeto levando víveres aos sítios e voltando com ouro. Sérgio Buarque de Holanda assinalou que a época das monções do Cuiabá não mais pertencia ao movimento bandeirante, sendo, no entanto, seu prolongamento. Na sequência, abriu-se um caminho terrestre que passava por Goiás que, somando aos rios navegáveis da bacia amazônica, ligando à região norte (principalmente Belém), foram, por longo tempo, as únicas vias de comunicação que dispunha o núcleo de Cuiabá.

Dos caminhos da rota *monçoeira*, o dos campos de Vacaria era o preferido pelos sertanistas, graças à abundância de gado por ali disperso que além de suprir as necessidades de alimentação dos *monçoeiros* serviam ainda ao transporte de mantimentos. Essa vantagem desapareceria quando se fizeram as primeiras roças na passagem de Camapuã. Fixava-se, por

fim, a estrada definitiva das monções, assim prevalecendo por mais de um século. (HOLANDA, 1990, p. 59).

Nesse período apareceram os primeiros registros da presença dos índios Paiaguá e seus aliados (os Guaicuru), em constantes investidas por sobre as embarcações paulistas que para Cuiabá se dirigiam. Em reação aos ataques dos nativos, sucederam (após 1725) expedições organizadas para combater o novo inimigo. Os *acometimentos* indígenas só viriam a cessar na última parte do século XVIII, com o fim do trato de amizade que mantinham os Paiaguá unidos aos Guaicuru. A partir daí, a caça aos Paiaguá intensificou-se levando-os praticamente à extinção.

Em 1748, constituiu-se a capitania de Mato Grosso, apartada da capitania de São Paulo. Isso se deu a apenas dois anos da assinatura do Tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750), acordo firmado entre os reis D. João V (Portugal) e Fernando VI (Espanha) com vistas à demarcação dos limites territoriais de posses entre as duas coroas, que utilizou por critério o reconhecimento das áreas que cada Colônia já controlava naquele momento.

Após o Tratado de Madrid, firmou-se também o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, sem, contudo, pôr fim à questão. Construções de fortes e presídios fizeram parte das estratégias de manutenção das fronteiras conquistadas.

Em 1767, o governo português criou o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), elevado à categoria de Vila em 1771, transformando-se no mais antigo povoado do Mato Grosso meridional e o primeiro passo para a ocupação do atual Mato Grosso do Sul. Este Forte, segundo pesquisas efetuadas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (*Relatório de registro de sítio arqueológico-etnográfico e histórico*, 1987) localizava-se em território da atual aldeia Kaiowá Yvykvarusu/Paraguassu, às margens do rio Iguatemi. Estes pesquisadores reportam-se a vários documentos históricos, indicando a presença de índios Kaiowá naquela região, já desde a fundação do Forte Iguatemi. (BRAND, 1997, p. 52).

Outras fortificações foram também edificadas com o mesmo fim: Coimbra (1775), Corumbá (1778) e Miranda (1797). No ano do Tratado de Santo Ildefonso (1777), o Forte Iguatemi (possessão mais ao sul da capitania) foi totalmente destruído pelos espanhóis. Na prática, a região de fronteira continuava em litígio, havendo conflitos constantes entre espanhóis e portugueses.

No início do século XIX, as viagens fluviais tornaram-se raras, até praticamente desaparecerem em 1838. (HOLANDA, 1990, p. 65). Mato Grosso encontrava-se em situação de penúria,

[...] em razão da lenta e irreversível decadência da produção extrativa de metais e pedras preciosas. A escassez de ouro e de diamantes prejudicou o fluxo regular de abastecimento da região procedente dos comboios de Belém do Pará e das monções de São Paulo, desenhando um quadro desolador na Capitania que, a exemplo de outras partes da Colônia, passaria a depender quase exclusivamente da administração central para sua sobrevivência. (Salsa CORRÊA, 1997, p. 90).

Com a Independência do Brasil (1822), as capitanias foram transformadas em províncias. O sul da província de Mato Grosso permanecia apenas esparsamente povoado. Os novos Estados independentes de Portugal (Brasil) e Espanha (Argentina, principalmente) concorriam na disputa de hegemonia na bacia do Prata. Também pendente estava a questão de limites com o recém independente Paraguai – questão que só teria uma solução definitiva ao final da Guerra (1864-70).

Lúcia Salsa Corrêa revela que, antecedendo a Guerra do Paraguai, presenciou-se no território mato-grossense um processo migratório através de duas vertentes. Uma vinda do norte, em função da crise política de 1834, episódio conhecido como *Rusga* – conflito que levou ao deslocamento de várias famílias “no sentido Norte-Sul, à procura de campos para a criação nos Pantanais, nos vales dos rios tributários do Baixo-Paraguai e em parte dos campos firmes da Vacaria.” (id., *ibid.*, p. 110). Outra migra-

ção se dera com a vinda de migrantes oriundos de Minas Gerais¹ no sentido leste-oeste, encontrando-se com os cuiabanos no vale do rio Miranda, e daí, espalhando-se até as margens dos rios que banham o sul da província, dirigindo-se aos famosos campos de Vacaria, campos limpos de vegetação rasteira. (id., *ibid.*, p. 110).

Tudo leva a crer, portanto, que a pecuária bovina foi para as terras do hoje Mato Grosso do Sul a primeira atividade produtiva e de integração ao mercado nacional. Era, todavia, uma economia muito pobre em seu conjunto: o preço que o gado alcançava era baixo e, por se tratar de pecuária extensiva sobre pastagens naturais, o gado circulava e com ele o produtor. Não permitia assim uma fixação humana de ordem mais *massiva*. Prova disso é que as únicas localidades relativamente importantes que surgem em decorrência direta da atividade pecuária no século XIX são Paranaíba e, bem mais tarde, já ao final do século, Campo Grande.

[...] mineiros da região de Uberaba foram os responsáveis pela formação do arraial [de Campo Grande]. Essa origem explica-se por dois fatores: primeiro, o Triângulo Mineiro tem papel importante como polo de atividade pecuária e, por isso, muitos de seus habitantes internam-se sertão adentro, em busca de oportunidades de negócios. Depois, porque num movimento de expansão, mineiros deslocam-se para o lado mato-grossense, formando Paranaíba. Tinham, portanto, familiaridade em semear povoados, tinham conhecimento dessa área, tinham interesse em fixar bases próximo de onde estavam fornecedores de gado em pé e à meia distância de seus consumidores. (CABRAL, 1999, p. 30).

A ocupação se dava pela posse, o que era corrente no Brasil durante a primeira metade do século XIX, visto que o país não tinha uma legislação que regulamentasse a ocupação das terras públicas, regulamentação que só viria em 1850 com a Lei de Terras.²

1 E de paulistas da região vizinha ao Triângulo Mineiro, também integrado à atividade pecuária.

2 A lei de terras de 1850, promulgada sob o número 601, regulamentava e colocava fim ao sistema de posse (que vigorou de 1820 a 1850), já que, nesse regime, a terra estava livre, bastando que a pessoa se

Sobre a referida Lei, José de Souza Martins argumentou que ela fora mais um instrumento para garantir a permanência de significativo contingente de mão-de-obra na grande lavoura, do que de democratização do acesso a terra à população pobre.

[A] Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém, independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumental legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso. (MARTINS, 1981, p. 59).

Com isso concorda Emília Viotti da Costa, ao lembrar que “não foi por acaso que a Lei de Terras de 1852 foi decretada no mesmo ano da lei que aboliu o comércio de escravos.” (*apud* SABOYA, 1995, p. 118).

Na província de Mato Grosso, a criação da “Repartição Especial das Terras Públicas” só se deu em 1858 (Decreto nº 2092). Sendo muitas as terras devolutas, “a posse era garantida àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios, [dificuldades que] retardaram a efetivação da Lei de Terras na Província”. (*id.*, *ibid.*, p. 122). A formação dos latifúndios decorreu do prazo dado pelo “Regulamento de Terras” (1854) para que os fazendeiros registrassem as propriedades em seu do-

instalasse numa área, cultivasse-a durante certo tempo para solicitar o documento. Já a nova lei, em seu Art. I, proibirá a aquisição de terras por outro meio que não a compra. Eram fixados preços mínimos, muito superiores aos praticados no País. Dava-se um prazo de quatro anos para aqueles que tivessem começado a cultivar o solo requisitassem legalização, mediante prova. (FABRINI, 1995, p. 27).

mínio. (SABOYA, 1995, p. 121-2). A facilidade na titulação de vastas áreas a pessoas politicamente privilegiadas, juntamente com as grandes distâncias em relação aos núcleos economicamente mais dinâmicos do Império, constituía empecilhos para uma efetiva ocupação do território, mantendo a estrutura agrária inalterada no período.

Os caminhos terrestres ligando Mato Grosso ao litoral eram longos e bastante penosos para viagens comerciais. A viagem marítima, embora também morosa, demorava menos tempo para se chegar ao Rio de Janeiro, além de ser a única que possibilitava o transporte de cargas mais pesadas ou volumosas. Ciente disso, o governo central se empenhou em conseguir permissão para navegação no rio Paraguai. Sabemos que isso envolveu constantes negociações diplomáticas, sem sucesso, com a alta administração do Paraguai.

Os poucos avanços conquistados estavam condicionados à conjuntura e ao perfil dos chefes de Estado. Até 1840, o Paraguai foi governado pelo ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, que manteve uma política *isolacionista* como forma de manter a independência do país. Também em 1840 houve no Brasil a maioridade de D. Pedro II e o consequente fim do período regencial (que não formulara uma política para o comércio na região do Prata). Do lado paraguaio, após o país ter sido governado por quatro anos por uma junta militar, o Congresso elegeu Carlos Antonio López presidente da República do Paraguai. Carlos López, embora permanecesse seguindo um governo autoritário no plano interno, no âmbito das relações exteriores, o Paraguai, porém, passou a participar de “acontecimentos platinos”. (DORATIOTO, 2002, p. 25-6).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai (1844) e em troca enviara à Assunção o diplomata José Antonio Pimenta Bueno, com a missão de obter de López um tratado que permitisse a navegação. (id., *ibid.*, 2002, p. 27).

Durante grande parte da década de 1850, Carlos López criou obstáculos à livre navegação do rio Paraguai por navios brasileiros, condicionando-a à delimitação da fronteira entre os dois países no rio Branco. A vital importância dessa navegação para o Império levou-o a ameaçar o Paraguai com uma guerra, para a qual ele não estava preparado. O governo paraguaio cedeu e assinou com o Império, em abril de 1856, um tratado em que garantia a livre navegação e postergou por seis anos a discussão das fronteiras, mantendo-se o *status quo* do território litigioso entre os rios Apa e Branco. (id., *ibid.*, 2002, p. 32-3).

Como se vê, o principal impasse girava em torno das discordâncias quanto à faixa de fronteira de Mato Grosso. Este cenário de impasse mantinha-se quando Francisco Solano López ascendeu ao poder no Paraguai (1862).

As poucas medidas de iniciativa do Império para atenuar o isolamento de Mato Grosso (que assim mesmo se revelaram insuficientes), demonstravam uma preocupação mais de cunho militar que de integração nacional. Assim, em 1861, instalou a Colônia Militar de Dourados (próximo à atual cidade de Antonio João), que vinha a somar aos outros distritos militares já existentes, caindo, porém, quatro anos depois ante as tropas invasoras, num dos primeiros movimentos do principal conflito armado em território sul-americano no século XIX: a *Guerra do Paraguai*.³

Doratioto revelou que o descuido com que o governo imperial cuidava das fronteiras de Mato Grosso era visível,⁴ a ponto do Império do

3 As primeiras ações de guerra que tiveram ligação direta com a província de Mato Grosso foram, pela ordem: 12 nov. 1864 – apreensão do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, que navegava em território paraguaio levando o novo presidente da província; 28 dez. 1864 – ataque e ocupação do forte Coimbra, por forças paraguaias; e 2 jan. de 1865 – divididas em duas colunas, as forças paraguaias ocupam as colônias de Miranda e de Dourados, bem como a vila de Nioaque. (DORATIOTO, 2002, p. 562).

4 “A negligência militar dos gabinetes que governaram o Brasil fez com que enviassem para Mato Grosso, desde 1862, grande quantidade de armas, munições e outros artigos bélicos, sem destinar a tropa necessária para utilizá-las. Para defender a província eram insuficientes aqueles 875 soldados, dispersos por cinco distritos militares, e os seis pequenos vapores da Marinha imperial, dos quais apenas um dispunha de dois canhões.” (id., *ibid.*, p. 98).

Brasil ser tomado de surpresa com a ofensiva de Lopes. Contando com um exército despreparado, não foi capaz de tomar a ofensiva mesmo seis meses depois de iniciada a luta. Nesse quadro, “Mato Grosso era a província mais isolada e indefesa do Brasil e tornou-se alvo fácil para a invasão paraguaia.” (2002, p. 97).

Vencida a Guerra pelas tropas da Tríplice Aliança, os mato-grossenses se viam com uma economia assolada. O comércio dependente do rio estava totalmente desorganizado, um agravante a mais aos tormentos naturalmente causados em decorrência dos combates. Assim permaneceria nos primeiros anos do pós-guerra:

É pouco lisonjeiro em geral, o quadro que tenho de apresentar-vos do estado da Província. Sobre ella peção e ainda por muito tempo hão de pesar as fataes consequências da invasão paraguaya. A população dizimada, ou antes quintada pela horrível epidemia das bexigas, tarde ha de resarcir as perdas que experimentou no infausto anno de 1867. A lavoura mal chega prover-nos dos alimentos da primeira necessidade, cujo preço, já excessivo, ameaça subir de ponto. A mineração está quase extincta. A criação de gado continua a ressentir-se da peste-cadeira, que ha quase vinte annos assola a raça cavallar. O commercio, não tendo para exportar senão limitada porção de couros e de poaia e muita diminuta, quantidade de ouro e diamantes, consiste, por bem dizer, exclusivamente na importação de generos de consumo, pela maior parte, de origem estrangeira, pagos com avultadas quantias com que o Thesouro Nacional socorre à despeza geral da Província.⁵

O auxílio financeiro que o governo central teve de disponibilizar no pós-guerra para socorrer a província alertou-o para uma ação mais efetiva em Mato Grosso. Para além das medidas emergenciais, outras de corte mais estrutural propiciariam uma fase de mudanças para a região. Essas

5 Relatório do Presidente da província de Mato Grosso o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço na abertura da Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 20 de setembro de 1869. Cuiabá. (Typ. de Souza Neves & Companhia, p. 05, *apud* BORGES, 2001, p. 31).

mudanças trouxeram uma nova fase de desenvolvimento, principalmente com a abertura à livre navegação internacional do rio Paraguai.⁶

O comércio fluvial pelo rio Paraguai impulsionou notavelmente a economia da província, principalmente em relação à região platina. Isso propiciou aos comerciantes mato-grossenses um intercâmbio maior com outras regiões do Brasil e com o exterior. Corumbá, por sua localização estratégica, foi a maior beneficiada, assumindo o centro do comércio regional.

Faz-se necessário levar em conta que o cenário econômico mundial passava por uma depressão em 1873, que uma vez superada, levou o capitalismo a entrar em uma nova fase, a do *capitalismo monopolista*: não mais se exportava tão somente mercadorias, como também capitais. O núcleo central capitalista passava a investir *capital sobranante* nas zonas periféricas do mundo.

Essa conjuntura favorável levou ao fortalecimento das casas comerciais importadoras e exportadoras localizadas, sobretudo, em Corumbá. As casas comerciais obtiveram o monopólio do comércio local, controlando a produção e o transporte, servindo ainda como agências bancárias.

Um dos principais aspectos da formação econômica dessa faixa de fronteira em Mato Grosso, durante o final do século passado e começos do XX, foi de um modo geral o predomínio das atividades comerciais sobre os demais setores da economia regional. E, isto ocorreu de modo acentuado após a década de 1880 em função das vantajosas perspectivas na distribuição de mercadorias para o abastecimento de outras regiões da grande Província (os altos preços dos gêneros importados), e na exportação de produtos regionais (matérias-primas) conforme as conjunturas favoráveis dos mercados externo e/ou nacionais.

Nesse sentido, o setor da produção dessa região de fronteira, dependente para seu escoamento da ampla malha fluvial da Bacia

⁶ Arrasado pela guerra, o Paraguai não pôde mais oferecer resistência ao livre tráfego comercial em seu território.

do Prata, permaneceu nesse período subordinado à esfera da circulação e distribuição de mercadorias, principalmente como um reflexo dos contornos que assumia a economia nacional e as suas relações com o capitalismo financeiro internacional. Entretanto, para Mato Grosso essa atividade comercial não assentou as bases de uma economia que estimulasse um desenvolvimento autônomo mas, pelo contrário, acentuou a sua condição de dependência dos centros abastecedores de gêneros e dos mercados que absorviam as suas exportações. (CORRÊA, Salsa, *apud* BORGES, 2001, p. 31).

A liderança que as casas comerciais de Corumbá exerciam diante da economia mato-grossense só seria mais seriamente abalada no início do Século XX, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB). Borges argumenta que com a implantação da *Noroeste do Brasil*, Corumbá perderia sua influência de centro comercial, até então exercida, para Campo Grande. (1991, p. 121).

O sentido da ferrovia “correspondeu a desígnios essencialmente políticos do Estado brasileiro.” (QUEIROZ, 1999, p. 208). Iniciada em 1905, seu traçado original foi alterado em 1907 (de Bauru-Cuiabá, para Bauru-Corumbá). Concretamente, os trilhos da NOB foram inaugurados em 1914, ligando Bauru a Porto Esperança. Só mais tarde (dezembro de 1952) concluir-se-ia o trecho ligando Porto Esperança a Corumbá. Já o ramal de Ponta Porã foi inaugurado em 1953.

Entretanto, não é correto afirmar que com a NOB cessariam as atividades mercantis de Corumbá, haja vista que o comércio marítimo com Buenos Aires permanecia importante. Mesmo com a ferrovia, também se articulava com o mercado portuário: os produtos que vinham de São Paulo a Porto Esperança seguiam até Corumbá e daí até Cuiabá pelos tradicionais caminhos fluviais. Das atividades que alcançavam interesse nos mercados litorâneos, as charqueadas se destacavam. Bastante lucrativas – a matéria-prima era abundante e barata – movimentava capital estrangeiro. Inclusive, as charqueadas constituíam uma forma de agregar valor à ati-

vidade pecuária do pantanal. O charque que antes saía pelo rio Paraguai, nesse momento também passava a sair pela ferrovia.

Pode-se dizer que o maior golpe ao comércio de Corumbá viria com a construção da rodovia Cuiabá-Campo Grande (aberta na década de 1940, asfaltada na década de 1960, sendo inaugurada em 1972). De fato, nesse momento, Campo Grande passaria a vigorar como principal eixo articulador do estado, graças a sua posição estratégica. É nesse período também que houve um gradual e constante fortalecimento dos pecuaristas mato-grossenses, que, a partir de 1920, passaram a controlar a principal atividade produtiva do Estado. (Salsa CORRÊA, *apud* BORGES, 1991, p. 136).

Para a extremidade meridional do sul de Mato Grosso, houve o arrendamento de extensa área de terras devolutas à Companhia Matte Larangeira onde se localizavam ervais nativos. De iniciativa de Thomaz Larangeira, a Empresa organizará e controlará por mais de meio século a exploração de erva-mate para exportação aos mercados platinos. Isso terá interferência direta na ocupação territorial, ou antes, na ausência de uma ocupação mais efetiva, como veremos a seguir.

1.2 O caso específico do extremo sul de Mato Grosso (até 1940)

Após a guerra contra o Paraguai, institui-se uma comissão com o propósito de demarcar os limites territoriais entre Brasil e Paraguai. Os trabalhos foram chefiados por Rufino Eneas Galvão – futuro Barão de Maracaju – contando com as presenças de Antonio Maria Coelho, comandante de destacamento militar, e Thomaz Larangeira, fornecedor de suprimentos à expedição. Larangeira, ao perceber haver na região uma imensa área de ervais nativos, reivindicou para si a concessão de monopólio para sua exploração, recorrendo inicialmente à proteção do Barão de Maracaju, 25º presidente da província (1879-1881). A concessão foi obtida em dezembro de 1882. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 14-5).

Em geral, o concessionário gozou de privilégios, pois era favorecido pelo bom relacionamento que mantinha com o poder político. Com “a Proclamação da República, [...] [subiu] ao poder outro dos seus amigos da expedição demarcadora de limites; – o general Antonio Maria Coelho [presidente do Estado de 1889 a 1891], de quem obteve a escriptura de 28 de março de 1890, que estendeu a zona arrendada, desde o Ivinhema ao Iguatemy, e da Cabeceira das Onças ao Paraná.” (id., *ibid.*, p.19).

Nos primeiros anos de República, a política fundiária passou para a competência dos estados, que significou transferência de poder às oligarquias regionais, que passaram a decidir “sobre a sua propriedade dentro do domínio estadual, monopolizando a sua posse e colocando em prática a política de concentração, quando ocorre a transferência das terras devolutas do Estado através da venda e arrendamento a grandes fazendeiros e empresas capitalistas que atuam neste setor.” (FABRINI, 1995, p. 28).

No caso de Mato Grosso, parece ser sintomático que a terra passou a ser moeda corrente, beneficiando grupos ligados aos chefes políticos que se revezavam à frente do Estado. Gislaene Moreno apresentou um quadro em que expõe os processos por que passaram as transferências de terras públicas para o domínio particular no período de 1892 a 1930:

- 1) regularização das concessões de sesmarias e legitimação das posses;
- 2) concessões gratuitas a imigrantes nacionais e estrangeiros, e concessões especiais a colonizadores e empresas particulares;
- 3) arrendamento e aforamento para a indústria extrativa de vegetais;
- 4) contrato de compra e venda de terras devolutas. (1993, p. 127).

A situação da Cia. Matte Larangeira se enquadrava no terceiro caso pois, servindo-se de monopólio legal, controlava milhões de hectares de terras devolutas que arrendava do Estado. Com a República, a concessão fora prorrogada por mais dez anos:

[...] a quem também fica restringido o prazo estabelecido pelo decreto 10.390 de 9 de outubro de 1889, e encorporada a sua área a de outra concessão de que já goza o concessionário pelo Decreto nº 9.692 bis de 31 de Dezembro de 1886, constituindo ambas uma só e com os limites seguintes: desde as cabeceiras do ribeirão São João e rios Dourados, Brillhante, Ivinhema e Paraná até o Iguatemy e por este até as suas cabeceiras na Serra Maracajú e por este até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças (Cláusula 1º). (CORRÊA FILHO, 1925, p. 19-20).

Os irmãos Murtinho, personagens de grande influência na política do Estado, associaram-se à empresa em 2 de agosto de 1894, com a junção entre a Cia. Matte Larangeira e o Banco Rio e Matto Grosso, dirigido por Joaquim Murtinho. Entre 1891 e 1895, o Estado foi governado por Manoel José Murtinho, o que facilitou ainda mais a situação da Matte, cuja prorrogação da concessão por mais 16 anos (Resolução nº 76, de 13 de julho de 1894) estendeu a área arrendada a 1600 léguas quadradas, aproximadamente. (id., *ibid.*, p. 29-30).

Com a liquidação do Banco Rio e Matto Grosso (1902), o patrimônio da Companhia foi adquirido por Thomaz Larangeira e pela Francisco Mendes Gonçalves e Cia, a distribuidora da produção na Argentina, transferindo a sede para Buenos Aires, e mudando a razão social para Larangeira, Mendes e Cia. (ARRUDA, 1997, p. 43). O novo contrato de arrendamento vigorou até 1916.

A conjuntura política era aparentemente mais favorável quando a direção da Empresa se antecipou e encaminhou em 1912 a proposta de prorrogação do monopólio até 1930, sendo, no entanto, barrada graças à obstrução da oposição.⁷ A lei 725, de setembro de 1915, quebrou formalmente o monopólio da exploração dos ervais (passou a vigorar a partir de julho de 1916) quando a Larangeira, Mendes e Cia. teve de se contentar

7 Mais informações a respeito deste episódio podem ser encontradas em: CORRÊA FILHO, Virgílio, *À sombra dos ervais matogrossenses*, 1925. “Extinção do monopólio”, p. 82 a 86 e CORRÊA FILHO, Virgílio, *História de Mato Grosso*, 1969. “A questão do mate”, p. 603 a 606.

com uma concessão mais *modesta*: “a área arrendada não excederia a 400 leguas quadradas (1.440.000 hectares)” (CORRÊA FILHO, 1925, p. 83-4), além de ter de aceitar a presença dos “ocupantes de terras de pastagens e de lavoura dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor”, que passariam a ter preferência para aquisição de terras, num limite de 3.600 hectares. (id., *ibid.*, p. 85-6).

O artigo publicado pelo *Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros* em 1936, intitulado *Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná*, revela que, embora os excursionistas percebessem a condição precária em que viviam os habitantes do local (índios e paraguaios), enxergavam na presença da Cia. Matte Larangeira elemento positivo, *civilizatório*. O foco principal girava em direção às mudanças da paisagem:

Abaixo da foz do Ivinhema a actividade do transito no rio recrudescer, apresentando outro aspecto. O typo de actividade muda e o typo de homem é diferente.

Entra-se na zona da Companhia “Matte Larangeira”, única manifestação de actividade commercial e civilizada de toda vasta região de 200 leguas de largura, 75 de comprimento, compreendida entre as ultimas cidades do oeste Paranaense, Guarapuava e os confins da fronteira brasileira, em Matto-Grosso e o extremo sudoeste Paulista, Porto Tibiriçá.

Esta exploração teve inicio a uns 60 annos com a concessão dada a um portuguez (iniciador desta actividade), chamado Larangeira que obteve o direito para explorar o matte nas vertentes leste da serra do Amambahy até o Paraná. (Terras devolutas).

O seu patrimonio foi se alargando com a compra de terras e obtenção de outras concessões até alcançar nas margens do Rio Paraná a foz do Iguatemy.

Hoje a actividade da companhia se exerce sobre uma área de terra de 50 leguas quadradas. Destas, apenas 30 estão cobertas da *Herva Ilex* sendo as 20 restantes campos que a Companhia destina á criação, muito diminuta, com o fim de reabastecer de carne suas múltiplas feitorias. (SOUZA, 1936, p. 34-5).

É consenso hoje, porém, que a degradante condição de vida daqueles indivíduos era, em larga medida, decorrência direta da brutal exploração de trabalho que a Matte impunha a seus trabalhadores. Vários estudos destacam que a mão-de-obra era basicamente constituída por paraguaios, prevalecendo como idioma falado o guarani, mas a presença dos índios Kaiowá/Guarani entre os trabalhadores é também reivindicada pelas novas investigações. A esse respeito, Brand afirma haver

[...] um descompasso entre as informações dos diversos informantes indígenas e o que vem registrado na documentação existente. Parece claro que a participação indígena se deu mais em algumas regiões do que em outras.

Por outro lado, a ausência de referências mais consistentes sobre a participação indígena, como mão-de-obra durante esse importante período da história econômica e social da região, talvez possa ser explicada pelo seu provável ocultamento no meio dos paraguaios, falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos. (BRAND, 1997, p. 71-2).

A produção da Companhia Matte Larangeira era praticamente toda destinada ao mercado de Buenos Aires. Os gêneros de subsistência eram importados e a tributação que sofria por parte do Estado era bastante baixa diante da grande capacidade de produção. Do ponto de vista econômico e social, portanto, as críticas de vários observadores têm sido implacáveis em relação à Empresa, classificando-a como um verdadeiro *enclave* – corpo estranho à região, voltado para fora, e que pouco contribui para o desenvolvimento local.

É importante observar que conviveram em disputa com a Matte, alguns produtores independentes, posseiros que sobreviviam na ilegalidade da exploração de ervais em pontos esparsos no interior da extensa área de concessão. A Companhia por várias ocasiões usou da força para reprimi-los, uma vez que possuía uma milícia armada, os *comitiveros*.

Um grupo cuja presença se fizera notar, já a partir da última década do século XIX, foi o de sulistas, corrente migratória rio-grandense que se deslocou rumo à região de campos limpos em terras devolutas. Fugindo da Revolução Federalista (1893-1895), os gaúchos visavam terras novas para a atividade pecuária.

Em vários municípios eram organizadas as comitivas, principalmente em São Borja e São Luiz Gonzaga. Dezenas de pessoas formavam as comitivas. Mais de cem, freqüentemente. A pé, a cavalo ou em carretas puxadas por bois, depois de desfeitas as propriedades, os retirantes franqueavam o rio Uruguai, entrando em Misiones, na Argentina, seguindo até Posadas. Atravessavam, então, o rio Paraná, alcançando Encarnación. A partir daí variava o caminho a seguir. Uns seguiam pelo Paraná até Porto Adela. Outros, a maioria, seguia por terra, passando por Vila Rica e São Pedro, entrando em Mato Grosso por Ipehum atualmente denominada Paranhos, pequena vila do atual município de Amambai. Havia ainda os que seguiam até Assunção e Conceição, avançando, então por terra, até Horqueta e entrando na picada do Chiriguélio iam até Ponta Porã ou desviavam-se rumo a Bela Vista. Fixavam-se, assim, próximo de Ponta Porã ou Dourados ou seguiam adiante, até Miranda, Aquidauana, Campo Grande, encontrando, em território mato-grossense, clima e paisagem semelhante às do *Rio Grande*. Passaram à apossar-se das terras devolutas, ambientando-se ao relevo suave, ornado de campos limpos e matas ciliares a acompanhar os numerosos cursos d'água, e que, apesar de mais elevado, recordava bem as cochilhas dos “pagos” do Rio Grande. A terra custava apenas a posse. Contra ela havia o índio, senhor original da terra e a grande arrendatária, a Companhia Mate Laranjeira, a dominar aproximadamente 1.600 léguas quadradas, isto é, quase 60.000 quilômetros quadrados. (FIGUEIREDO, 1968, p. 220-1).

Dois geógrafos franceses, Raymond Pébayle e Jean Koechlin, pesquisaram na década de 1970 as mudanças perceptíveis na paisagem da região sul de Mato Grosso a partir dos processos de ocupação humana e do tipo de atividade econômica existente. Percebendo algumas claras

distinções, classificaram os processos em três estádios distintos: o estádio da “predominância do ecológico” – até meados do século XX; o estádio do “predomínio do econômico sobre o ecológico” – seguindo daí até os últimos anos da década de 60 e; por fim, o estádio do “econômico sobre suporte ecológico”, a partir dos anos 70.

De acordo com esse critério de classificação, entende-se o processo até aqui narrado como pertencente ao primeiro estádio, o da “predominância do ecológico”. Argumentam Pébayle e Koechlin que a coexistência de exploração de ervais nativos e a criação de gado, pouco impactavam o eco-sistema: “Em suma, menos que o coletor, certamente, mas muito mais do que o agricultor, o criador dos campos permaneceu muito dependente do meio ecológico, cujos fatores limitantes ele conhecia mal.” (PÉBAYLE e KOECHLIN, 1981, p. 10).

Antes de adiantar as reflexões em torno do processo que mais interessa ao estudo, situado no segundo estágio do esquema abordado pelos pesquisadores franceses, a saber, o transbordamento da expansão da fronteira pioneira paulista para terras mato-grossenses entre os anos 40-50 do século passado, faz-se necessário aqui um corte para melhor caracterizar espacialmente a região em questão: o extremo sul de Mato Grosso, que de ora em diante será abreviado por ESMT.

1.3 Caracterização fisiográfica do ESMT

Qualquer que seja a temática que se queira desenvolver e trazer a público, cujos elementos se apresentem situados ao “sul” de Mato Grosso do Sul, quase que de imediato vem à mente uma associação com o município de Dourados. De certo modo essa ligação se justifica, já que é de conhecimento geral ser Dourados hoje um pólo de desenvolvimento regional. Município de porte médio que concentra a maior densidade populacional do interior, teve seu desenvolvimento impulsionado a partir da consolidação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

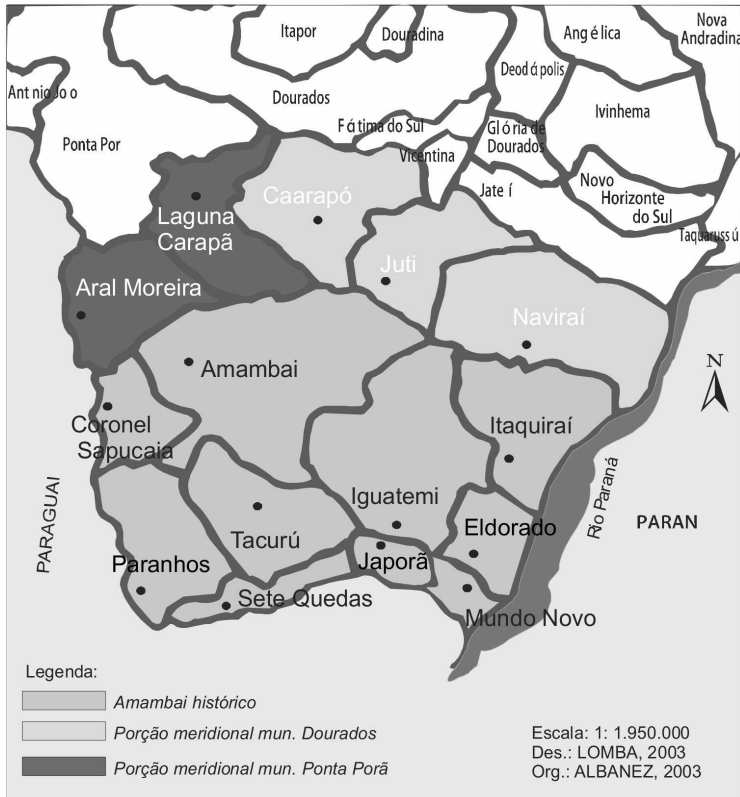
Ponta Porã também atrai atenção – embora em menor escala – graças à história peculiar de uma fronteira agitada com a República do Paraguai, com a qual muito interagiu e interage sua população, tanto em aspectos econômicos, quanto político e culturais.

Todavia, esses municípios configuram no presente estudo apenas para efeito de comparações, ou indiretamente como “espaço histórico”, onde municípios mais ao sul foram emancipados no decorrer dos anos 1940-70.⁸

Desviando o eixo de atenção mais para o sul, para o “extremo sul”, depara-se com uma história menos estudada, cabendo revolvê-la para compreender um pouco mais do processo singular em que se deu a ocupação e as relações decorrentes entre classes e grupos inseridos na trama. Tudo indica que a ocupação da fronteira mais ao sul sofreu uma dinâmica um tanto quanto distinta, diferente das colonizações de Dourados e de Ponta Porã.

A área em estudo compreende atualmente os municípios de Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Tacuru, Itaquiraí, Naviraí, Amambai, Juti, Aral Moreira, Caarapó e Laguna Carapã, totalizando 26.328,8 quilômetros quadrados. A figura em sequência ilustra a região em questão.

⁸ A emancipação político-administrativa de Laguna Carapã só se deu em 1992, estando presente em nossos estudos como distrito de Ponta Porã, portanto.



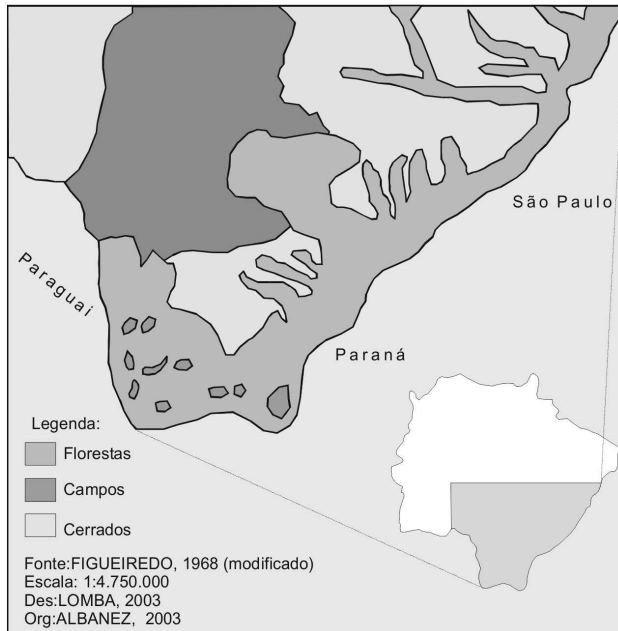
Mapa nº 1. O extremo sul de Mato Grosso (divisão política atual)

Estando grande parte do seu território inserido nos limites das sub-bacias hidrográficas dos rios Amambai e Iguatemi, o ESMT possui uma rede hídrica abundante, cabendo destaque para a presença do rio Paraná e seus dois principais afluentes dentro do território, o rio Amambai e o rio Iguatemi.

O ESMT possui clima tropical úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno, sendo os períodos mais chuvosos entre dezembro e abril, e o período de estiagem compreendendo os meses de agosto, setembro e outubro. Tem um relevo aplanado, sem grandes declives, sendo este relevo relativamente inclinado em direção ao rio Paraná, podendo-se verificar uma altitude variando entre 609 metros no município de Aral

Moreira, a 250 metros às margens do rio Paraná. As características pedológicas apresentam predominâncias de solos argilosos, arenosos e grandes manchas de solos provenientes de derramamento basáltico.⁹

A vegetação que compunha esta região na década de 1950 era constituída por campos, florestas e cerrados. Para a representarmos, reproduzimos na figura abaixo o mapa apresentado em 1968 pelo geógrafo Alvanir de Figueiredo, por ocasião em que defendeu tese sobre “A presença geoeconômica da atividade ervateira”.¹⁰



Mapa n° 2. Vegetação do sul de Mato Grosso (década de 1950)

9 Os dados podem ser verificados em: SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO MATO GROSSO DO SUL. *Bacia hidrográfica do rio Dourados*: diagnóstico e implantação da rede básica de monitoramento da qualidade das águas. Campo Grande: SEMA/MS, 2000, p. 9-13; FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geo-econômica da atividade ervateira*. 1968. Tese (Doutorado em Geografia Física) – F.E.C.L./UNESP. Presidente Prudente; também disponíveis em: <<http://www.ms.gov.br/municipiolista.br>>. Acesso em: 30 jul. 2002.

10 Alvanir de Figueiredo utiliza-se da representação de Edgard Kuhlmann, em “Grande Região Centro-Oeste”, 1954, p. 120.

Figueiredo também menciona *extremo sul de Mato Grosso*, porém remete-o a uma área muito maior, tomando para efeito de análise toda a área que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1968) classifica por Microrregião homogênea 344 e acrescentando a ela ainda os municípios de Antonio João e Rio Brilhante. A análise que aqui se faz recai sobre um espaço menor, como já apresentado anteriormente.

Desta forma, o ESMT refere-se a um espaço composto hegemonicamente por florestas, possuindo também algumas áreas de cerrados e ainda uma pequena composição de campos. A esse respeito, *Retrato de Mato Grosso*, material de divulgação das *potencialidades* do estado, organizado por Fausto Vieira de Campos, sustentava, na época, que:

No vale do Paraná [...] [a] mata ocorre em estreita faixa, que apenas se adensa ao sul do rio Ivinhema, numa grande área que tem como centro a confluência dos rios Brilhante e Dourados e na encosta NO da Serra de Maracajú com uma largura que atinge às vezes mais de 10 km. No município de Dourados ela apresenta-se mais pujante. Suas principais espécies, nesta região são: cedro, angelim, peroba, aroeira, timbauva, bálsamo, cajazeira e erva-mate. Esta mata “ocupa a parte mais setentrional da grande área florestal do sul de Mato Grosso”. Interrompida por campos limpos e cerrados, estende-se do Rio Dourados para o sul, até as lindes do Paraguai. (CAMPOS, 1969, p. 21).

A caracterização segue revelando mais adiante a importância do planalto de Amambaí:

O Planalto do Amambaí, no extremo sul de Mato Grosso, compreende a região delimitada geograficamente pelos rios Paraná, Ivinhema e Brilhante, pela Serra de Maracajú e pela República do Paraguai. Entre os inúmeros tributários da margem direita do rio Paraná, que banham o planalto, destaca-se o rio Amambaí, como espinha dorsal que é de um vasto sistema hidrográfico, que irriga uma das maiores reservas de terras virgens de alto padrão (“trap”), existentes atualmente no mundo. Ali situam as cidades de Rio Brilhante (antiga Entre-Rios), Dourados, Caarapó, Fátima do Sul,

Itaporã, Pôrto Felicidade, Ponta Porã e Amambaí, e os campos de Vacaria, cujas condições ambientes causaram verdadeira admiração ao Eng. Manoel Arrojado Lisboa. (id., ibid. p. 23-4).

É de se notar o destaque que acima se dá ao rio Amambai, o que é compreensível, pois tanto esse rio quanto os seus afluentes foram utilizados no início do século XX como importante via de escoamento da produção do mate até Guaíra. É importante afirmar que embora o rio Paraná não tivesse a mesma importância histórica para a navegação comercial que o rio Paraguai, percebe-se hoje que sua utilização foi corrente, embora aquém das possibilidades que proporcionava. Desta forma, não é de se estranhar ao final de 1968, o enfoque dado aos rios como uma ainda importante via de comunicação e circulação de produtos do ESMT:

O escoamento da produção do Planalto do Amambaí, principalmente da erva-mate, que se destina aos mercados argentinos, se processa pelas águas dos rios Iguatemi, Maracaí, Amambaí, Laranja, Guiraí, Pirabebe e Ivinhema, que desembocam no Paraná e descem em direção do Pôrto Guaíra. Todavia, merece menção nesse particular, o Rio Amambaí, pois é pelo seu curso que transita a maior parte da produção do Planalto, bem como é por via dele que as utilidades adquiridas em São Paulo são encaminhadas para as cidades dos municípios de Amambaí, Dourados e Ponta Porã, ligadas entre si por boas estradas de rodagens, as quais convergem para Pôrto Felicidade, ponto teto de navegação desse rio, limitada logo acima pelo majestoso Salto de Pirapó, ao qual está reservada a missão de provedor de energia elétrica a toda a região em apreço. (id., ibid., p. 25).

Continua-se narrando a *exuberância* da paisagem, agora tomando por apoio um estudo de 1952 de autoria de Casemiro Brodziak Filho, membro da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí (CIBPU):

As matas majestosas, ostentando abundantemente as perobeiras, os angelins, os cedros, os vinháticos, os bálsamos, os ipês, as canafístulas, e outras inúmeras variedades, tais como a figueira branca,

são atestados veementes da exuberância dessas terras de eruptiva decomposta do mesmo “trapp” das do norte do Estado do Paraná (terras vermelhas ou roxas), compreendidas pelos mesmos paralelos geográficos, 22 e 24, com diferença, apenas que estas se situam à margem esquerda do Rio Paraná e as do Planalto do Amambaí, à margem direita do mesmo rio. (id., *ibid.*, p. 24).

Vale aqui uma reflexão. Essa exuberância da flora, que Brodziak Filho entusiasticamente fala, refere-se a como ela se apresentava em 1952, a forma como a floresta era percebida naquele determinado momento histórico. A análise estava portanto defasada quando da publicação dessa edição de RMT' (1969), pois é consenso que houve intenso fluxo migratório para o ESMT entre as décadas de 1950 a 1970, trazendo como consequência profunda alteração na paisagem, como se verá no segundo capítulo.

1.4 Núcleos, vilas, distritos e cidades...: breve quadro urbano

Ao final do século XIX, após a Companhia Matte Larangeira ter coberto a extensão da região com trabalhadores paraguaios, chegaram os gaúchos fugidos da Revolução Federalista, vindos em comitivas, em rotas diferenciadas atravessando o território argentino. Os que seguiam até Assunção e Conceição avançavam por terra até Ponta Porã ou se deslocavam rumo a Bela Vista. Ou se fixavam próximo de Ponta Porã e Dourados ou seguiam adiante, apossando-se de terras devolutas, “que custava apenas a posse”. Contra ela havia o índio, que ali vivia e a Companhia Mate Larangeira. De Encarnación, também no Paraguai, alguns seguiam por terra passando por Vila Rica e São Pedro, entrando em Mato Grosso por Ipehuh [hoje Paranhos]. (FIGUEIREDO, 1968, p. 220-1).

Os que se fixaram em Ponta Porã constituíram ali o primeiro núcleo de povoamento que, mais tarde, daria origem à cidade de Ponta Porã. O povoamento ganhou reconhecimento do governo do estado em 1900, que, através da Resolução nº 255, criava a paróquia de Ponta Porã, abran-

gendo os distritos policiais de Ponta Porã e Dourados. É o que registrou a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.¹¹ (1958, p. 250).

O governo estadual encaminhara e recebera autorização do Legislativo para abertura de crédito com o fim de desapropriar terras necessárias ao *rocio* do povoamento de Ponta Porã, em 1907. Porém, a providência só veio a se concretizar em 1915, “quando o Legislativo autorizou a desapropriação de 3.600 hectares de terras pertencentes à Larangeira, Mendes & Cia., para o *rocio* da vila de Ponta Porã, já elevada a essa categoria, pela Resolução n° 617, de 18 de julho de 1912, resolução essa que criou também o município de igual topônimo, com sede na vila de Ponta Porã, desmembrando-o do de Bela Vista.” (ENCICLOPÉDIA..., 1958, p. 250).

De fato, o Legislativo autorizou em várias ocasiões o Executivo a desadesapropriar áreas de terras necessárias ao povoamento de Ponta Porã, através de Leis Orçamentárias insistentemente reapresentadas.¹² Percebe-se a notória a morosidade com que o Estado intervinha quanto a essa demanda, dada à dificuldade (ou pouco empenho) em enfrentar interesses privados que se contrapunham às desapropriações. Assim, correriam oito anos desde a primeira iniciativa até por fim aprovar-se a destinação de 3.600 ha para constituição do núcleo urbano de Ponta Porã.

Foi com a Resolução n° 820, de 19 de outubro de 1920, que Ponta Porã foi elevada à categoria de cidade e em 1921, com o Decreto n° 557, havia instrumento que permitia o Estado desapropriar mais 4.297 hectares de terras “pertencentes á Empreza Matte Laranjeira, já medida e demarcada em virtude do acto presidencial n° 888, de 16 de abril de 1902.” (id., *ibid.*, p. 310).

11 Em 1958, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística editou a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros em volumes por unidades da federação. O v. 35 expôs um quadro panorâmico de cada município mato-grossense, empenhando-se em destacar a história, aspectos físicos e potencialidades socioeconômicas dos municípios.

12. Leis Orçamentárias: n° 493 § 6°, de 11 de outubro de 1907; n° 511, de 20 de outubro de 1908, art. 24 § 5°; n° 544, de 23 de julho de 1910, art 23 § 7°; e, por fim, a de n° 404, de 10 de setembro de 1915, que enfim atendeu a desapropriação dos 3.600 ha, para o fim destinado. (INDICADOR..., [s.d.], p. 306 e 308-9).

Nessa conjuntura em que o poderio da Companhia Matte Larangeira se impôs, percebemos em depoimentos de populares (e não só deles) a menção da “cidade” de Campanário, embora se saiba que Campanário nunca veio a se tornar uma cidade (sede de município).¹³

Fato é que a atração que causava decorria de ser o lugar centro administrativo da Empresa. Quando os Mendes Gonçalves venderam a fazenda e, principalmente, quando houve o derradeiro declínio da atividade ervateira (1966), a pecuária passou a ser a atividade principal em Campanário, com conseqüente demissão de trabalhadores, paraguaios em sua maioria, e esvaziamento populacional.¹⁴

Ao menos do ponto de vista do imaginário, enquanto se mantivera o monopólio da Matte, a representação que Campanário provocava era de ser ela a “cidade” e não Ponta Porã, isso tanto a populares quanto a indivíduos ligados ao círculo da elite dos “ervais”, visto que simbolizava o “progresso” e a “civilização” em terras mato-grossenses. Guillen sustenta que

[...] no imaginário social do sertão, a Companhia atuava como importante componente progressista e modernizador, na medida em que implantava na região da fronteira as condições almejadas para o desenvolvimento que o Estado merecia alcançar, segundo as aspirações dos segmentos sociais dominantes. (1999, p. 151).

Não obstante, Campanário era com frequência contemplada com admiração por populares que por ali transitavam. Constantemente faziam-se comparações com Ponta Porã, que até então era a única cidade emancipada em toda a vastidão do extremo sul (os anos da Primeira República). Isso pode ser constatado em várias entrevistas coletadas e organizadas pelo Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul. Citemos alguns:

13 Embora o governo Vargas tenha pressionado a Companhia Matte Larangeira para que Campanário se tornasse cidade. (GUILLEN, 1996, p. 42, *apud* QUEIROZ, 1999).

14 Bem diferente dos recentes casos de assentamentos de famílias sem-terra, que ao receberem seus lotes, formaram núcleos populacionais que na sequência vieram a se tornar municípios independentes: citamos o caso de Novo Horizonte do Sul. Atualmente já se começa a cogitar a promoção do núcleo do assentamento da Fazenda Itamarati em município independente. O elemento chave em ambos os casos é a densidade populacional, a partir do assentamento de famílias no local.

- Hermógenes: [...] Se alguém precisasse de alguma coisa era só ir em Campanário que tudo dava se um jeito, lá tinha bons médicos e até mesmo um hospital, Campanário era uma cidade e Ponta Porã um vilarejo que não tinha quase nada, só umas casinhas e quartel. (A HISTÓRIA dos ervais..., 2000, p. 75).

As exaltações do Sr. Joaquim Mangini Fernandes seguiam no mesmo sentido:

- Joaquim: [...] Ah! A vida em Campanário foi muito boa, se vivia muito bem, uma cidade bem organizada, *tinha telefone, luz, água encanada*.

- Entrevistadora: Todas as casas tinham água? Telefone?

- Joaquim: Todas as casas. Telefone eram poucas casas, era mais para os chefes, dos grandes, de repartições, e tinha telefone até em Porto Felicidade. Em Ponta Porã naquela época não tinha telefone não tinha luz, não tinha água encanada, não tinha um *hotel* na altura daquele que tinha em Campanário. O *Hospital*, o melhor de toda fronteira era o de Campanário. Depois que veio aqui o Santa Isabel em Ponta Porã. Doente daqui ia lá em Campanário. E o Hospital tinha médico, enfermeiros, tinha toda a comodidade, tinha muito *esporte*. (id, ibid., p. 35-6, *grifos nossos*).

Ou ainda:

- Entrevistadora: E como era Campanário?

- Ramão: Campanário era quase que ingualzinho uma cidade, tinha farmácia, casa, tinha tudo lá.

- Entrevistadora: Era muito movimentado?

- Ramão: Uh! Era bem movimentado e eu posava ali no *portão* era *chaveado*. (id, ibid, p. 15, *grifos nossos*).

Este último entrevistado, apesar de em seu depoimento confirmar a atração que o local causava, deixa uma particularidade ao final que nos parece indubitável: havia um “portão” que “era chaveado”. Tais elementos distinguem Campanário de uma cidade de fato, pois como sede de fazenda da Empresa, o portão permaneceria chaveado, como poderia sugerir

uma organização racionalizada empresarial a um empreendimento de tal tipo. O direito de ir e vir não se faz presente aí. Guardas a postos estabeleciam controle sobre quem entrava e quem saía.

Isso pode ser confirmado por Athamaril Saldanha quando discorre sobre ter sido Campanário a base estrutural e o centro administrativo dos negócios da Matte. Campanário foi levantado em 1918, no auge das exportações de mate, resultado de estratégia da Companhia que sentia necessidade de

[...] apoio ao transporte ou à construção de instalações necessárias. Assim construiu em uma de suas propriedades, Jaapê-mí com 34.500 hectares, à margem dos ervais, a vila de Campanário, dotada de todo conforto a exemplo de Guaira, e com hotéis confortáveis para hospedagem de itinerantes. Possuía ainda a *cidade* uma rede telefônica, que se estendia à zona rural, *portões de entrada e saída da propriedade*, ligando ainda a Porto Felicidade, sobre o Rio Paraná, por picadas abertas na densa floresta. A entrada de naturais ou forasteiros era dependente de autorização telefônica ao porteiro. (SALDANHA, 1986, p. 465, *grifos nossos*).

Desta forma, embora encontrasse boas instalações para a época, contando inclusive com praça de desportos, Campanário não era assim uma cidade propriamente dita, haja vista seu pertencimento à iniciativa privada e de ter sido concebida, planejada e organizada, a partir da demanda provocada pelo complexo extrativista-exportador da economia ervateira.

O resultado de todo esse percurso foi que, com o passar das décadas, algumas *ranchadas*, ou entrepostos foram, sobretudo com a chegada das frentes pioneiras modernas, aglutinando população e elevando-se da condição de núcleos populacionais a vilas e distritos para, por fim, alcançarem o *status* de sedes de municípios emancipados. Enquanto isso, Campanário arrefeceu e até hoje existe como sede de fazenda-empresa.

Importa ainda ressaltar que o legado deixado pela Companhia Matte Larangeira, em termos de infraestrutura, embora muito se diga, não

pode ser considerado algo de “extraordinário”.¹⁵ abertura de algumas vias de comunicação, estradas, portos; e pequenos conglomerados em alguns pontos estratégicos, convenientes aos negócios de exportação da erva-mate. Isso já foi devidamente debatido em diversos trabalhos.¹⁶

Sobre a formação do município de Amambai, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros destaca sua localização no interior da vasta área de ervais nativos, terras devolutas arrendadas a partir de 1882 a Thomaz Larangeira, “[que] monopolizando a extração da erva-mate, [...] firmava o povoamento da região do Amambai, ligando seu nome à sua história.” Larangeira, graças a suas ligações com o governador Antônio Maria Coelho, estendera “suas atividades desde as margens do Paraná até as do Paraguai, em Porto Murtinho, determinando o rápido povoamento de toda a área que hoje compreende os municípios de Amambai e Ponta Porã, no sul do Estado.” Isso se deu quando conseguiu a caducidade do contrato de concessão de terras do Estado ao Dr. Moreira, seu concorrente. (1958, p. 53). A sede das atividades da Empresa instalara-se na zona do Amambai, no local conhecido por Nhu-Verá,¹⁷ próximo a, hoje, Coronel Sapucaia.

Fontes regionais revelam ter sido Amambai uma antiga paragem de carretas no final do século XIX, a qual, gradativamente, foi se formando um pequeno núcleo populacional. Acreditava-se que o Estado atenderia aos requerimentos para obtenção de propriedade, [ao menos] às frações de terra que a Matte não mais ocupava. (SOARES e SILVA, 1991, p. 28).

15 Aqui justificado se comparado a outros fenômenos que influem em ocupação e re-ordenamento do espaço, que por alterarem mais rapidamente a paisagem em decorrência de intensa ocupação, estimulam demanda por infraestrutura: estradas, energia, etc. Estamos nos reportando ao fenômeno das frentes pioneiras para efeito de comparação.

16 Marisa de Fátima Lomba de Farias nos lembra que “... a empresa estruturava os ervais como se fossem cidades – com estradas, portos, locais de trabalho”, controlando até mesmo o acesso das pessoas. (FARIAS, 2002, p. 32). Izabel Cristina Martins Guillen também dedicou algumas linhas para relatar a contribuição estrutural da Matte: “A Companhia construiu *duas pequenas cidades, Campanário e Guaíra*, com todos os confortos da vida moderna; abriu nas matas uma série de estradas, fizera pontes, propiciara o incremento da navegação fluvial modernizadora, enfim, o sertão de Mato Grosso.” (GUILLEN, 1999, p. 151, *grifos nossos*).

17 Cf. Mapa histórico das zonas ervateiras arrendadas pela Cia. Matte Larangeira (Mapa nº 3).

O povoamento de não indígenas se dera com a fixação de Januário Lima, Marcelino Lima, José Garigaldi Rosa e Oscar Trindade, em agosto de 1903. Pioneiros enviaram em 1913 uma petição por intermédio de Baltazar da Rocha, intendente municipal de Ponta Porã, solicitando a reserva de terras para formação de um núcleo, surgindo daí o Patrimônio União, posteriormente Vila União. (ENCICLOPÉDIA..., 1958, p. 54).

Em relação aos trâmites que envolviam a evolução político-administrativa, quase sempre se seguia o mesmo itinerário: no espaço de tempo entre a “vila” e a “cidade” (sede municipal), passava o povoamento pela criação de um distrito de paz. Em 1914, foi “criado o distrito de paz de Amambai, no município de Ponta Porã, abrangendo os limites do antigo distrito policial de igual denominação e mais os do distrito de Ipehum, determinando para a sua sede o povoado de Nhuverá [...], instalando-se o cartório de paz em Patrimônio União.” (id., *ibid.*, p. 54). De Patrimônio União, longo percurso se deu até a constituição de Amambai como município independente – somente criado em 28 de setembro de 1948, pela Lei nº 131 e instalado em 1º de janeiro de 1949 – 35 anos depois.

Cabe aqui um comentário. É compreensível que enquanto mantivera a Matte Larangeira o controle legal de exclusividade na exploração da região ervateira, dificilmente haveria, como de fato não houve, emancipações de municípios. Se equacionarmos que em 1911 foi criado o distrito de Dourados e em 1915 reservadas terras para constituir o patrimônio da vila; apenas em 20 de dezembro de 1935, ocorreria a emancipação político-administrativa do município de Dourados, e tão somente em 26 de outubro de 1938 viria receber foros de cidade (Decreto-lei estadual nº 208) (id., *ibid.*, p. 184; INDICADOR..., 1955, p. 308); veremos existir aí um intervalo de 27 anos entre a formação do distrito e o reconhecimento da cidade.¹⁸ De fato, uma longa espera que revela, exemplo do caso de

¹⁸ Já regulamentando o dispositivo legal criado pelo Estado Novo, Decreto-lei do Estado Novo, nº311 – de 02 de março de 1938, que em seu Art. 3, dispõe: “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.”

Ponta Porã, a lentidão ou pouco empenho dos governos do então estado de Mato Grosso, durante a Primeira República, em agilizar a organização legal dos municípios.

Porém, em termos comparativos, a melhor distinção que se pode realizar é entre a formação social de Dourados e a experiência relacionada ao ESTM, muito por conta do estímulo migratório proporcionado pelo projeto de colonização do Estado Novo, que resulta na CAND.¹⁹ Enquanto isso, no território de Amambai, a migração da frente pioneira moderna – na direção leste-oeste – também se dera, porém numa intensidade mais branda. Deriva-se daí que no intervalo de dez anos, contados a partir de 1953,²⁰ emanciparam-se do município de Dourados sete novos municípios: Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí e Ivinhema; enquanto que no histórico município de Amambai, somente Iguatemi torna-se município em 1963.

Através da Lei estadual nº 1951, de 11 de novembro de 1963, criou-se o município de Iguatemi (antiga Vila Sacarão), desmembrando-o do território de Amambai. Antes disso, o estado de Mato Grosso já havia fixado posição estratégica a seus interesses fiscais quando promulgou o Decreto nº 249, de 18 de março de 1910 que “Crêa no lugar denominado Iguatemy, fronteira com o Paraná, uma agência fiscal para cobrança de direitos de exportação e fixa os vencimentos do agente em 150\$000 mensais até poder ser feita a respectiva lotação.” (INDICADOR..., [s.d.], p. 71). A Companhia Matte Larangeira já havia recebido permissão para abrir um porto na foz do rio Iguatemi, para escoar a produção dos ervais pelos caminhos fluviais até Guaíra, no Paraná, para que esta seguisse pelo rio Paraná até os mercados consumidores argentinos. Tratava-se do Decreto nº 232, de 1º de setembro de 1909, quando a Empresa passou a enviar o mate *cancheado* pelos caminhos fluviais de

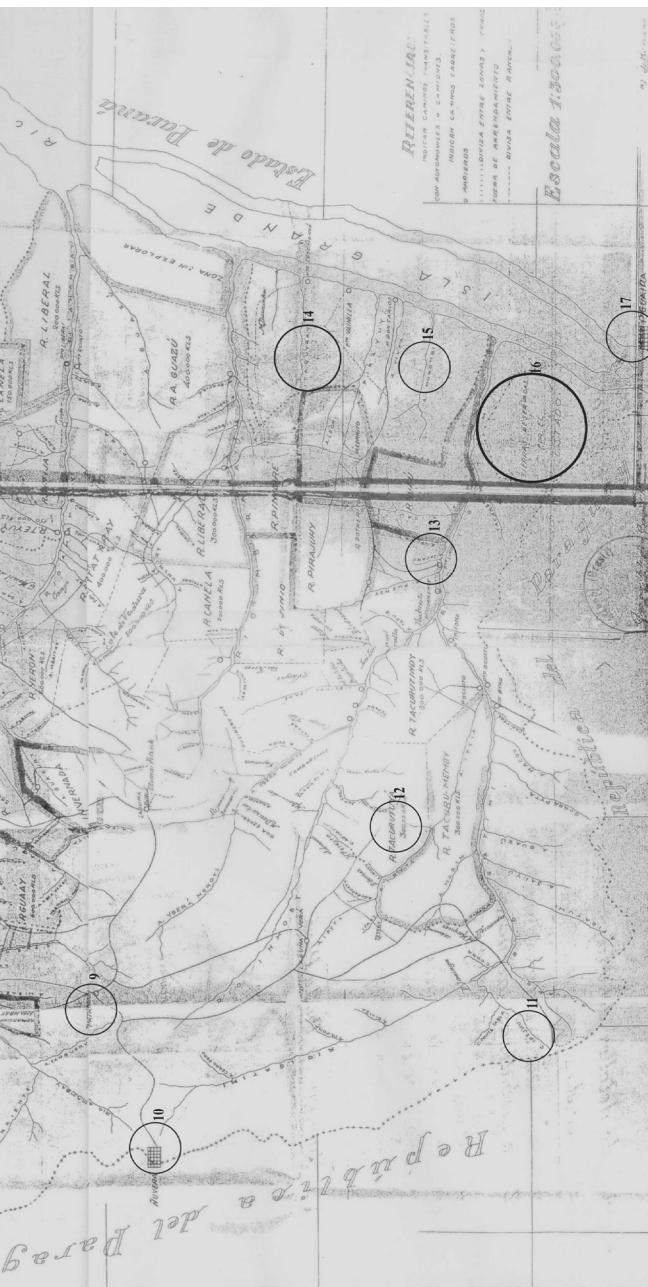
19. Sobre esse assunto ver OLIVEIRA, Benícia, 1999.

20 A emancipação do município de Itaporã foi promulgada pela Lei nº 659, de 10 de dezembro de 1953.

Mato Grosso até Guaira, e de lá pelo rio Paraná até os mercados consumidores argentinos. Gilmar Arruda comenta que “a abertura deste porto provoca uma mudança na rota percorrida pela erva até o mercado do Prata, passando agora a seguir pelo rio Paraná e, aumentando o uso da navegação fluvial em detrimento do transporte em carretas”. (1986, p. 239). Refere-se ao gradual abandono do antigo percurso que levava a erva em carretas até Porto Murtinho, no rio Paraguai.

No ordenamento temporal do surgimento dos municípios vê-se com alguma frequência o registro de certos núcleos populacionais²¹ (Nhuverá, Ipehum, Lagunita, Juty, etc.). Ações governamentais como fundação de escolas, ou reconhecimento como distrito de paz, já denota reconhecimento político de relativa importância para as localidades. Mas, como o principal estímulo realizador viria com a interferência da nova fronteira pioneira – motivando novas possessões e aumento na densidade demográfica –, passemos ao próximo período, adiante.

21 Algumas dessas localidades podem ser vistas no mapa da produção ervateira dos ranchos da Cia. Matte Larangeira, a seguir.



Fonte: lata 233, AN/CEFF. O mapa apresenta a seguinte anotação: “J.A.Bazzano di Buante 1931” [provável ano da feitura do mesmo] e ao centro “Cop. Por José Teixeira Campos - 1º sargento - em abril de 1936” [certamente o ano da cópia].

Localidades: 1. proximidades de Aral Moreira; 2. local onde hoje se situa Laguna Carapã; 3. Dourados; 4. área reservada para colonização; 5. Rio Brilhante; 6. Jateí; 7. Caarapó; 8. Campanário; 9. “Patrimônio União”, depois Amambai; 10. próximo de onde é hoje Cel. Sapucaia; 11. Paranhos; 12. proximidades de Tacurú; 13. proximidades de Iguatemi; 14. “Arriero Itaquyray” fornecendo nome ao município de Itaquiraí; 15. próximo a onde hoje é Eldorado; 16. terras reservadas pelo Estado, que futuramente serviria ao “Projeto Sete Quedas” (Mundo Novo); 17. Guaira.

Capítulo 2

QUANDO PREDOMINA O ECONÔMICO...: A OCUPAÇÃO RECENTE DO ESMT (1940-1970)

A marcha pioneira ‘destruidora de riquezas naturais’: tal é a segunda fase da valorização do sul de Mato Grosso. Aqui, entretanto, o avanço é a um tempo conquista e reconquista. É conquista pioneira nas florestas atingidas pela marcha na direção do Oeste, dos plantadores paulistas e paranaenses, ‘Homens por demais apressados’, ao qual ‘a economia do mundo pioneiro impôs uma técnica agrícola devastadora’. Isto de 1940 a 1965, mais ou menos. Mas ela é também reconquistada pelos homens do Rio Grande do Sul que, pelos fins dos anos 60, empreenderam transformar a exploração dos espaços criadores dos campos-limpas.

(Raymond PÉBAYLE (e) Jean KOECHLIN, 1981).

No período considerado, o processo de ocupação do ESMT transcorre num quadro determinado, inicialmente, pelo declínio da presença da Cia. Matte Larangeira no âmbito da economia ervateira, que era até então a mais importante da região. Esse declínio, que tem razões econômicas e políticas, abre espaço para o avanço das frentes pioneiras provenientes dos vizinhos estados de São Paulo e do Paraná. Nesse processo, verificamos o “predomínio do econômico”. Mas a economia ervateira sobrevive ainda com certa importância até principalmente a metade da década de 1960 – embora cada vez mais restrita às porções ocidentais da região.

Como se sabe, a economia ervateira era praticamente toda ela voltada ao mercado externo, sobretudo o mercado consumidor argentino. Isso é válido ao menos quando se tem em mente a produção da erva elaborada

pela Companhia Matte Larangeira, empresa monopolizadora cuja produção vinculava-se a Buenos Aires, onde o mate *cancheado* era industrializado e distribuído. Porém, ao avizinhar-se os anos quarenta, a Companhia não mais detinha todo aquele poderio de outrora, cujo principal fator, quer nos parecer, esteja relacionado à base econômica, devido à constante diminuição das importações de erva-mate brasileira pelo mercado argentino que, embora não concorrendo com o mate tipo forte – aqui produzido – já elaborava a erva de tipo suave nos ervais cultivados da província de Misiones.

A Argentina tendo iniciado a intensificação de formações de ervais artificiais em Misiones a partir de 1903 atingiu em 1926, ano de nossa maior exportação de erva-mate, a 18 milhões de erveiras plantadas.

Acelerando o processo de plantio, que se prenunciava fecundo, o Govêrno Argentino determinou que pelo menos metade das terras aforadas no Território de Misiones deveriam destinar-se ao cultivo da erva-mate. Em 1935 nosso vizinho atingia a 48 milhões de erveiras plantadas, atingindo a superprodução. (FIGUEIREDO, 1968, p. 127).

O crescimento da produção ervateira argentina seguia constante, chegando o próprio autor acima constatar que se em 1920 a produção do país vizinho não chegava a 3.000 toneladas; em 1937, conseguira ultrapassar a produção brasileira (106.330, contra 96.544). A superposição se dava por imposição do mercado interno, porém o “País ainda importou do Brasil 35.842.160 quilos, a fim de compor os tipos comerciais com tradição.” (id., *ibid*, p. 324-5).

Pode-se afirmar, aqui, que a tradicional preferência do consumidor argentino por um mate do tipo mais forte proporcionou sobrevida à produção mato-grossense naquele mercado. O mesmo não ocorreu com os outros estados exportadores: Paraná e Santa Catarina (a grande produção do Rio Grande do Sul já era praticamente toda ela voltada a suprir seu grande mercado interno) cujas produções seguiam principalmente para o

Uruguai – que de segundo lugar em importância nas exportações, passou, a partir de meados da década de 1950, a ser o principal comprador do mate brasileiro. (id., *ibid.*, p. 324).

Outros fatores que contribuíram para o declínio da Cia. Matte, como a política da *Marcha para o Oeste*, serão tratados mais adiante.

2.1 O avanço das frentes pioneiras

As frentes de expansão teriam surgido com as migrações espontâneas, um tanto à margem das políticas fundiárias. Já as frentes pioneiras, que se fizeram presentes em seguida, foram empreendimentos mais em sintonia com a lógica capitalista, numa conjuntura de especulação de terras e produção para o mercado. Fabrini, apoiando-se na concepção sociológica de José de Souza Martins, resume bem a distinção entre os dois tipos de colonização:

Com a expansão do capitalismo, o posseiro será deslocado e passa a avançar sobre as terras indígenas, pressionado pelo capital, preparando campo para o avanço da ‘frente pioneira’.

A terra ocupada e situada entre o território do fazendeiro e a sociedade tribal, é resultado do fenômeno chamado frente de expansão. Aí se destaca a figura do posseiro. Sua economia não pode ser classificada como natural, já que está integrada através do valor de troca do excedente aí produzido, realizado na economia de mercado. No entanto, as relações não são determinadas pela produção de mercadorias.

A ‘frente pioneira’ vem num segundo momento, quando as relações capitalistas tornam-se imperativas, e avançam sobre as terras dos posseiros, surgindo aí os conflitos de terra entre posseiros e fazendeiros. A ‘frente pioneira’, se caracteriza pelo empreendimento econômico; propriedade privada da terra (concebida como mercadoria e adquirida através de compra); e produção voltada para o mercado. (1995, p. 43-4).

Neste sentido, a frente de expansão enquadraria tanto os gaúchos que penetraram na região na última década do século XIX, quanto os trabalhadores de outras partes do país, costumeiramente chamados posseiros, que, *tensionados* por dificuldades econômicas, desbravavam terras novas em busca de garantir o próprio sustento.

Nos *apossamentos*,²² fez-se notar o grande contingente de retirantes nordestinos que, após peregrinar por terras do oeste de São Paulo e do Paraná, iam acomodando-se em áreas ribeirinhas, às margens do rio Paraná. O relatório de viagem de geógrafos paulistas que percorreram o curso deste rio em 1953 transmitia expressão de surpresa quanto ao número de nordestinos avistados entre as populações ribeirinhas:

Um fato, que nos chamou a atenção em todo o trecho percorrido, foi a frequência com que apareciam, no seio da população, os *elementos nordestinos*. Era o nordestino que se estabelecia no Porto 15 ou por aí passava em direção a Dourados; era êle que dominava entre os habitantes de Pôrto Rico, Pôrto São José ou entre os trabalhadores das grandes fazendas da margem paulista; o nordestino aparecia predominando entre os funcionários do S.N.B.P. [Serviço de Navegação da Bacia do Prata], ou surgindo como ‘posseiro’, como tripulante de barcos que navegam regularmente pelo rio ou como pescador profissional. Concluimos, portanto, que o nordestino constituía, então, o elemento predominante do efetivo humano que, naquele ano, efetuava a penetração nas áreas marginais ao rio Paraná. É interessante notar que (como já tivemos ocasião de lembrar) o nordestino está substituindo o elemento paraguaio como elemento de penetração. (PETRONE, 1957, p. 92).

Não tardaria essa população a atravessar o rio e alojar-se em terras sul-mato-grossenses. Alguma evidência disso já se fazia notar nas considerações da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Publicada em 1957, a edição

22 Aposamento: ocupação e apropriação da terra por iniciativa individual; ato ou processo de estabelecimento da posse, cf. FOWERAKER, 1982, p. 19.

confirmava relevante procura de migrantes pelas terras do ESMT a partir de ocupações iniciais às margens do rio Paraná.

Nos últimos decênios, estas áreas de matas foram visadas por levas de populações provenientes de diversas partes do país que, movidas pelas dificuldades econômicas, se deslocaram à procura de terras para desbravar e ocupar, promovendo deste modo a penetração da agricultura no sul de Mato Grosso.

Este movimento foi estimulado pela organização das colônias agrícolas por iniciativa dos poderes públicos em terrenos do Estado, e atualmente, muitas vezes, a demarcação das próprias colônias segue os avanços pioneiros das matas, onde vão sendo demarcados, gradativamente, os novos lotes. (ENCICLOPÉDIA..., 1957, v. 2, p. 231).

O exame de Joe Foweraker – “A luta pela terra” –, ao focar mais atentamente o caso da fronteira do Paraná, parece também se encaixar para o ESMT. Expõe que a expectativa dos camponeses era de, após de algum tempo trabalhando a terra, reivindicá-la por usucapião. Era neste instante que se defrontavam com adversários poderosos.

Os camponeses reivindicam a terra com base em seu trabalho e na ocupação, sendo suas reclamações, entretanto, quase sempre contestadas pelos proprietários locais, pelos ‘chefes políticos’ regionais, ou por empresários mais ou menos distantes. Os grandes proprietários e grandes companhias afirmam seus ‘direitos’ sobre a terra contra as reivindicações dos camponeses, e tentam apropriar-se das terras por estes já ocupadas. É significativo que os ‘direitos’ dos política e economicamente poderosos não impedirão, muito provavelmente, os camponeses de ocuparem a terra, mas irão por fim facilitar o processo de sua expulsão. Isto quer dizer, por exemplo, que um futuro pecuarista poderá se aproveitar do trabalho de limpeza do solo feito pelo camponês, para aí plantar pastos e criar rebanhos onde trabalhavam pessoas. Em geral, não é somente da terra que se apropriam, mas também do valor criado pelo trabalho do camponês no processo de ocupação. (FOWERAKER, 1982, p. 43).

A mesma *Enciclopédia* faz-nos acreditar que a pecuária exercida “nas áreas de cerrados e campos e a extração ervateira em certas matas e capões de extremo meridional do estado”, impediu uma maior concentração populacional.

As matas que o antigo povoamento à base da criação extensiva de gado deixara de lado, cobriam solos melhores para a agricultura, que os do cerrado, inclusive áreas de ‘terra roxa’ e da chamada ‘terra roxa misturada’, repetindo-se então localmente a ‘velha regra’ observada no desenvolvimento histórico do Brasil – terras de mata para agricultura e terras de campo para a criação, com a diferença que, nesta região, desenvolveu-se primeiro a criação e, depois, a agricultura. (ENCICLOPÉDIA..., 1957, v. 2, p. 231-4).

De igual importância é a observação empírica dos geógrafos em excursão, sobre ensaios de colonização com perfil de frente pioneira em terras na barra do Ivinhema.

Nelas, somente em 1953, começavam a surgir os primeiros indícios de um início de povoamento. Em alguns casos, poucos, eram Companhias que conseguiram grandes áreas e pretendiam loteá-las, iniciando uma colonização. É o caso da Fazenda Caiuá, na margem matogrossense, a jusante da barra do Ivinhema. Em outros, eram grandes glebas apenas aproveitadas para extração de madeira. Num ou noutro desse tipo de propriedade, encontramos outra atividade, a exemplo da Fazenda Iporã, também na margem matogrossense, cerca de 110 quilômetros ao sul da Fazenda Caiuá, onde existem canaviais e onde se fabrica aguardente, consumida em Guaíra e rio-abaixo. Entretanto, o mais comum e mais caracterizador das áreas em foco, com terras devolutas, é a presença de ‘posseiros’. (PETRONE, 1957, p. 87).

Ao final da observação, entretanto, deixam claro que o que predominava até o início dos anos 50 era a ocupação de posseiros, tipicamente de “frente de expansão”, em que indivíduos marginalizados, pressionados pela luta pela sobrevivência, embrenhavam-se em terras ribeirinhas,

cultivando-as para fins de subsistência. De certa forma, ratificam a análise formulada por Fabrini, de que a “presença do posseiro era marcante na margem do Rio Paraná e a ocupação da terra, rarefeita, dispersa e, em dimensão reduzida.” (1995, p. 44).

Quanto à demarcação temporal, uma versão um pouco diferente têm Pébayle e Koechlin, ao interpretarem os impactos que as ocupações populacionais causaram à floresta. Defendem que a floresta resistiu a duas formas brandas de predação – extração da erva-mate e a atividade pecuária – até 1937, quando a colonização abriu grossas clareiras, acrescentando que, com a nova configuração ao trabalhador paraguaio dos ervais, “muito pobre e instável para tornar-se colono, [...] tornou-se o trabalhador braçal por excelência dos desmatamentos florestais, ao lado dos humildes nordestinos.” (PÉBAYLE e KOECHLIN, 1981, p. 6).

Talvez os pesquisadores franceses, ao fixarem o ano de 1937, o façam por ser este o ano da instalação da ditadura do Estado Novo, em que Getúlio Vargas, ao concentrar poderes, imporia duro combate a regionalismos e, motivado por preocupações geopolíticas, lançaria (em 1938) a “Marcha para o Oeste”, sintetizando propósitos de interiorização do país com vistas à unidade nacional.

Antes, porém, de delongar o debate com objetivo de delimitar uma data precisa de mudança na forma de ocupação do ESMT, parece-nos mais oportuno trabalhar com a ideia de as décadas de 1940 e 50 comporem um período de transição, nele convivendo elementos de frente de expansão e de frente pioneira; quando do desfecho, os últimos ganhariam hegemonia e imprimiriam nova configuração socioeconômica à região.

Em outras palavras, isso pode ser traduzido pelo segundo estágio da classificação de Pébayle e Koechlin: do “predomínio do econômico sobre o ecológico”, que seguiria até o final dos anos 1960.

A marcha pioneira ‘destruidora de riquezas naturais’: tal é a segunda fase da valorização do sul de Mato Grosso. Aqui, entretanto, o avanço é a um tempo conquista e reconquista. É conquista pio-

neira nas florestas atingidas pela marcha na direção do Oeste, dos plantadores paulistas e paranaenses, ‘Homens por demais apressados’, ao qual ‘a economia do mundo pioneiro impôs uma técnica agrícola devastadora’. Isto de 1940 a 1965, mais ou menos. Mas ela é também reconquistada pelos homens do Rio Grande do Sul que, pelos fins dos anos 60, empreenderam transformar a exploração dos espaços criadores dos campos-limpos. (1981, p. 10).

A esta ocorrência, adiciona-se o caso da localidade onde hoje é o município de Itaquiraí. A contar pelas conclusões de João Fabrini, o avanço das frentes pioneiras foi mais determinante para o povoamento local do que algum projeto de colonização – como o que ocorrera em Naviraí – o que o faz deduzir que a apropriação das terras de Itaquiraí já nascera concentrada.

Apropriadas, na maioria, por pessoas que exerciam atividades urbanas (militares, funcionários públicos, comerciantes, empresas madeireiras, etc.) e, também, por fazendeiros pecuaristas, na década de 30 e 40, essas terras serão ocupadas mais intensamente no avanço da ‘frente pioneira’ e com a prática da pecuária a partir da década de 50. Aqueles que adquiriram terra, via de regra, grandes propriedades, junto ao Estado (terras devolutas), deixaram-na à espera de valorização quando seriam parceladas ou vendidas integralmente a fazendeiros de São Paulo e Paraná. É, neste momento, que intensifica-se a concentração de terras na região e no município de Itaquiraí, onde a estrutura fundiária ‘nasceu’ concentrada, acentuando-se com a expansão pioneira e a ocupação mais intensa feita por paulistas e paranaenses. (FABRINI, 1995, p. 61).

Em suma, até aqui podemos verificar as distintas fases de povoamento do extremo sul de Mato Grosso. O exame comparativo de Alvanir de Figueiredo sintetiza o que procuramos demonstrar acerca das distintas fases de ocupação territorial em terras mato-grossenses.

Se o Norte de Mato Grosso comandou a ocupação em princípios do século XVIII, com os descobrimentos de lençóis auríferos, foi

no entanto o Sul que pontificou com a presença inicial do colonizador: primeiro o castelhano, nos séculos XVI e XVII, com as reduções jesuíticas, exploração da erva-mate e a tentativa de colonização; em seguida o bandeirismo de apresamento, depois, em fins do século XIX e princípios do século XX a exploração do mate e a pecuária extensiva dos campos limpos e finalmente, agora, a agricultura comercial e a pecuária de cria e mesmo de engorda. Sempre duas correntes povoadoras garantiram a ocupação: primeiro foram castelhanos e portugueses; depois gaúchos e paraguaios pelo oeste e principalmente mineiros, goianos, paulistas e nordestinos pelo leste; agora, habitantes do leste ainda, na marcha constante pioneira e nova corrente gaúcha vinda pelo sul mesmo, em igual busca acidental, mas fiéis à dicotomia antiga – a procura do campo em oposição à procura da mata, para plantio também, e não apenas para a pecuária. (FIGUEIREDO, 1972, p. 172-3).

Porém, para que possamos ter uma visão mais completa sobre o problema, faz-se necessário examinarmos as mediações políticas que passavam todos os conflitos decorrentes do processo de ocupação, já que, muitas vezes, esta mediação até mesmo precede e configura tais conflitos.

2.2 Questão fundiária e mediação política

Os macroproblemas da história do Brasil não podem ser compreendidos sem que se dê atenção devida à dimensão política, principalmente às ações provenientes do Estado. Se enfocarmos o período republicano, aí veremos que vários foram os governos centralizadores e poucos os momentos de democratização do poder político. Em consequência disso, tiveram em todo decorrer do século XX, um grande peso os projetos governamentais de política fundiária e as legislações agrárias, tanto no âmbito nacional quanto local, em relação ao controle e fomento das ocupações regionais.

Lembre-se que o país desde a década de 20 foi marcado por conturbações de ordem política e econômica. No período do *Governo Provisório* (que dirigiu o país após Revolução de 30), já se enunciava a tentativa de

centralização do poder político que se efetivaria após o Golpe de Estado de 1937, que deu plenos poderes do governo central, instituindo o *Estado Novo*.

Nesse intervalo, Mário Corrêa da Costa assumiu o governo constitucional do estado de Mato Grosso. Eleito pela Assembleia Legislativa em 8 de setembro de 1935, o governador encontrou um estado crônico de crise política interna, institucional e partidária. Assim, esse estado de coisas provocou nova intervenção em 1937,

[...] suspendendo pelo prazo de um ano o exercício da autoridade do governador do estado. Com a sua morte, a Assembléia Legislativa elegeu, no dia 13 de setembro, o deputado Julio Strübing Müller, governador do estado, para concluir o período governamental, que deveria terminar em 1939. Com o Golpe de estado e a promulgação da Constituição federal é dissolvida a Câmara e o Senado, e o ex-governador é confirmado no cargo como Interventor Federal em 24 de novembro de 1937. (Rubens de Mendonça, 1982, p. 94-97, *apud* MORENO, 1993, p. 176).

Isso, contudo, não diminuía significativamente a influência da Matte. A presença do interventor federal no estado não era suficiente para os objetivos estratégicos do Estado Novo. Desse modo, em 1943, o Estado Novo criou na região de fronteira com o Paraguai – região onde estavam os ervais – o Território Federal de Ponta Porã, tirando do estado de Mato Grosso o poder de decisão na região. “As terras arrendadas foram liberadas para a colonização [...]. No lugar foi implantada, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (C.A.N.), dentro do programa oficial de colonização, que visava impulsionar a fronteira agrícola para o oeste do país.” (MORENO, 1993, p. 179).

Concretamente, para as terras do sul de Mato Grosso, o Estado Novo combinou as seguidas negações de renovação de contrato com a Matte Larangeira – como vimos, os negócios já declinavam com a diminuição das importações argentinas – com a instituição do Território Fede-

ral de Ponta Porã, de modo que, “onde se concentravam a sede e grande parte dos ervais da Companhia, os domínios da Matte ficavam diretamente submetidos à fiscalização federal”.

A criação do Território Federal de Ponta Porã serviu ainda à estratégia do governo federal de controle da fronteira. Tendo êxito na ação, o governo voltou-se em seguida à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943), utilizando-se de propaganda intensiva a fim de atrair levas de populações para ocupar os “espaços vazios”²³ do oeste brasileiro.

O *projeto civilizador* aparecia bem delineado: além da criação da CAND, “tentou-se impulsionar o ensino agrícola através da criação do Aprendizado Agrícola”. (LENHARO, 1986, p. 66). A esta iniciativa somaram-se os modelos de colonização de iniciativa estadual:

Atendendo a esta política, diversas colônias foram criadas pelos governos estaduais. Poucas lograram êxito. A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (C.A.N.) instalada em 1943 no Território Federal de Ponta Porã foi o primeiro projeto de colonização oficial bem sucedido no estado. Já o Território, criado pelo governo federal como estratégia geopolítica para abrir e desenvolver esta região de fronteira serviu também para desalojar a ‘Companhia Mate Laranjeira’, rompendo o controle privado e estrangeiro que a empresa detinha nesta área por mais de meio século. As terras arrendadas [...] foram liberadas para a colonização e o território federal foi extinto após a implantação da colônia.

A partir desta experiência outros projetos foram implantados, passando a atrair um grande contingente de agricultores e especuladores das várias regiões do país impulsionando a fronteira agrícola mais para a porção meridional do estado: *Navirai e Iguatemi no sul*; em direção norte, para a área de Campo Grande e daí a oeste em direção a Aquidauana e Miranda e mais ao norte, à área de Taquari. (MORENO, 1993, p. 8, *grifos nossos*).

23 Essa expressão revela um discurso civilizador cuja intenção manifesta era a de povoar com os “nacionais”, descartando o elemento indígena nesta categoria. O contingente de paraguaios era, ao contrário, motivo de preocupação.

Entretanto, a criação das Colônias Agrícolas Federais de General Osório e Dourados deixa ver qual a diretriz colonizadora que o regime ambicionava; no caso particular de Mato Grosso, a liberalização de uma vasta frente agrícola com o afastamento da Matte introduzia um processo de colonização capitaneado pela pequena propriedade voltada para o mercado interno e cujo sistema de produção, diretamente vinculado ao governo federal, passaria necessariamente por uma ordem cooperativa da organização do trabalho. Reforçam a apreensão dessa diretriz as apreciações deixadas por relatores da Sub-Comissão Especial de Terras do Ministério da Justiça, ao ponderar sobre pedidos de terras devolutas em áreas de fronteira. Um deles fala na ‘inconveniência da venda de vastas áreas nos Estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará, devendo os Estados retê-las em seu poder, *permitindo apenas o parcelamento em porções mínimas*, para que se impeça a forma preguiçosa por que se exploram a pecuária e a indústria extrativa de produtos agrícolas nativos’. (LENHARO, 1986, p. 67).

Próximo à metade do século XX, houve uma mudança de eixo quanto à política de transferência das terras para domínio privado em Mato Grosso. Gradativamente, privilegiou-se a transação por “contrato de compra e venda de terras devolutas” em detrimento das concessões de exploração. (MORENO, 1993, p. 127). Do final dos anos de 1940, até a década de 60, a venda de grandes extensões de terras passou a ser a principal fonte de receita do estado sem, contudo, “obedecer qualquer ordenamento fundiário. Até aquele período, as regularizações fundiárias restringiram-se mais à legitimação de posses e reconhecimentos de domínios particulares (a maioria deles verdadeiros grilos).” (id., *ibid.*, p. 7).²⁴

Moreno sustenta ainda que, após a deposição de Vargas em 1945 e com a criação da Comissão de Planejamento da Produção (C. P. P.) em 1947, que orientava a colonização no estado de Mato Grosso, coube aos governos estaduais comandar a colonização. Viu-se aí o “continuismo de alienações indiscriminadas de terras e na sua utilização como premiações a favores político-eleitorais.” (id., *ibid.*, p. 181). Os grupos políticos que se

24 Sobre a questão de colonização ver VASCONCELOS, 1986.

revezavam à frente do governo estadual facilitavam e fraudavam títulos de terras em favor de seus correligionários.

Quanto às diferenças entre o grau de violência percebido nas experiências de fronteiras do sudoeste do Paraná e do ESMT, isso se explica pela interferência política precoce do poder central em condições mais favoráveis ao último caso. Uma vez criados os Territórios Federais de Ponta Porã em terras mato-grossenses e do Iguaçu no oeste do Paraná:

No Paraná, o Território tocou apenas levemente na complexidade da história legal da região; em Mato Grosso, o resultado principal da intervenção federal foi liberar as terras já havia tanto tempo arrendadas para a companhia de mate Laranjeiras, e assim prenunciar a corrida pela terra no sul.

Até esse ponto, diversos desenvolvimentos distinguiram a história legal do Sul de Mato Grosso da do Oeste do Paraná, fazendo-a mais pacífica e menos sujeita aos conflitos de modo geral. Uma razão para essa relativa ausência de conflito foi precisamente o monopólio da Mate Laranjeiras e da força policial da companhia, que manteve fora os colonos (reconhecidamente pelo uso da violência); outro, foi o ritmo relativamente lento do povoamento e, como já observado, também a falta de concessões de terras litigiosas a empresas ferroviárias; e ainda outra foi simplesmente quantidade de terra. A terra sendo abundante, era barata, havendo poucos motivos para se lutar por ela (e ninguém suspeitava que subiria de valor tão rapidamente). Esses mesmos argumentos aplicam-se quase com igual vigor a outra fonte potencial de conflito, esta entre o Governo Federal e o Estadual, a respeito da terra na faixa de fronteira. (FOWERAKER, 1982, p. 135-6).

Como visto, outro fator muito importante que contribuiu ao “banho de sangue” que se deu no lado paranaense foram as contendidas criadas pelos interesses contrariados do governo estadual diante do governo federal. Em Mato Grosso não se constituíram maiores problemas os arrendamentos federais para proprietários na faixa de fronteira, já que o estado dispunha de terras em abundância, para negociar.

Houve um ou dois desacordos: quando o Estado tituló na faixa (como em Bodoquena, onde o Governo Federal recusou-se a reconhecer os títulos estaduais) e nos anos de 1960, quando o *Governo Federal desapropriou nas áreas de intensa migração como Iguatemi para evitar conflitos*. No geral, porém, um conflito em potencial, surgindo de um choque de interesses, jamais aconteceu. (MOLINA, 1970; IN-CRA, 1970, *apud* FOWERAKER, 1982, p. 136, *grifos nossos*).

Veja-se que, embora o problema de choques de interesse se tenha dado de forma dispersa em território mato-grossense, veio a ocorrer justamente nas imediações de Iguatemi, município do ESMT, por se tratar de região que acolhia denso volume de migração na década de 1960. Com base no episódio acima, é possível concluir que há maior dificuldade de se fazer consolidar uma ação política quando esta se choca com interesses comuns compartilhados por várias pessoas reunidas, do que quando se volta a determinado ator social mais ou menos isolado, por ser mais fácil estudar seus movimentos táticos antes de agir. Assim fora quando houve determinação política em quebrar a espinha dorsal da Cia. Matte Laranjeira, por exemplo.

É bastante conhecido que o poderio político da Companhia era expressão do monopólio que exercia sobre a imensa área de ervais nativos, situada no extremo meridional do antigo estado de Mato Grosso. Os arrendamentos, sucessivamente prorrogados, revelavam a estreita relação com que mantinha articulados seus interesses com os de grupos políticos dirigentes à frente do Estado, comumente classificados por coronéis. (sobre coronelismo em Mato Grosso, v. Valmir CORRÊA, 1995).

Substancialmente isso se traduz nos adiantamentos de impostos com que chegou a socorrer o sempre frágil tesouro estadual. Em outras palavras, a Matte era presença importante nos rumos políticos não só do ESMT, como de todo o antigo estado de Mato Grosso, sobretudo quanto à política de terras, que “impunha obstáculos ao assentamento da pequena propriedade.” (GUILLEN, 1999, p. 74).

Essa situação só passaria a ser seriamente enfrentada com a centralização do poder político nas mãos de Vargas, durante a ditadura do Estado Novo, principalmente durante a propalada *Marcha para o Oeste* que “visava, entre outros alvos, criar um clima de emoção nacional de modo a que todos os brasileiros se vissem marchando juntos, e, conduzidos por um único chefe, consumassem coletivamente a conquista, sentindo-se diretamente responsáveis por ela.” (LENHARO, 1986, p. 14).

Nos discursos elaborados pelos teóricos do Estado Novo, “a Companhia Matte Larangeira foi apresentada como inimiga do projeto de colonização e nacionalização da fronteira, na medida em que obstaculizava o avanço da Marcha.” (GUILLEN, 1999, p. 76).

Lenharo corretamente desvendou que o governo Vargas antes de acabar com a renovação dos contratos de arrendamento com a Companhia Matte Larangeira adotara como estratégia delinear uma política de intervenção em seus negócios da erva-mate. (LENHARO, 1986, p. 66).

Com efeito, criava, através do decreto-lei nº 375, de 13/07/1938, o Instituto Nacional do Mate (INM), uma autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio,²⁵ à qual competia, dentre outras atribuições, a de incrementar e aperfeiçoar a indústria do mate e a organização do sistema de crédito e cooperação entre produtores, industriais e exportadores.

Caso exemplar se faz notar em correspondências encontradas nos arquivos da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras (CEFF), também instituída pelo Estado Novo (decreto nº 4265, de 20/07/1939) com o intuito declarado de interferência do governo central,²⁶ já que tinha por principal atribuição fazer a revisão das concessões de terras – até então feitas pelos governos estaduais ou municipais – na faixa de 150 km ao longo da fronteira do território nacional.²⁷

25 Após a deposição de Vargas, foi o INM transferido para o Ministério da Agricultura, em 17 de janeiro de 1946, nele permanecendo até sua extinção pelo decreto-lei nº 281, de 28 de fevereiro de 1967 (cf. notas de identificação do fundo AN/INM – disponível em: <www.an.gov.br>).

26 Isso mesmo tendo-se em conta que, com o golpe do Estado Novo, quem estava à frente das administrações estaduais eram interventores diretamente nomeados pelo Governo Federal.

27 O decreto-lei 1968, de 17 de janeiro de 1940, ampliava seus poderes para também “[...] proceder

O que se seguiu foi uma verdadeira *queda de braço* entre os dirigentes dos órgãos criados pelo Estado Novo e a direção da Companhia Matte Larangeira, frente à política de terras e as concessões em arrendamento dos ervais mato-grossenses. A esse respeito, é importante examinar mais de perto alguns casos que ilustram bem a conjuntura pré-anos 40.

Em carta dirigida ao general Góes Monteiro, em 16 de agosto de 1938, Heitor Mendes Gonçalves (alto dirigente da Companhia Matte Larangeira) ciente de que o Conselho de Segurança Nacional ouviria o Instituto Nacional do Mate (INM) sobre os arrendamentos dos ervais mato-grossenses, antecipou-se saindo em defesa dos interesses da Companhia. O conteúdo buscava demonstrar a importância da presença dessa Empresa na região e justificar a extensão da área arrendada,

[...] que pode ser excessiva para uma produção de 9.000.000 de kilos. Mas tal não acontece, porque *os bervaes, além de esparsos, são rarefeitos*. Medeiam entre um e outro dezenas e dezenas de kilometros de campos onde não se encontra uma só herveira. A Companhia propõe tomar o *arrendamento de toda a área e não somente dos bervaes individuados pelos respectivos limites para evitar que intrusos se localisem nos campos de permeio ou á beira das estradas* que vão ter aos portos de embarque e ahi estabeleçam bolichos para venda de cachaça ao pessoal dos transportes, o que traria a desorganização completa dos serviços. Acresce que *dentro da área posta em concorrência já ha muitos bervaes de propriedade particular dentre os quaes os da Companhia*. Os bervaes do Estado contidos nessa área não produzem por si sós mais de 6.000.000 de kilos. A Companhia para exportar 9.000.000 pre-

estudos e emitir pareceres sobre empresas, concessões de terras e de vias de comunicação ou meios de transportes. A partir de 1942, torna-se órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional. Com o decreto nº 9775, de 06 de setembro de 1946, passa a ter como atribuição estudar, discutir e propor as soluções relativas às questões que, na forma da Constituição, fossem atribuídas ao Conselho de Segurança Nacional, quanto às zonas consideradas imprescindíveis à defesa nacional. Conforme o decreto nº 69314, de 05 de outubro de 1971, que aprovou o regulamento da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, competia à Comissão instruir os processos referentes aos assuntos previstos nos itens V e VI do art. 6 do decreto-lei nº 1135/70, na faixa de fronteiras, além de apreciar planos, que lhe fossem submetidos, para execução de obras públicas de competência municipal e propor inspeções locais na faixa de fronteiras. A Comissão foi extinta pela lei nº 6559, de 18 de setembro de 1978. A documentação foi recolhida pelo próprio órgão em 1963, 1967 e 1969.” (cf. Inventário sumário/Tabela de equivalência. Rio de Janeiro, 1983. 101 p. dat. – AN/CEFF – [SDE 008]).

cisa contar com a produção própria e até mesmo precisa às vezes comprar herva de outros produtores fóra da zona arrendada. (lata 233, fl 34, AN/CEFF, *grifos nossos*).

Da posição defensiva, passa, na sequência, o representante da Empresa a contra-atacar quando da acusação de que a erva mato-grossense, ao ser exportada *cancheada*, era misturada à erva argentina para ser valorizada e fazer concorrência à erva brasileira de outros estados: “essa acusação pôde ser feita á herva dos outros exportadores de Matto-Grosso, mas não á Matte Larangeira cuja herva não se mistura sendo moida e beneficiada pelos moinhos da empresa do mesmo nome em Buenos Aires e vendida com a declaração bem visível nos envases de procedencia mattogrossense”, lembrando que o general pôde isso verificar quando visitou a fábrica em Buenos Aires.²⁸ (id., ibid., fl. 34). Quanto às cláusulas relativas a tributação do tesouro, salientava que isso era um assunto que fora sempre discutido “diretamente com o Estado”.

No ataque às posições da Matte estava Diniz Junior, presidente do Instituto Nacional do Mate, que junto ao processo apresentava um relatório contrário à prorrogação dos arrendamentos, com críticas *ácidas* também em relação à ação da política estadual de até então que, segundo ele, teria sido irresponsável no que tange à colonização/ocupação da região de fronteira. É um documento que transportava alguns tópicos da justificação que acompanhou o projeto de lei nº 51 de 1936, de sua autoria, que dispunha sobre a colaboração entre os Estados-Maiores de Exército e da Armada e os poderes públicos com relação às concessões territoriais de áreas públicas. Todavia, o mais interessante é que revelava o ideário do Estado Novo, quanto às políticas que estavam por vir.

28 A esse respeito houve o propósito de “sobretaxar a exportação do mate cancheado e incentivar a produção do mate em Santa Catarina e Paraná, visando quebrar os vínculos que a Mate mantinha com os moinhos argentinos que industrializavam a matéria-prima brasileira.” (LENHARO, 1986, p. 66).

Assim, a política de nacionalização das fronteiras do Estado Novo, por exemplo, estava bem representada em algumas dessas linhas:

[...] o caso de concessões territoriais a estrangeiros, ou seus prepos-
tos, sem prévia consulta ao E.M.E. [Estado-Maior do Exército],
por exemplo, tem produzido embaraços, que podem rumar para
dissídios internacionais.

Justo é, pois, que concessões dessa ordem, [...] só devem ser dadas
mediante entendimento com aquêle órgão central do sistema de-
fensivo de nacionalidade. (lata 233, fl. 36-7 – AN/CEFF).

Dirigindo-se à particularidade das áreas dos ervais mato-grossen-
ses, Diniz Junior advertia já de início que o governo central voltar-se-ia a
um programa de loteamento das áreas de fronteira. Em tom poético, dizia
que “a civilização começa quando o homem se radica à terra, sentindo-a,
cuidando-a, apegando-se-lhe, como a um bem que é seu”, que a naciona-
lidade só adquire consciência, firmando um destino,

[...] quando o homem não enxerga na terra um valor exclusivamen-
te econômico e sim o fundamento social e a fonte sentimental do
seu próprio amor à vida [...].

Qualquer regime que não conduza *o homem das zonas coloniais* a ser,
dentro de um certo período, *proprietário da terra que explore*, não ado-
ta nenhum processo de radicação e muito menos [...] de melhoria
dêsse homem. No entanto, *o interesse do Estado*, ao menos do que
vigia pela sobrevivência do seu povo e, portanto, de si próprio, está
não tanto na quantidade, mas na qualidade do homem, porque só
o pensamento da raça, para usar a expressão de Korherr, sobrepuja
o do dinheiro. (id., *ibid.*, fl. 39, *grifos nossos*).

Em tom mais duro, responsabilizava (no item III) a Matte por ter sua
organização industrial assentada num regime *verdadeiramente fendal*, “onde se
apagam todas as esperanças de que o homem, utilizado nas operações da
colheita, venha a sonhar, com a posse das terras em que vive e trabalha”.
Interpelando a argumentação de Heitor Mendes, de que se os poderes pú-
blicos estivessem em condições de oferecer garantias de ordem necessárias

à *disciplina dos trabalhos*, “a empresa arrendaria apenas os ervais e então se verificaria que êstes não ocupam, talvez, *a décima parte da área*”; ironiza que naquela zona encontrar-se-ia, a contragosto da Companhia, erval pertencente a particulares livres “dos efeitos do contrato pleiteado”, compreendendo que comumente se tem ali, de toda sorte, um “regime econômico que incapacita o homem de fixar-se à terra e de vir a possuí-la, e estimá-la como coisa sua, digna de defesa.” (lata 233, fl. 40 – AN/CEFF).

O presidente do INM atribuía a responsabilidade desse estado de coisas a um certo *liberalismo míope*, cuja influência por sobre o Estado brasileiro não permitiu que este visse o problema do conjunto do país, nunca saindo da *beira-praia*, nem estabelecendo uma política de colonização. “Nunca lhe despertou curiosidade, sequer, o índice, o *standard* de vida da nossa grey. As informações, acima transcritas, da Mate Laranjeira, fotografam, uma área.” (lata 233, fl. 41 – AN/CEFF).

Sem desconsiderar a *justeza* da crítica ao liberalismo da Primeira República, importa também aqui refletir, a partir dos argumentos do representante institucional do governo brasileiro, que se demonstrava ali uma confiança na primazia do poder político frente ao econômico, assim como, a tomar pelos discursos, estes renunciavam a arquitetura do novo regime, cuja coloração populista, centralizadora e estatizante, além de autoritária, era manifesta.²⁹

Numa conjuntura como esta, a alta direção da Matte buscava demonstrar estar atendendo às exigências. Assim, por exemplo, em correspondência em anexo ao processo, datada de 4 de outubro de 1938, a Companhia Matte Larangeira comunicava o falecimento de um seu diretor, e que para o lugar fora escolhido o Sr. Capitão de Fragata Francisco Paes de Oliveira, oficial da reserva de 1ª classe da Marinha de Guerra Nacional, elevando para 4 o número de brasileiros natos dentre os 5 diretores da Empresa. (lata 233, fl. 46 – AN/CEFF).

²⁹ Numa passagem destaca; “o povo está acima da economia”, apropriando-se da síntese de Regensburg, sociólogo intérprete da política demográfica de Mussolini. (lata 233, fl. 39 – AN/CEFF).

Tais demonstrações, ao que parece, não sensibilizavam o representante do INM que não hesitava em focar na presença do Estado, a garantia de *nacionalização das fronteiras*: “Não gastemos palavras inúteis. A existência de serviços públicos é que retrata a presença do Estado.” Dito isso, argumentava que nas regiões controladas pela Companhia (no vale do Paraná e sul de Mato Grosso), várias populações se encontravam excluídas da *comunhão cívica brasileira*:

Quem as polícia?
Quem distribue justiça?
Quem rege os costumes?
Que moeda circula?
Onde a ação das prefeituras?
Onde as alfândegas ou mesas de rendas?
Onde os Correios e Telégrafos?
De quem a via-férrea, ligando os pontos navegáveis do rio Paraná,
que é uma incógnita dos nossos destinos?
Em uma palavra: onde a autoridade do Brasil? (lata 233, fl. 41-2 – AN/CEFF).

O interlocutor do INM formulava entender por ideal a distribuição metódica dos ervais a muitos para que, ao ali se radicarem, pudessem conservá-los, produzindo e comercializando inclusive para a Matte Laranjeira, que absorveria grande parte da produção independente.

A esse respeito, recorda-se que a Lei nº 725 (de 24 de setembro de 1915) já havia diminuído em parte o monopólio da Matte, pois o Estado garantiu preferência de aquisição de terrenos a antigos posseiros. (CORRÊA FILHO, 1925, p. 83-86). Foram emitidos, entre 1919 e 1924, 356 títulos provisórios de lotes na região ervateira. (id., *ibid.*, p. 91). Isso, entretanto, recomenda Queiroz, não deve ser motivo para superestimarmos o alcance das transformações induzidas pela lei acima, já que a “Companhia permaneceu como arrendatária de vastíssima área (1.440.000 ha), além de possuir uma poderosa estrutura de transportes e comercialização.” (1999, p. 383).

Voltando à tese de Diniz Junior, este propunha restrições às franquias e gozos da Matte Larangeira (*nacional ou exótica que ela seja*), demonstrando preocupação de ordem geopolítica e militar em relação à influência da Argentina na fronteira:

Ninguém se deslembra de que a cultura de ervais, na Argentina, mal oculta a ação política do Estado Maior. [...] Neste ponto, caberia acentuar o sempre aventureiro desempenho da política paraguaia, que oscila entre o Brasil e a Argentina, mais pronunciadamente para esta, não sendo de olvidar os múltiplos pontos de contacto e até de subordinação (verdadeiro envolvimento de comunicações e sujeição econômica) do país mediterrâneo ao império platino. (lata 233, fl 43-4 – AN/CEFF).

Velhos fantasmas rondam o tempo todo o cerne das preocupações do dirigente: “Quem não sabe, pelo menos, entre os membros militares dêsse provector Conselho, da existência (absurda, sem dúvida, mas real) de uma política irredentista, ligada ao Tratado de Tordesilhas e alimentada, no seio dos Estados-maiores dos países limítrofes, contra o Brasil?” (id., *ibid.*, fl. 44).

O país, no decorrer da década de 1960, passou por nova fratura de continuidade democrática com o golpe que alçou ao poder central os militares. Quanto às políticas fundiárias, ter-se-á um novo código de terras e retrocessos quanto à luta pela reforma agrária. As políticas públicas se voltam, em geral, ao interesse da grande propriedade.

Foge ao nosso propósito aqui estender crítica exaustiva quanto às consequências decorrentes das políticas agrárias inconsequentes dos governos militares, até porque, como visto acima, estas se fizeram mais visíveis posteriormente, entre as décadas de 1970 e 80. Desse modo, passamos a uma consideração mais detalhada dos processos verificados no ESMT, no período considerado.

2.3 O ESMT em números

Estamos cientes dos riscos que corre o pesquisador ao estabelecer um recorte temporal por passar a ideia de uma “delimitação natural”, que não é, em absoluto, nossa pretensão, bem como de generalizações e/ou inclinações à homogeneização. Não obstante, entendemos ser importante concentrarmo-nos nesse período pelos indícios de transição que se apresentam nessa conjuntura.

Há, neste sentido, coerência na conceituação de Mario Samper Kutschbach, economista e historiador costariquenho, citado por Linhares em “Domínios da História”, no ensaio sobre “História agrária”. Vemos aplicabilidade de seu método de análise em nosso estudo:

[...] a agricultura como processo produtivo engloba os três fatores [...]: a terra (meio ambiente natural), os homens (a população, o peso da demografia) e as técnicas (as forças produtivas, no sentido restrito). Esses três componentes apresentam-se de forma mais ou menos abundante ou se combinam em proporções que variam segundo a região e o período histórico analisado, em condições socialmente determinadas. Assim, se a tecnologia aplicada à terra está condicionada a um contexto socioeconômico dado, qualquer alteração dos fatores da produção agrícola produzirá efeitos, de maior ou menor importância ou profundidade, dependendo das relações sociais que regem tais alterações. Da mesma forma, uma modificação em um dos fatores pode acarretar resultados imprevisíveis. Por exemplo, a médio prazo, a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras, ou seja, a um processo de ocupação extensiva do solo, com o avanço da fronteira agrícola ou, ainda, a uma combinação dos dois processos. (KUTSCHBACH, *apud* LINHARES, 1997, p.168-9).

Segundo uma conhecida caracterização de “extremo sul de Mato Grosso”, já referida, essa região corresponderia a toda a porção situada ao sul do rio Pardo. Para as finalidades do presente estudo, contudo, julgamos necessário definir uma porção significativamente menor, capaz de apresentar-se, em termos geográficos e históricos, de modo mais homogêneo.

Como dissemos no capítulo anterior, ao se falar em processo de ocupação recente do extremo sul do antigo Mato Grosso, tende-se inevitavelmente a pensar no processo nucleado pela Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) – criada em 1943 e implementada de modo mais efetivo a partir de 1948. Assim, buscamos delimitar, para o presente estudo, um território cujo processo de ocupação recente tenha transcorrido fora dos limites e da influência direta da CAND.

Desse modo, o ESMT, conforme entendido aqui, corresponde à porção do antigo estado de Mato Grosso, situada ao sul de uma linha imaginária que passa nas imediações da atual cidade de Caarapó (aproximadamente aos 22°30' de latitude sul).

Historicamente essa região fez parte do município de Ponta Porã (criado em 1912), sendo mais tarde repartida entre os municípios de Dourados (criado em 1935) e Amambai (criado em 1948) – mantendo-se ainda algumas porções como parte de Ponta Porã até a década de 1990.

Na configuração atual, portanto, nosso ESMT corresponderia aos seguintes municípios:

- **Amambai:** município criado pela lei número 131, de 28.09.1948, desmembrando-se de Ponta Porã.
- **Caarapó:** município criado pela lei 1.190, de 20.12.1958, desmembrando-se do município de Dourados.
- **Naviraí:** município criado pela lei 1.944, de 11.11.1963, desmembrando-se do município de Caarapó.
- **Iguatemi:** município criado pela lei 1.951, de 11.11.1963, desmembrando-se de Amambai.
- **Aral Moreira:** município criado pela lei número 3.686, de 13.05.1976, desmembrando-se do município de Ponta Porã.
- **Eldorado:** município criado pela lei 3.692, de 13.05.1976, desmembrando-se do município de Iguatemi.

- **Mundo Novo:** município criado pela lei 3.693, de 13.05.1976, desmembrando-se do município de Iguatemi.
- **Tacuru:** município criado pela lei 72, de 13.05.1980, desmembrando-se do município de Amambai.
- **Sete Quedas:** município criado pela lei 73, de 12.05.1980, desmembrando-se do município de Iguatemi.
- **Itaquiraí:** município criado pela lei 76, de 12.05.1980, desmembrando-se do município de Iguatemi.
- **Coronel Sapucaia:** município criado pela lei 623, de 30.12.1985, desmembrando-se de Amambai.
- **Juti:** município criado pela lei nº 800, de 14 de dezembro de 1.987, desmembrando-se do município de Caarapó.
- **Paranhos:** município criado pela lei nº 777, de 17 de novembro de 1.987, desmembrando-se do município de Amambai.
- **Japorã:** município criado pela lei nº 1.266, de 30 de abril de 1.992, desmembrando-se do município de Iguatemi.
- **Laguna Carapã:** município criado pela lei nº 1.261, de 22 de abril de 1.992, desmembrando-se do município de Ponta Porã. (cf. www.ms.gov.br).

Dado esse histórico de emancipações de novos municípios, fica problematizada a utilização de dados censitários – que são fornecidos, como se sabe, em escala municipal. Na situação dada, ficaria impossível utilizar simplesmente os dados dos municípios de Ponta Porã e Dourados, visto que esses municípios abrangiam área muito além daquela que se pretende privilegiar neste estudo.

Desse modo, para fins de utilização de dados censitários fornecidos pelo IBGE, deliberamos trabalhar com os dados referentes a uma parte do ESMT, a saber, aquela correspondente ao território do município de Amambai (criado, como foi dito, em 1948). Acreditamos que os dados referentes a esse território constituem uma razoável amostra do conjunto

do ESMT, tal como aqui definido. Chamamos essa porção de *Amambai histórico*, haja vista que, em 1963, o novo município de Iguatemi foi criado na área do primitivo Amambai. Desse modo, os dados da área de *Amambai histórico* consistem, em 1950 e 1960, nos dados simplesmente de Amambai, e, em 1970, na soma dos dados de Amambai e Iguatemi.

Para permitir uma melhor análise desses dados, procuramos sempre compará-los a uma unidade maior, que engloba nosso ESMT. Trata-se do espaço definido pelo IBGE como *Microrregião Homogênea Campos de Vacaria e Mata de Dourados*.³⁰ Ao mesmo tempo, visando ainda aprimorar nossas possibilidades de análise, efetuamos comparações entre os dados de *Amambai histórico* e os daqueles municípios cujos territórios, embora originalmente pertencentes ao município de Dourados, estão também incluídos em nosso ESMT. Denominamos essa área de *Porção meridional do município de Dourados*. Infelizmente, os dados a ela referentes só estão disponíveis a partir do Censo de 1960, haja vista que, em 1950, todo esse território ainda pertencia ao município de Dourados. Assim, essa *Porção* fica definida da seguinte forma: em 1960, o município de Caarapó (criado em 1958) e, em 1970 os municípios de Caarapó e Naviraí (criado em 1963).

Superfícies e demografia

Segundo os critérios de medição disponíveis à época, notamos pela apuração dos censos uma variação quanto às superfícies municipais. Para *Amambai histórico*, apurou-se em 1950, 16.278 km², contra 15.526 km², para 1960 e 1970. Já a superfície da *Porção meridional do município de Dourados* girou de 8.297 km² em 1960 para 7.650 km² em 1970 (cf. **Tabela 1**).³¹

30 Essa microrregião (que será sempre designada, neste trabalho, simplesmente como MRH), compunha-se em 1950 dos municípios de Amambai, Dourados e Ponta Porã. Em 1960 a eles se agregam Caarapó, Bataguassu, Itaporã e Nova Andradina, e, em 1970, Iguatemi, Naviraí, Anaurilândia, Bataiporã, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Ivinhema e Jateí.

31 As tabelas aqui citadas encontram-se ao final deste capítulo.

É possível observar que a superfície de *Amambai histórico* manteve-se estável entre 1950 e 1970 (cf. **Tabela 1**), e sua população, todavia, cresceu. Houve um crescimento demográfico da ordem de 51,5% entre 1950 e 1960 e 97,5% entre 1960 e 1970 (cf. **Tabela 4.2**). Entretanto, em relação à superfície total da MRH, ela variou (certamente em função das oscilações das áreas atribuídas a cada ano censitário aos municípios) de 36,6%, em 1950, para 27,4% em 1970.

Já para a *Porção meridional do município de Dourados* praticamente não houve alterações quanto à superfície, nem variações em relação à superfície da MRH: 14,0% (1960) e 13,5% (1970) (cf. **Tabela 1**). Quanto à demografia, essa *Porção* foi a que teve um crescimento mais significativo entre 1960 e 1970: 257,1 % (mais que triplicou, cf. **Tabela 4.3**), algo muito relevante já que supera a média de incremento populacional de toda a MRH, que foi de 210,85% de 1950 a 1960, e 108,6% de 1960 a 1970 (cf. **Tabela 4.1**).

Ainda em relação à demografia, para o total da *Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, a porção que denominamos por *Amambai histórico* contribuía em 1950 com aproximadamente 21% do total da população presente.

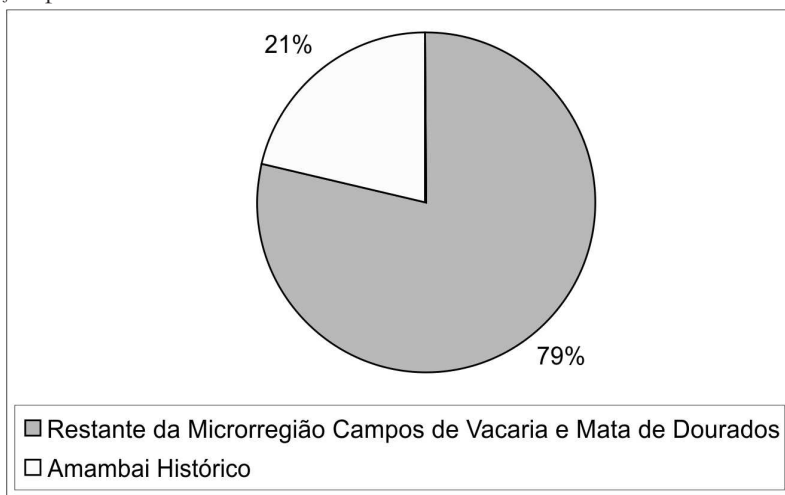


FIGURA Nº 1. População total em 1950

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950, 1960 e 1970.

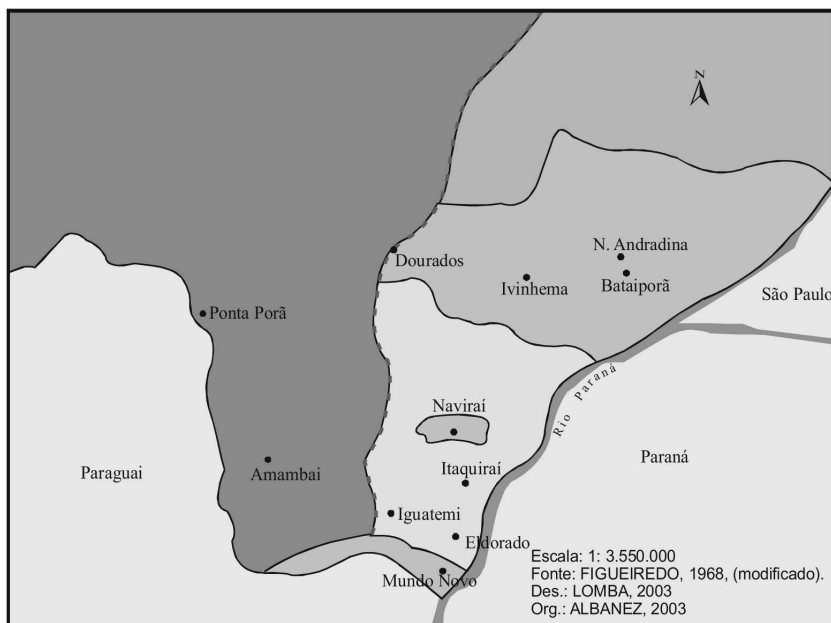
Percebemos que os resultados mais significativos da CAND, colonização projetada pelo Estado Novo, só se fariam notar nesses anos 50.

O Estado Novo não conseguiu explorar como queria o investimento político que fizera sobre sua colonização na Amazônia e no Oeste. [...] Dourados, em Mato Grosso, funcionou apenas simbolicamente [...]. A implantação real da colônia atrasou-se consideravelmente. Somente em julho de 1948 é que o governo federal demarcou a área e os limites para sua futura instalação. (LENHARO, 1986, p. 56).

Por outro lado, é possível explicar, ao menos em parte, as condicionantes da diminuição da participação de *Amambai histórico* no conjunto da demografia apurada para a MRH nas décadas de 1960 e 1970 (11% e 10%, respectivamente). Um elemento importante para análise fora sem dúvida o sentido que tomou a expansão da fronteira agrícola.

Seguindo para o ESMT no sentido leste-oeste, a expansão da fronteira pioneira paulista provocava alterações mais profundas na paisagem e maior incremento populacional quando comparada à antiga corrente migratória sulista, que ocupava o território no sentido oeste-leste, exercendo a atividade pecuária, e estava integrada também à tradicional atividade extrativa do mate. A esse respeito, Alvanir de Figueiredo concluía que “a presença do mate forçou o desbravamento, mas não o povoamento maciço, deixando pouco mais que a evidência histórica de sua presença.” (1968, p. 300).

O mesmo autor entendia que “o segundo setor, justamente aquele ligado ao pioneirismo do leste alterou mais o quadro. A eliminação das matas e a criação de núcleos novos, com sucessivos contingentes de imigrantes, principalmente nacionais, aceleraram a ocupação.” (id., p. 249). Tudo leva a crer, portanto, que o avançar da frente pioneira foi preponderante para o aceleração da população que margeava a fronteira com o estado de São Paulo até as imediações de Dourados. À medida que marchava para os pontos mais ocidentais e meridionais, o processo era *amortecido* pela ocupação anterior, voltada à pecuária e à cultura ervateira, embora não suficiente para bloquear a nova onda, mas integrada ao mercado nacional.



Legenda:

- Área ligada à influência gaúcha de ocupação mais antiga
- Área ligada à colonização sem participação de colonizadores
- Área ligada à colonização dirigida (colonizadoras particulares e oficial)
- - - Limite de “frente pioneira” paulista e paranaense (recente) e colonização gaúcha (antiga)

MAPA Nº 4. Ocupação [não índia] do sul de Mato Grosso do Sul

O *alardeamento* de terras baratas e produtivas, bem como a gradual melhoria de vias de comunicação terrestre, estimulou a migração interna de agricultores de São Paulo e da região oeste do Paraná, influenciando muito significativamente nos municípios onde ela primeiro chegou, haja vista que “no caso de Mato Grosso, a densidade populacional era tão baixa no estado, em geral, que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro [...]” (FOWERAKER, 1982, p. 72).

Porém, o fato de *Amambai histórico* (os antigos municípios de Amambai e Iguatemi) receber influência mais tardiamente da frente pio-

neira moderna, não deve ser motivo de confusão, a ponto de precipitar uma conclusão de que a área em questão tenha decrescido ou estagnado em termos populacionais. Podemos afirmar, sim, que perdera na *participação no bolo* – no total do crescimento demográfico da MRH –, graças, como dissemos, ao dinamismo que os resultados apresentados pela CAND provocaram em Dourados e em municípios mais próximos, como em Itaporã, por exemplo.

Tanto é assim que se adicionarmos às nossas análises o território acima denominado por *Porção meridional do município de Dourados* que no período estudado incluiu os municípios de Caarapó e Naviraí, que também integram nosso ESMT, teremos uma recuperação da participação populacional em relação ao total da Microrregião censitária. O município de Caarapó (1958) respondia no censo de 1960 com 6% do total da Microrregião, o que, somado aos 11% de *Amambai histórico*, elevaria o ESMT a 17%, como revela o gráfico.

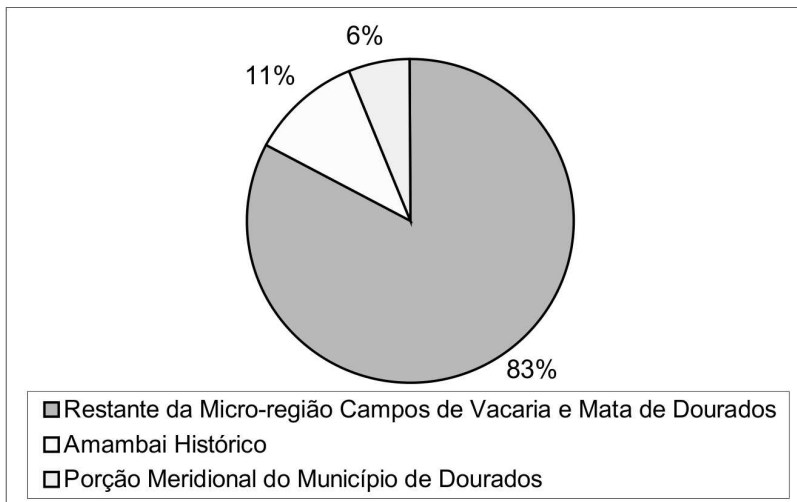


FIGURA Nº 2. População total em 1960

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950, 1960 e 1970.

Em 1970, já tendo a experiência de Dourados se concretizado, tornando-se o centro propulsor de mudanças significativas quanto à economia e demografia, irradiando a áreas mais próximas sua influência, temos para o ESMT 20% do total, já uma situação de re-equilíbrio.

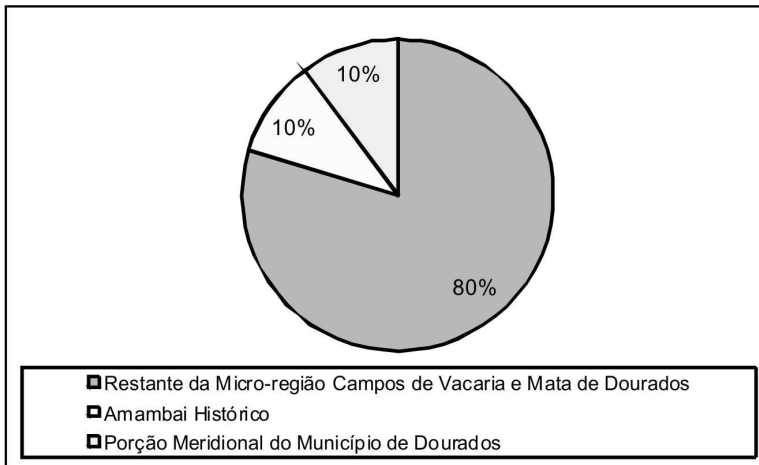


Figura nº3. População total em 1970.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950,1960 e 1970.

A aproximação do ESMT em 1970 com o índice de 1950 para *Amambai histórico* (20% para 21% em 1950) também não deve ser compreendido como um giro em direção ao ponto de partida. Há de se observar que se trata em 1970 de uma conjuntura de *desbravamento* para esses lugares. Vejamos o comentário de Figueiredo (1968): “dentro das áreas fragmentadas pela iniciativa colonizadora atual, a atividade ervateira tem permanecido apenas na zona da Colônia Agrícola Nacional de Dourados; em áreas mais *bravas*, ainda em desbravamento, em Caarapó, Iguatemi, Naviraí, etc.; [...]” (p. 253). São áreas que ao final da década de 60 ainda estavam sendo incorporadas pela marcha pioneira, portanto, que vinha alterando mais significativamente a paisagem, as relações sociais e a densidade populacional para todo o cone-sul de Mato Grosso.

Assim, enquanto vê-se elevar para a MRH a densidade populacional de 1,3 habitante por quilômetro quadrado em 1950, para 3,1 em 1960 e 6,7 em 1970, *Amambai histórico* adquire um menor mas constante ganho de população: 1,0 hab/km² em 1950, 1,6 em 1960 e 3,1 em 1970. Já para a *Porção meridional do município de Dourados* há um crescimento populacional ainda mais impressionante em 10 anos: de 1,7 hab/km² em 1960 para 6,4 em 1970, praticamente igualando a média de toda a MRH em 20 anos (6,7). O quadro, na sequência (cf. Tabelas 1, 2.1, 2.2 e 2.3), apresenta os dados em que se balizam essas considerações interpretativas.

Quadro nº 1

ANO	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB./KM ²)		
	DA MRH	DE <i>AMAMBAI HISTÓRICO</i>	DA <i>PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS</i>
1950	1,3	1,0	---
1960	3,1	1,6	1,7
1970	6,7	3,1	6,4

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950, 1960 e 1970.

Para compreender como essa última região em análise recebe nos anos 60 grande fluxo migratório, é preciso considerar a importância que passou a ter principalmente Naviraí, que, segundo Fabrini, surgiu a partir de colonização da gleba Naviraí (9.469 ha), retalhada a partir da ação da colonizadora *Vera Cruz-Mato Grosso*. Essa empresa, que era proveniente da cidade de Vera-Cruz (São Paulo), loteou e vendeu na década de 1950, grande parte dos terrenos a proprietários vindos do Paraná e do estado de São Paulo. (FABRINI, 1995, p. 48). O loteamento conduziu a uma densidade populacional que culminou, como já se disse, com a emancipação em 1963 do município de Naviraí.

Um mundo rural

Uma constatação relevante a esse estudo encontra-se no grande contingente populacional vivendo na zona rural em relação à população urbana, revelando, a exemplo da maior parte do país, que a atividade econômica preponderante até 1970 estivera relacionada ao campo. Assim, o grande salto populacional, revelado pelos dados censitários para as duas décadas subsequentes a 1950 no ESMT, é, principalmente, decorrente do processo de colonização da nova fronteira agrícola brasileira, a *oeste*.

Vejamos: se para a MRH houve entre 1950 e 1960 incremento na população na ordem de 210,8% e, entre 1960 a 1970 de 108,6%, percebe-se que o contingente permanece hegemonicamente rural, não variando o incremento nas duas primeiras décadas (77,1%, contra 22,9% da população urbana), para apenas recuar em termos decimais entre 1960 a 1970 (72,1% rural e 27,9% urbana) (cf. **Tabela 4.1**).

Também a população de *Amambai histórico* que cresceu em menor proporção (incremento de 51,5 % de 1950 a 1960, e 97,5% de 1960-70), manteve-se essencialmente com o mesmo perfil: 82,0% rural contra 18,0% urbana em 1950; 77,9% rural para 22,1% urbana em 1960 e; 76,2% rural para 23,8% urbana em 1970 (cf. **Tabela 4.2**).

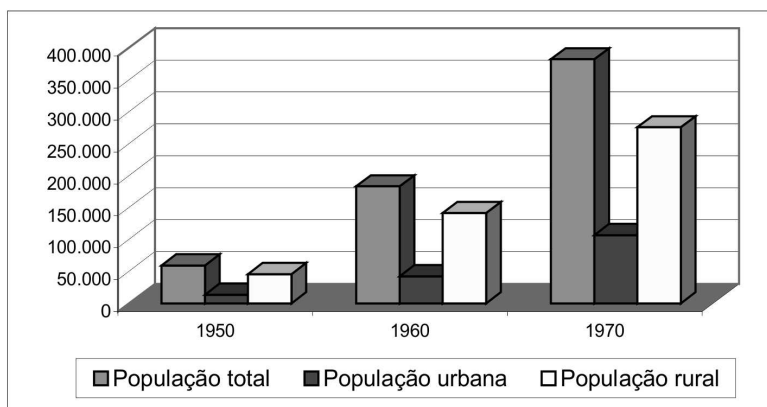


FIGURA Nº 4. População total, urbana e rural da MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*
 FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950, 1960 e 1970.

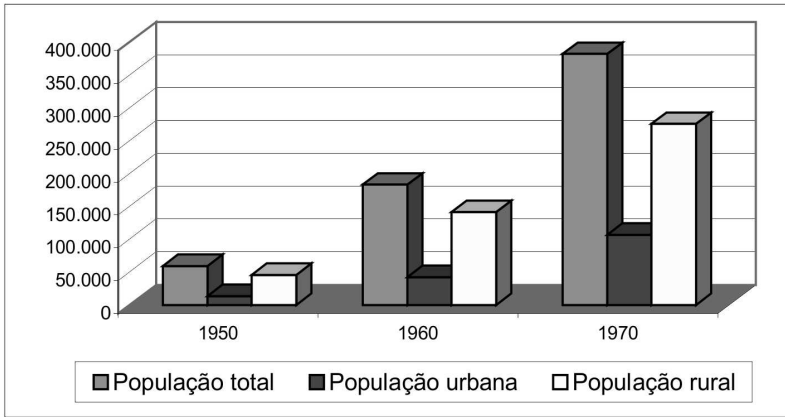


FIGURA Nº 5. População total, urbana e rural de Amambai histórica

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1950, 1960 e 1970.

Do mesmo modo, ainda a *Porção meridional do município de Dourados* que, como vimos, teve excelente incremento populacional entre 1960-70 (257,1%), mantém o predomínio do rural frente ao urbano. Segundo o censo demográfico, em 1960 havia 21,9% da população dessa Porção vivendo em área urbana, contra 78,1% nas zonas rurais, sofrendo o quadro em 1970 um leve declive em favor do crescimento urbano: 73,5% viviam no campo e 26,5% nas cidades (cf. *Tabela 4.3*).

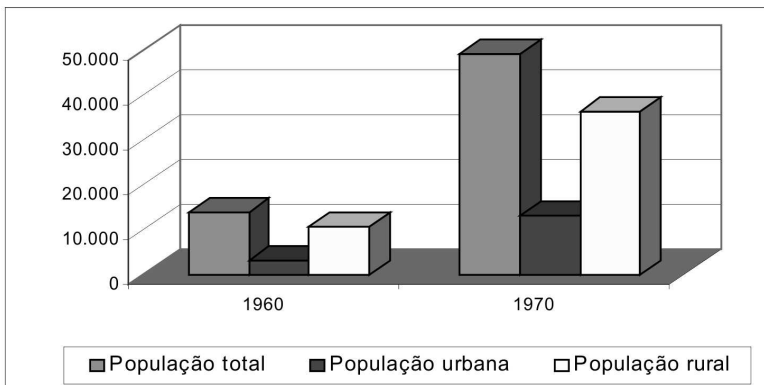


FIGURA Nº 6. População total, urbana e rural da Porção meridional do município de Dourados

FONTE: IBGE – Censos Demográficos de Mato Grosso de 1960 e 1970.

Em breve comentário, diríamos: quem hoje dirigir o olhar para as porções mais meridionais de Mato Grosso do Sul verá que a região está composta de vários municípios, com uma população vivendo majoritariamente nas cidades,³² e uma economia que, além da agropecuária, também gira em torno dos setores de serviços e comércio. Perceberá então que no período estudado havia uma feição distinta para a área em questão, podendo ser compreendida como formadora da conformação socioeconômica atual.

O comércio que se instalou, por exemplo, moveu-se de início para fornecer insumos, máquinas e equipamentos para as atividades rurais, e também gêneros alimentícios e artigos primários como vestuário, objetivando abastecer a população que principiou a aglomerar-se. Tompes da Silva (1992) atribui à presença do capital comercial o domínio sobre as experiências de colonização (da CAND, da Cia. Moura Andrade, da Cia. Viação São Paulo Mato Grosso e da SOMECO), tornando-se o comerciante o operador central na dinamização do processo:

Este agente era o responsável não apenas pelo fornecimento dos bens de consumo imediatos, mas também dos instrumentos de produção, detendo o controle do escoamento da produção e de parcela importante do crédito, além de ser o organizador dos esquemas de comercialização e seu principal beneficiário. Os comerciantes ao controlarem uma parte substancial do crédito e sua distribuição, montam uma engrenagem que subordina os colonos e subtrai-lhes os excedentes. (p. 59)

32 Muito embora se deva ter em conta o alerta de José Eli da Veiga, de que “o Brasil é um país menos urbanizado que se supõe”. O autor de *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula*, publicada pela Ed. Autores Associados, apresentou uma prévia de sua tese em artigo que afirma a premente necessidade de critérios mais adequados para a classificação de cidade, de distinguir o urbano do rural, para, evitando anacronismos, ter-se um perfil mais adequado do país para subsidiar projetos de desenvolvimento. Afirma que até hoje a definição usual de “cidade” vem da obra do Estado Novo, através do “Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais”. Indaga ao final: “Será razoável que no início do século 21 se considere ‘cidade’ um aglomerado de menos de 20 mil pessoas?” (Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/professores/zeeli/>>. Acesso em: 26 maio 2002).

Voltando a nossos exames, vemos no comparativo dos índices de crescimento da população urbana e rural de *Amambai histórico* em relação a MRH o seguinte quadro:

- *quanto à elevação no índice de crescimento da população urbana*: enquanto a MRH apresentava uma elevação da ordem de 310,6 em 1960 sobre a base de 1950, acumulando em 788,8 em 1970, houve, para *Amambai histórico*, nas duas primeiras décadas examinadas acréscimo de 185,5, elevando o índice para 394,7 em 1970 (cf. **Tabela 5.1**);
- *quanto à elevação no índice de crescimento da população rural*: enquanto a MRH apresentava uma elevação da ordem de 310,8 em 1960 sobre a base de 1950 (exatamente igual ao crescimento urbano para o período, como vimos), acumulando em 606,4 em 1970, houve, para *Amambai histórico*, nas duas primeiras décadas examinadas acréscimo de 144,0, elevando o índice para 278,1 em 1970 (cf. **Tabela 5.2**).

Dessa forma, os subgrupos participavam, em relação a toda a MRH, com os seguintes percentuais:

- em relação ao total da população urbana residente na MRH, *Amambai histórico* representava 21,4% em 1950; 12,8 em 1960 e 10,7% em 1970 (uma curva decrescente de participação, portanto) (cf. **Tabela 5.1**); o mesmo ocorrendo ao examinarmos a participação do grupo no total da população rural: de 29,1% em 1950, para 13,5% em 1960 e 13,3% em 1970 (cf. **Tabela 5.2**);
- já a *Porção meridional do município de Dourados* representava em relação a MRH, em termos de população urbana residente, 7,2% em 1960, subindo para 12,2% em 1970 (cf. **Tabela 5.1**); e para a população rural um acréscimo na participação: de 7,6 em 1960, para 13,1% em 1970 (cf. **Tabela 5.2**).

Em resumo, até aqui vimos que ocorreu no ESMT um relativo crescimento da população no período de 1950 a 1970, o qual, se não igualava o significativo crescimento nos locais mais diretamente sob influência da CAND, certo é que também esteve bem acima de um crescimento meramente vegetativo e para muito além do crescimento médio da população nacional – que foi de 34,9% em 1960 sobre o ano de 1950 e, 32,9% em 1970 sobre o ano base 1960 (cf. **Tabela 4.4**).

Igualmente considerável é destacar que para o ESMT eram as áreas rurais que atraíam as pessoas, seja para apropriação das terras, seja para nelas trabalharem, o que é traço mais significativo, sobretudo, em relação aos migrantes nordestinos que para ali se dirigiam. Se a concentração de terras e a seca no nordeste expulsavam as famílias para as metrópoles do sudeste – São Paulo e Rio de Janeiro – a frente pioneira paulista também os atraía para, a seguir, expeli-los a áreas mais a oeste, dando o sentido do curso da marcha pioneira. Sobre essa mão-de-obra, trabalharemos mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Uma vez convencidos quanto ao perfil fundamentalmente rural da região nos anos 40, 50 e 60 do século passado, passemos agora a avaliar a composição da propriedade das terras.

Crescimento das propriedades particulares: a terra como negócio

De acordo com os dados censitários, percebemos o predomínio absoluto de propriedades particulares (*individual* ou *outra entidade particular*) em comparação à propriedade de entidades públicas – que compõem quantidades sempre residuais – e um crescimento constante do número de propriedades particulares, aproximadamente na mesma proporção para os dois grupos de áreas e para toda a MRH (cf. **Tabelas 6.1, 6.2 e 6.3**). Esses resultados, longe de serem justificados pela fragmentação das propriedades por herança, remetem à constatação de que ainda nos anos 60 intensas

e constantes eram as vendas de terras devolutas a particulares no sul do estado, haja vista o crescimento do total das áreas aos três grupos de análise.

Atente-se que para todo o antigo estado de Mato Grosso houve a partir de 1952 uma acirrada disputa das terras devolutas, devido à sua qualidade e aos baixos preços, elevando significativamente o volume das transações efetuadas em 1952. (MORENO, 1993, p. 203). Desse modo, de 1951 a 1955 houve um total de 7.363 títulos provisórios em 21.949.568 hectares, e 3.170 títulos definitivos em uma área de 10.959.778 hectares. “A renda total foi de Cr\$ 129.803.110,69, confirmando a tese de que a maior arrecadação do Estado provinha da venda de terras devolutas.” (id., ibid., p. 206). A mesma autora apresentou um quadro em que consta a fluente movimentação de venda de terras devolutas entre 1956 e 1960, expedindo o Estado um total de 3.234 títulos provisórios com 12.049.698,38 ha, e 2.343 títulos definitivos, com 9.920.565,794 ha, rendendo aos cofres estaduais um total de Cr\$ 198.154.056,40. (id., ibid., p. 223). Para o período de 1961 a 1964, o movimento com as terras públicas continuou alto: 1.354 títulos provisórios, com 3.885.224 ha, e 2.398 títulos definitivos com 10.315.146 ha, obtendo o governo, nesse período, a renda total de Cr\$ 331.056.822,00. (id., ibid., p. 233).

Reforçando então o que dissemos em torno do crescimento das áreas sob domínio de particulares, a figura abaixo (representando os resultados das **Tabelas 6.1, 6.2, e 6.3**), mais que referendar a tese de Moreno (acima), demonstra que os negócios com as terras devolutas – ao menos no ESMT – continuavam ativos mesmo durante a década de 1960.³³ Os gráficos a seguir (**Figuras nº 7, 8 e 9**) descrevem o crescimento das áreas para cada categoria.

Na apuração dos censos agrícola e agropecuário (cf. **Tabelas 7.1, 7.2, 7.3**) houve uma distinção nos anos censitários quanto à condição do produtor para as áreas avaliadas. Por exemplo, em 1950, para *Amambai*

³³ Em 01 de fevereiro de 1966, o então recém-eleito governador Pedro Pedrossian suspendeu o Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.), pela portaria nº 5/66 (cf. MORENO, 1993, p. 245).

histórico e para o total da MRH, algo em torno de 90% das declarações referiam-se a estabelecimentos em que o produtor era o proprietário das terras³⁴ (97,0% e 89,6%, respectivamente), ocupando uma mesma proporção do total das áreas (96,5% de *Amambai histórico* e 89,3% do total da MRH).

A situação se altera em 1960 com o aumento das aquisições de terras. Neste ano, vê-se para a MRH um predomínio de outros agentes produzindo sobre as terras (*arrendatário, ocupante, e parceiro*) com 56,5% dos estabelecimentos declarados, ocupando uma extensão de terras de 43,5% do total.

O mesmo ocorre com o item *condição do produtor* para a *Porção meridional do município de Dourados* (que já se apresenta neste ano), numa extensão de terra aproximada: 50,9% não são proprietários, produzindo em uma área de 49,1% das terras declaradas. Apenas *Amambai histórico* não segue a tendência, mantendo-se os estabelecimentos produzindo majoritariamente pelo proprietário (87,6%), numa área correspondente a 93,1% do território.

Como se pode ver, essa situação parece indicar que as novas aquisições eram cedidas em parcerias (ou arrendamentos) para a derrubada das matas e a abertura das fazendas, muito marcadamente para áreas mais próximas de Dourados, novamente sustentando o sentido da marcha da frente pioneira e dos artifícios tradicionalmente utilizados e já testados nos estados vizinhos para abrir as fazendas sem dispêndio significativo de capitais, o que não se faz na mesma intensidade sentir em *Amambai histórico*.

Já no ano de 1970, se a produção por terceiros respondia por quase a metade dos estabelecimentos (46%) em toda a MRH, essa produção se dava em uma área infinitamente menor – em apenas 7,3% da área – o que indica já uma retomada por parte do proprietário da área anteriormen-

³⁴ Aqui somamos as categorias *proprietário* e *administrador*, visto que este último representava o proprietário na sua ausência.

te arrendada/parcelada, possivelmente formada em pastagens ou limpa à disposição para culturas agrícolas financeiramente atraentes. O mesmo movimento também se vê para a *Porção meridional de Dourados* – ainda mais significativo, diríamos: 61,6% dos estabelecimentos nas mãos de terceiros, em uma área bastante pequena: 7,0% do total; 93% das terras eram exploradas pelos respectivos proprietários. Novamente *Amambai histórico* destoava. Porém, com alguma alteração em relação à proporção anterior: 76,6% das declarações vinculavam a produção das terras nas mãos dos proprietários, embora também respondendo por quase a totalidade das áreas (95,9%). Os arrendatários e ocupantes mantiveram-se, em todos os grupos analisados, numa faixa reduzida que, posteriormente, se traduzirá em conflitos na luta pela reforma agrária, tão notória nas últimas décadas do século XX no ESMT e mesmo após a virada do século (cf. **Tabelas 7.1, 7.2 e 7.3**).

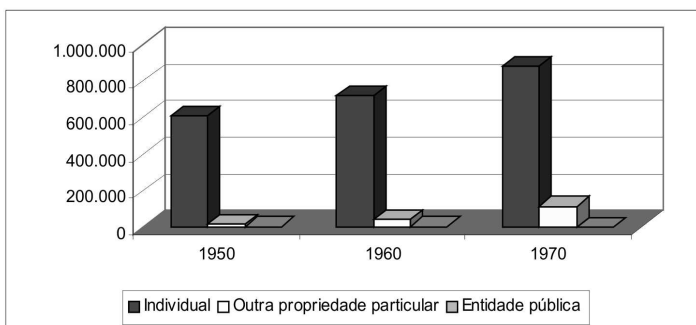


FIGURA Nº 7. MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo o tipo de propriedade (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato

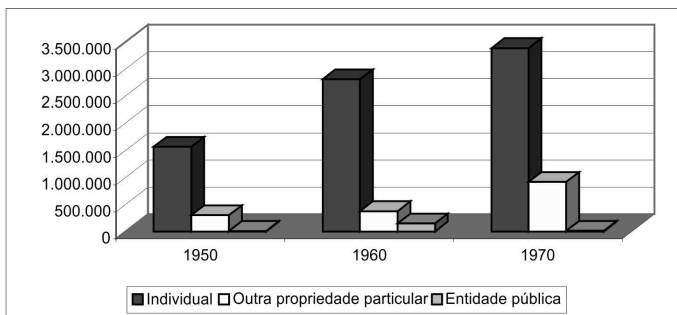


FIGURA Nº 8. Amambai histórico – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo o tipo de propriedade (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato

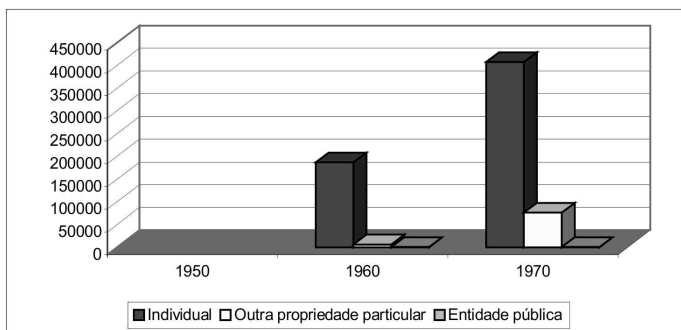


FIGURA Nº 9. Porção meridional do município de Dourados – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo o tipo de propriedade (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

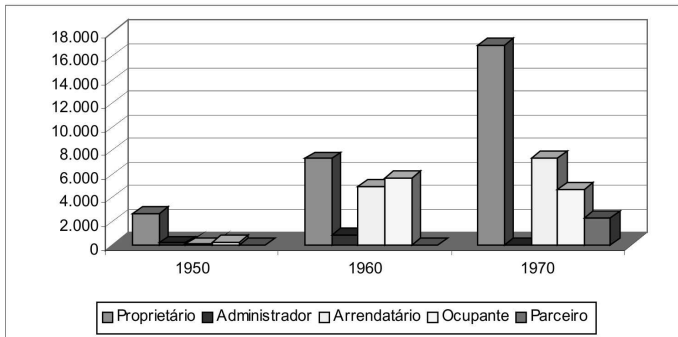


FIGURA Nº 10. MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados – Número de estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato

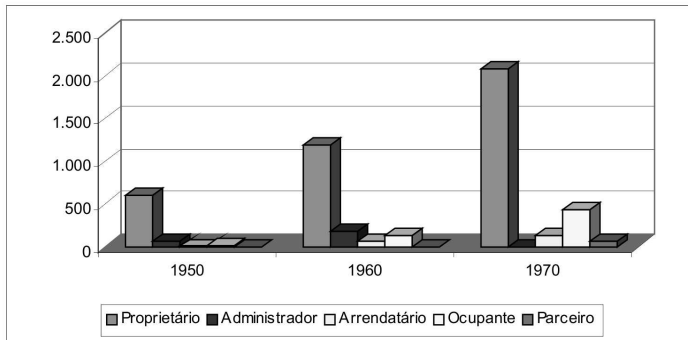


FIGURA Nº 11. Amambai histórico – Número de estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato

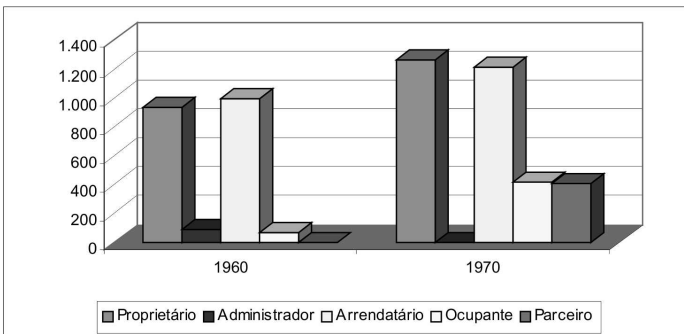


FIGURA Nº 12. Porção meridional do município de Dourados – Número de estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

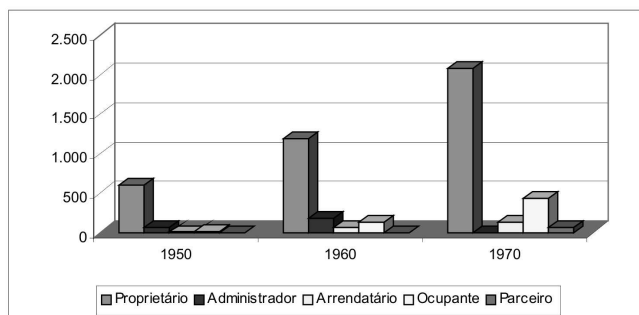


FIGURA Nº 13. MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 –Estado de Mato

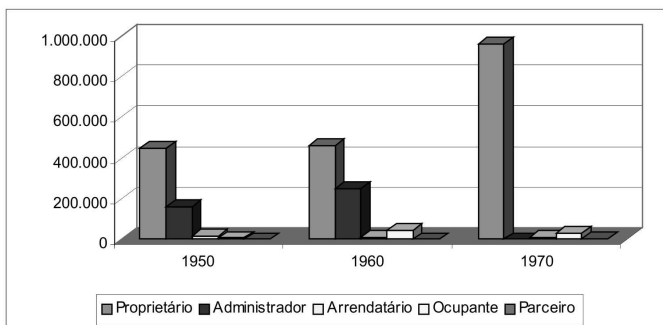


FIGURA Nº 14. Amambai histórico – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato

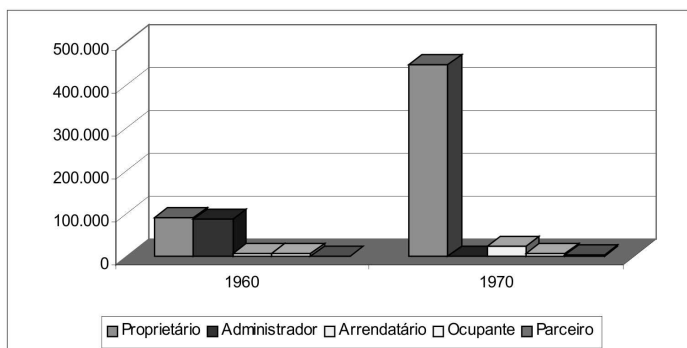


FIGURA Nº 15. Porção meridional do município de Dourados – Área ocupada pelos estabelecimentos rurais, segundo a condição do produtor (ha)

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

Quando se visualiza os gráficos, é possível perceber em todas as regiões aferidas que a presença do *administrador* ascende em 1960, para sem exceções, reduzir-se sensivelmente em 1970. Já os gráficos que os representam na área ocupada, nos ajudam a compreender que os *administradores* estavam empregados em grandes áreas que, a julgar pelo que anteriormente vimos, destinavam-se principalmente à atividade pecuária. Essa hipótese encontra suporte nas avaliações de Tompes da SILVA, quando discorre sobre a pecuária melhorada no sul de Mato Grosso do Sul:

Essa pecuária praticada em melhores condições foi introduzida nos anos 50, mas se expandiu de forma mais intensa a partir do início dos anos sessenta. Foi desenvolvida, no princípio, por mineiros da região do Triângulo que, objetivando ampliar seus negócios, adquiriram terras nessas áreas de mata e instalaram aí seus estabelecimentos de criatório bovino. Posteriormente, foi expandida por paulistas e paranaenses que, ao verem malogradas suas tentativas de cultivo do café nas áreas de mata [...] resolveram transformar seus estabelecimentos de cafeicultura em fazendas de gado.

Esses pecuaristas, motivados pelo reduzido preço das terras, na época um bem abundante e de pouco valor, compravam em regra *grandes extensões nas áreas de mata*.

A maior parte desses proprietários eram *absenteístas* que, devido à precariedade das condições infraestruturais existentes nesse período no Mato Grosso do Sul, optaram por continuar residindo em seus locais de origem. Eles *deixavam para administração do estabelecimento um capataz*, alguém de confiança que traziam de suas regiões de origem. (1992, p. 51-2, *grifos nossos*).

Tudo indica que, para além das áreas mais visadas da MRH – de colonização mais intensa – que o autor acima enfoca, essa lógica também ocorreu no ESMT. Em 1970, já com uma estrutura montada, embora com alguma precariedade, o proprietário passa a responder diretamente pelo estabelecimento, sem a mediação do administrador, que sai de cena (cf. **Tabelas 7.1, 7.2 e 7.3**).

Se até aqui pudemos já descortinar, através dos números, um pouco do perfil de cada sub-região estudada e estabelecer conexão e distinção com o espaço maior que tradicionalmente ficou conhecido por MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, passemos agora a exibir e refletir sobre um quadro que certamente é da maior relevância para se entender a formação do ESMT: a concentração fundiária.

Fabrini já destacava que a concentração fundiária, sob comando da atividade pecuária de corte, era o traço característico e fundamental para se compreender a dinâmica agrária do sul de Mato Grosso do Sul. (1995, p. 1).

Com efeito, na MRH em 1950 as propriedades acima de 1.000 ha representavam menos de 15% dos estabelecimentos e ocupavam 80,7% da área; enquanto que 59,5% dos estabelecimentos eram de menos de 100 ha, ocupando uma área de apenas 3,4% do total da extensão dos estabelecimentos, que era de 1.874.024 ha. Nos dois períodos seguintes, se houve um acréscimo significativo da pequena propriedade (com menos de 100 ha), para 88,8% do número total de estabelecimentos em 1960 e 90,3% em 1970, isso não significou um crescimento na mesma proporção – representava, em 1960, 10,2% e em 1970, 10,4% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais. Ao mesmo tempo, houve uma redução relativa do espaço destinado a cada pequena propriedade, já que, se em 1950 tinha-se uma área média de 34,6 ha para cada unidade, essa diminuiria para 20,5 ha em 1960, e para 15,8 ha em 1970. A grande propriedade mantém uma *elevada* área média: 3.427,7 ha por propriedade em 1950, subindo para 4.008,9 ha/propriedade em 1960, para apenas recuar um pouco em 1970 (3.787,5 ha/propried.), o que de qualquer forma ainda era maior que em 1950 (Observar a **Figura nº 16**). Como as áreas de médias propriedades (acima de 100 e abaixo de 1.000 ha) mantiveram-se estáveis (cf. **Tabela 8.1**), conclui-se pela concentração fundiária numa região onde se teve grande parte das iniciativas de colonização e assentamento, no estado. Encontra-se aí a gênese das condições objetivas que,

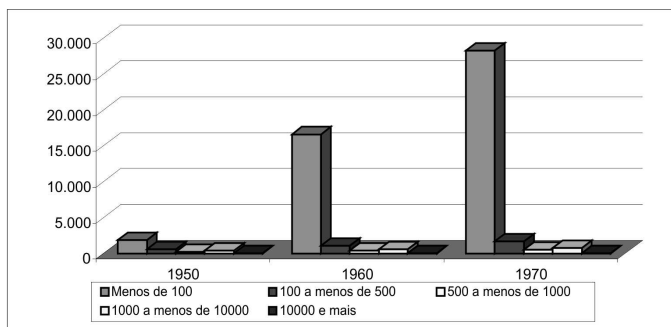
décadas mais tarde viriam ecoar nas reivindicações pela reforma agrária e de amplas ações de luta para efetivá-las, assim como algumas conquistas como a do *Assentamento Sul Bonito* em Itaquiraí nos anos 90.

Isso posto, passemos agora a direcionar o foco das atenções às sub-regiões que nos interessam mais diretamente.

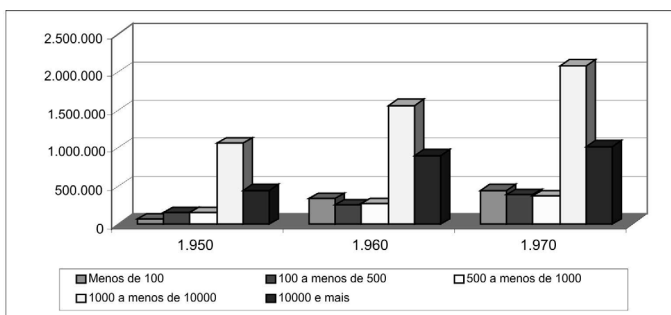
Para *Amambai histórico*, em 1950, 28,3% do total dos estabelecimentos eram de menos de 100 ha, ocupando, porém, uma ínfima área (6.838 ha), representando 1,1% do território ocupado pelos estabelecimentos, que era de 631.406 ha. Para 1960, houve um significativo aumento do número dessas propriedades (passando a representar 62,5% do total) – os efeitos dos anos 50 quanto à ocupação da fronteira se fazem perceber aqui em *Amambai histórico*. Também há um crescimento da área ocupada, embora em menor proporção (3,8%). Para 1970, mantém-se um crescimento em número de estabelecimentos (73,9%) e em área ocupada (5,5%). Contudo, a exemplo do que se verificou para a MRH, também em *Amambai histórico* a área média por estabelecimento para a pequena propriedade caiu de 34,7 ha em 1950, para 29,5 ha em 1960, e 27,5 ha em 1970 (cf. **Tabela 8.2**).

Quanto às grandes e muito grandes propriedades, houve uma ligeira diminuição no número e nas áreas representadas: se em 1950 os estabelecimentos com áreas de 1.000 ha e acima representavam 28,2% dos estabelecimentos e ocupavam 80,5% da área (508.494 ha), em 1960 representavam 13,6% dos estabelecimentos e ocupavam 78,3% da área (600.613 ha), e em 1970 representavam 9,0% dos estabelecimentos e ocupavam 77,5% da área (775.389 ha). Porém, o que é preciso destacar é o crescimento proporcional da área média ocupada por cada grande estabelecimento, que não diminui com a colonização mais fluente. Crescem linearmente da média de 2.594,4 ha/propriedade, em 1950, para 2.793,5 ha em 1960 e para 3.177,8 ha em 1970 (cf. Tabela 8.2). Como a extensão das médias propriedades (acima de 100 e abaixo de 1.000

ha) pouco oscila, também atribuímos ao decréscimo médio da pequena propriedade o crescimento da grande, conforme podemos verificar a seguir:



Número de estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)



Área ocupada pelos estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)

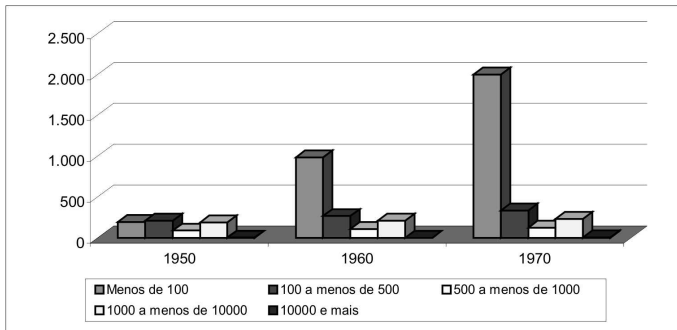
FIGURA Nº 16. Estrutura fundiária da MRH

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso

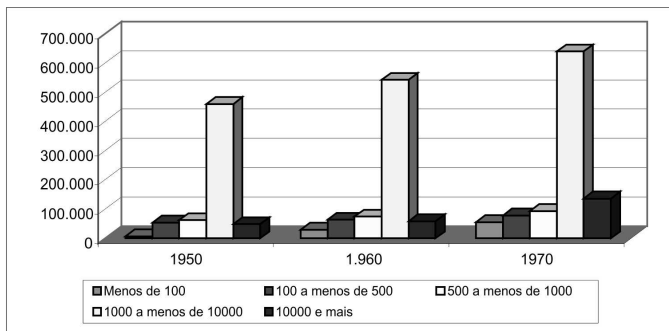
Também na *Porção meridional do município de Dourados* seguiu-se em dez anos um processo de concentração de terras. Em 1960, as pequenas propriedades (menos de 100 ha) representavam 90,4% dos estabelecimentos declarados, ocupando uma pequena área de 30.685 ha (16,0% do total); em 1970, o que se vê pelos dados censitários é uma pequena redução de representatividade da pequena propriedade (88,1% do total) e uma drástica diminuição da área sob controle dessa categoria (caiu de 16,0% para

8,4%). Houve, portanto, uma diminuição da área média por estabelecimento até 100 ha: de 16,4 ha/estabelecimento em 1960, para 14,0 ha em 1970 (cf. **Tabela 8.3**).

Novamente verificamos que a diminuição proporcional da pequena propriedade corresponde ao aumento da grande. Os grandes estabelecimentos nessa *Porção meridional de Dourados*, que em 1960 eram em número de 38 e representavam 1,8% do total, compondo uma área equivalente a 59,4% do total (114.953 ha) passaram a significar em 1970 3,1% em número, ocupando 346.200 ha (71,5% do total da área declarada). Percebemos que houve um crescimento proporcional da área média reservada à grande proprieda-



Número de estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)

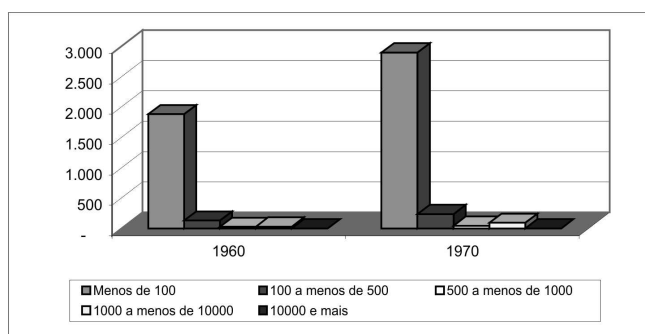


Área ocupada pelos estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)

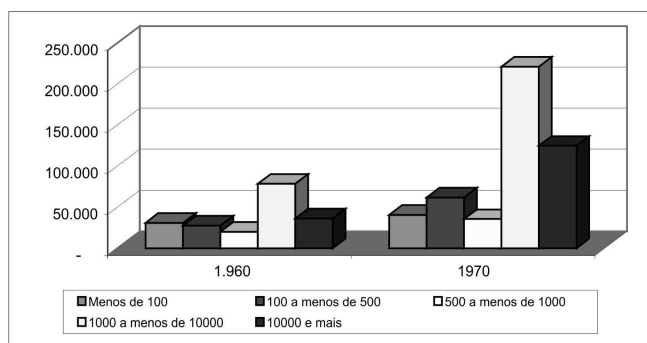
FIGURA Nº 17 – Estrutura fundiária de *Amambai histórico*

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 –Estado de Mato

de, de 3.025,1 ha/por propriedade em 1960, para 3.394,1 ha em 1970 (cf. **Tabela 8.3**). Nessa *Porção meridional do município de Dourados*, como se pôde ver segue-se o mesmo percurso de concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários em detrimento dos pequenos. A exceção talvez seja a de constatar que a área das médias propriedades (de 100 a 500 ha e de 500 a 1.000 ha) também se eleva proporcionalmente: de 292,4 ha/por propriedade, para 336,4 ha/propriedade (cf. **Tabela 9.3**). A figura, a seguir, ilustra as constatações, acima observadas.



Número de estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)



Área ocupada pelos estabelecimentos, segundo grupos de área (ha)

FIGURA N° 18. Estrutura fundiária da Porção meridional do município de Dourados

FONTE: IBGE – Censo Agrícola de 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

Portanto, se há um certo consenso em torno de ser o sul do atual estado de Mato Grosso do Sul uma região onde há uma menor participação

do latifúndio em comparação a outras regiões do estado, isso não pode ser levado à risca a ponto de se acreditar que houve com a colonização da região uma distribuição equitativa das terras. Podemos perceber, a partir dos indicadores do IBGE, que o oposto parece ser o mais correto, confirmando para o ESMT, a partir de meados do século, o diagnóstico sustentado por Gislene Moreno quanto à política de colonização para todo o antigo estado de Mato Grosso, onde “conclui-se que a política de colonização serviu mais para controlar a entrada de colonos imigrantes e a expansão da pequena propriedade, deixando clara a opção dos governantes por uma política de concentração fundiária, cujas bases já vinham se firmando na desenfreada apropriação de grandes propriedades.” (MORENO, 1993, p. 145-6).

Sobre a produção

João Fabrini assinalou que na

[...] área de loteamento [gleba Naviraí], o *algodão* surgiu como uma das alternativas econômicas para os pequenos e médios proprietários, visto que nesta época as lavouras de *café* não despertavam muito interesse, embora fosse praticada por pequenos proprietários. A produção de café se sustentava basicamente pela prática em áreas de terras novas, ocupadas a partir desse momento. Os grandes proprietários, porém, priorizaram a *pecuária*. (FABRINI, 1995, p. 48, *grifos nossos*).

Seguindo em direção a tais considerações, passemos a aferir os dados censitários, que são reveladores quanto ao quadro em que se encontrava o ESMT no item “utilização de terras”.

Quando se observa o volume de área destinado às culturas agrícolas, percebemos o quanto elas foram cultivadas numa superfície insignificante no ESMT e também em toda a MRH.

Do total de terras ocupadas por estabelecimentos rurais em *Amambai histórico* em 1950 (631.406 ha), apenas 21 ha destinavam-se a lavouras

permanentes e 2.839 ha para temporárias, representando em conjunto menos de 0,5% daquele total. Não houve mudança significativa nesses números nas décadas seguintes: em 1960, menos de 2% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais (767.546 ha) estavam reservadas para as lavouras (3.935 ha para culturas permanentes e 8.836 ha para temporárias). O censo de 1970 assinalava que em menos de 3% da área praticava-se lavoura (1.753 ha com lavouras permanentes e 24.767 ha com lavouras temporárias). Por outro lado, as pastagens estavam assentadas sobre uma grande superfície em 1950, 418.818 ha (66,3% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais); declinando um pouco em 1960, 378.759 ha (49,3% do total) para novamente avançar em 1970, 585.227 ha (representando 58,5% do total) (cf. **Tabelas 12.2**).

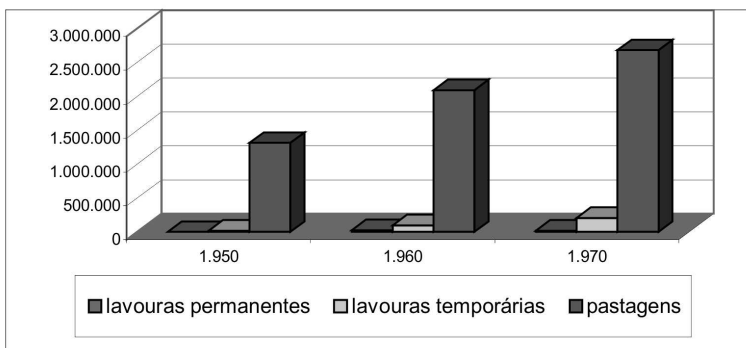
Como já dissemos, os resultados não são muito diferentes dos acima para a *Porção meridional do município de Dourados*. Em 1960, aproximadamente 10% da área dos estabelecimentos rurais (total de 193.479 ha) destinavam-se a lavouras (8.000 ha para lavouras permanentes e 13.179 ha para temporárias). Em 1970, vê-se 2.753 ha destinados às lavouras permanentes e 28.033 ha às lavouras temporárias, assentadas, portanto, em área proporcionalmente menor (menos de 7% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais). As pastagens cresceram nesta esfera de análise em 1970 em relação ao ano de 1960: se neste ano compunham uma superfície de 76.172 ha (39,4% do total da área ocupada por estabelecimentos rurais); naquele avançavam para 258.443 ha (53,4%) (cf. **Tabela 12.3**).

A **Figura nº 19** ilustra o cenário exposto (v. tb. **Tabelas 12.1, 12.2 e 12.3**). É possível supor que as lavouras estivessem concentradas nas pequenas propriedades, culturas que, para além da subsistência, destinavam-se a suprir o mercado consumidor, principalmente situado nas grandes cidades do sudeste do país.

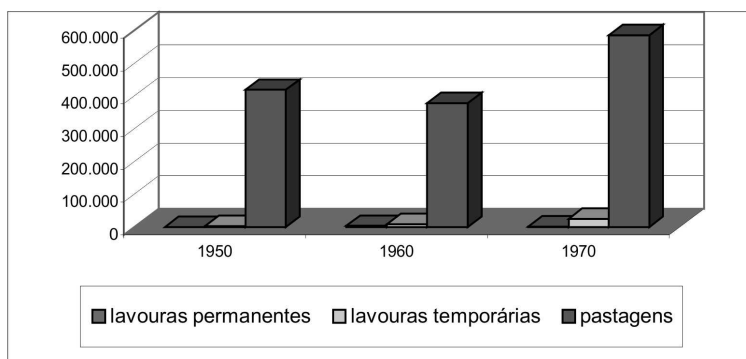
Com o processo de industrialização, as metrópoles atraíam grande fluxo de mão-de-obra e, em consequência, necessitavam de expansão na produção de alimentos no campo. Cabia principalmente à pequena e mé-

dia propriedade a produção de tais gêneros (arroz, feijão, milho, etc), como também o algodão para abastecer as indústrias têxteis, principalmente de São Paulo. Já os grandes proprietários, voltando-se principalmente à pecuária extensiva (poupadora de mão-de-obra), preferiam formar com pastagens as grandes áreas que detinham.

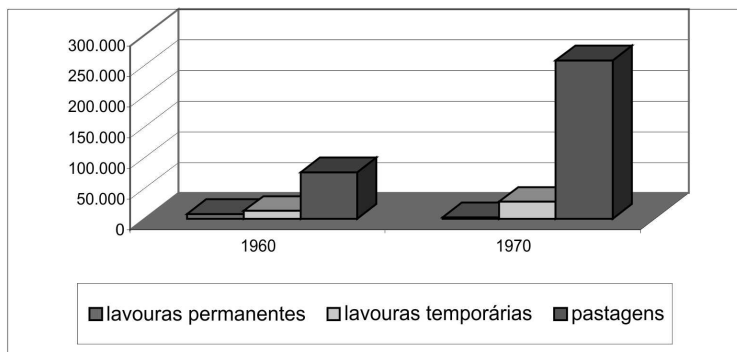
* * *



MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*



Amambai histórico



Porção meridional do município de Dourados

FIGURA Nº 19. Área utilizada pelos estabelecimentos rurais com lavouras e pastagens (ha)
FONTES: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

No tocante à produção física dos gêneros agrícolas, um estudo da *Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai* (CIBPU), publicado em 1955, relatava que o cultivo do algodão aparecia disperso, com um maior volume na depressão permiana em São Paulo – mas já estacionário ou decadente – e em diversas áreas do estado do Paraná, em Minas Gerais, Goiás e na região de Dourados e Rio Brillante em Mato Grosso. Concluía o relatório que a introdução de algodoeiros em Goiás, Paraná e Mato Grosso, era de data recente, condicionada a fatores naturais, humanos e econômicos da região. (COMISSÃO INTERESTADUAL..., 1955, p. 55).

Certamente, no que diz respeito às regiões *algodoeiras* de Mato Grosso, o que se pode ver através dos dados é que na MRH a produção de algodão só se tornou relevante a partir dos dados apresentados pelo censo agrícola de 1960. A MRH, que em 1950 contava apenas com 185 toneladas produzidas de algodão, apresentou um *tremendo* incremento na produção desse produto em 1960 – da ordem de 7.175% (13.459 toneladas) – elevando ainda mais 235,9% em 1970 (45.209 toneladas) (cf. **Tabela 14.1**). A *Porção meridional de Dourados*, tomada em conjunto, seguia essa tendência pouco tardiamente: das 824 toneladas encontradas em 1960, incrementa a produção de algodão em 1.210,8% em 1970 (10.801 toneladas), o que representava 23,9% do total de toda a MRH. Os dados parecem demonstrar os resultados posteriores da alternativa que o algodão representou aos pequenos e médios proprietários assentados na *gleba Naviraí* – como acima assinalado por Fabrini – já que, das 10.801 toneladas colhidas em 1970 na *Porção meridional de Dourados*, 9.460 vinham desse novo município (cf. **Tabela 14.2**).

Já para a área mais representativa do ESMT, o nosso *Amambai histórico*, a cultura do algodão não se destacou nos três censos aqui tomados em análise. Em 1950, simplesmente não houve declaração da existência desse produto. Em 1960, a produção se restringia a 262 toneladas, passando por um relativo crescimento em 1970 (1.113 toneladas) – incremento de

324,8% (cf. **Tabela 14.3**). O algodão que é um gênero praticamente todo ele voltado ao abastecimento da indústria (do vestuário, óleo, etc.), necessitava de estrutura para o escoamento, assim como mão-de-obra e crédito. É um típico produto que parece ter seguido no ritmo dessa *frente pioneira* e, nesse sentido, *Amambai histórico* apresentou até 1970 uma produção pouco expressiva.

O *café*, produto de exportação e que mais representou o sentido da expansão da fronteira pioneira paulista (que também já havia absorvido o norte e oeste paranaense), já não o expressava em termos de estímulo, nas novas áreas agrícolas do *antigo* sul de Mato Grosso. Apropriando-nos das reflexões de João Fabrini – de que, não despertando maiores interesses, o café foi cultivado em *áreas novas* por *pequenos proprietários* –, vimos que o censo de 1960 foi o que registrou a maior produção de café em todo o ESMT, declinando drasticamente em 1970.

Como a produção de café em 1950 para toda a MRH é insignificante (apenas 14 toneladas, cf. **Tabela 14.1**), é a partir do censo de 1960 que podemos melhor avaliar o desempenho desse produto. Em 1960, a maior parte do ESMT respondia em conjunto por mais de dois terços da produção da MRH (que totalizava 19.784 toneladas). A *Porção meridional de Dourados* registrou um total de 11.248 toneladas e *Amambai histórico* 1.013 toneladas (cf. **Tabelas 14.2, 14.3 e 15.5**). Já em 1970 os números mostram derradeira diminuição na produção *cafeeira* em todas as áreas aqui analisadas.

O ESMT, área de colonização mais recente, ainda respondia em 1970 por quase a metade da produção de café da MRH (48,5%), mas o mais significativo é o flagrante declínio da produção em *Amambai histórico*. O volume produzido (656 toneladas) teve um incremento negativo de -35,2%.³⁵ Na *Porção meridional do município de Dourados* houve um incremen-

35 Certamente por ter sido absorvida mais tardiamente por essa *frente pioneira*, a área de *Amambai histórico*, ao mesmo tempo que apresentava no decênio anterior (1960) uma produção mais modesta de café, também foi a que menos reduziu a produção em 1970, quando a tendência era de erradicação dos cafezais

to negativo de -91,9% (das 11.248 toneladas em 1960, para apenas 911 toneladas em 1970) (cf. Tabelas 14.1, 14.2, 14.3 e 15.5).

Sobre o gradual desinteresse na cultura do café, além de preços desestimulantes, acrescenta-se outro dado de fundamental importância: o problema das geadas, que assolava as terras meridionais. Vejamos o que, em 1968, dizia Figueiredo: “A tradição da terra roxa levou a experiências de cafeicultura, instalada em Dourados, mas limitada pela policultura comercial em áreas mais pobres. As condições climáticas especiais do extremo Sul do Estado tiveram sua influência, pois as *geadas frequentes* pesaram na limitação da atividade cafeicultora” (1968, p. 246, *grifos nossos*).

Tompes da Silva, ao interpretar o infortúnio da trajetória da cultura do café nessa região, refere-se às geadas como uma das adversidades:

[...] a cultura do café [...] foi iniciada por cafeicultores do oeste paulista a partir dos anos 50. Na década de 60 cafeicultores paraenses também se somarão aos primeiros paulistas. No entanto, dado o surgimento de uma série de *adversidades*, por volta de 1966 as plantações de café no sul de Mato Grosso do Sul já eram uma atividade em decadência. (1992, p. 51, n. rodapé).

Com efeito, a *Revista Brasil Oeste* nº 83, de julho de 1963, parecia dar razão aos números aferidos pelos censos. A despeito do título otimista, “Café: 14,6 milhões de pés em produção no Estado de Mato Grosso”, a entrevista com o Chefe do Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura de Campo Grande revelava, a partir da produção de 1961/62, o futuro incerto do café em solo mato-grossense. Ressaltava o entrevistado que a cafeicultura só era feita em “terras férteis, de matas [e] com exceção da zona de Dourados, onde os cafêzais formaram grandes agrupamentos, em outras zonas formavam pequenas colônias ou lavouras dispersas, condicionadas aos tamanhos das matas.” (*Revista Brasil Oeste*, jun. 1963, p. 63). Também discorria o Chefe do Serviço sobre as dificuldades para a venda

do produto, dado o excesso da produção nacional, culminando com a erradicação na Zona de Campo Grande dos “cafeeiros antieconômicos, (cerca 1,5 milhão de pés), dentro do plano do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura.” (id. Ibid. p. 63). O entrevistado assinalava: “Na área erradicada estão sendo *formadas pastagens e lavouras de cereais.*” (id., ibid., p. 63, *grifos nossos*).

A julgar pelos gráficos, não é difícil imaginar, portanto, que a tendência se alastraria para a MRH, bem como, em sequência, para o ESMT. Sobre isso acrescenta o entrevistado: “Os cafêzais da zona de Dourados, refeitos da geada de 1955, vão produzir cêrca de 500.000 sacas beneficiadas na safra 62-63, [mas] devido ao baixo preço do produto muitos cafeicultores vêm abusando de culturas intercalares de *arroz, milho e feijão*, prejudicando assim o estado vegetativo dos seus cafeeiros.” (id., ibid., p. 63, *grifos nossos*). Ao encerrar a entrevista, o representante do órgão de *Assistência à Cafeicultura* assinalava: “São poucas as plantações novas no Estado. A cafeicultura deixou de ser interessante em Mato Grosso, pois, atualmente, com a *venda de uma vaca, pode-se comprar 5 sacas de café* beneficiado, quando há 7 anos atrás, os preços eram equivalentes, *uma vaca custava o preço de uma saca de café.*” (id., ibid., p. 63, *grifos nossos*).

Seguindo as pistas que nos fornece a entrevista acima, antes de partir para uma reflexão sobre a formação das pastagens, avaliemos os números das lavouras de cereais, em que destacamos os mesmos produtos: *arroz, milho e feijão*. Como mostram as **Tabelas 12.1, 12.2 e 12.3**, o número de estabelecimentos que declaram praticar lavouras temporárias é sempre bem maior que o número daqueles que declaram possuir pastagens ou praticar lavouras permanentes – embora, como vimos, a área destinada às lavouras tenha sido sempre muito diminuta.

A cultura do arroz que, de acordo com o *Relatório da CIBPU*, estava sendo cultivada em terras mato-grossenses de forma bastante dispersa nos anos 50 (COMISSÃO INTERESTADUAL..., 1955, p. 56), ganharia na MRH um significativo incremento de 466,6% em 1960, indo das 6.503 toneladas produzidas em 1950, para 36.849 toneladas nesse ano, para al-

cançar crescimento mais modesto em 1970: 44.346 toneladas, crescimento que corresponde a 20,3% (cf. **Tabela 14.1**). Na área de *Amambai histórico*, o crescimento da produção desse gênero foi proporcionalmente maior, indo das 270 toneladas produzidas em 1950 para 1.772 toneladas em 1960 (incremento de 556,3%) e 3.127 toneladas em 1970 (incremento de 76,5%) (cf. **Tabela 14.2**). Avaliando-se esse processo por meio de números-índice (1950 = 100), nota-se que, enquanto na MRH o arroz atingiu em 1970 o índice de 681,9, em *Amambai histórico* atingiu 1.158,1 – respondendo em 1970 por mais de 7% do total da produção da MRH (cf. **Tabela 15.1**). Já a outra área que compõe o ESMIT, a *Porção meridional do município de Dourados*, que produzira, em 1960, 6.566 toneladas de arroz, diminuiria em 1970 a produção desse artigo em –36% (4.201 toneladas) (cf. **Tabela 14.3**).

O feijão é um produto em relação ao qual se percebe, para todo o universo de análise aqui abordado, uma considerável queda no volume de produção em 1970. O total da MRH, que registrava nos censos agrícolas de 1950 e 1960, respectivamente 6.503 t e 11.503 t (incremento de 173,8%), passou a apresentar tão somente em 1970 3.457 t (incremento negativo de –69,9%); tomando-se 1950 = 100, percebe-se que, em 1970, a produção cai ao índice de 82 (cf. **Tabelas 14.1 e 15.2**). Em *Amambai histórico*, a produção de feijão passou de 360 t declaradas em 1950, para 881 t em 1960 (incremento de 144,7%), recuando para 660 t em 1970 (–25,1% de incremento). No entanto, o índice permanecia positivo em 1970, com relação a 1950 (183) (cf. **Tabelas 14.2 e 15.2**) – o que tornava *Amambai histórico* responsável por mais de 19% do total da MRH em 1970 (cf. **Tabela 15.2**). Os números mostram a sensível queda na produção de feijão na área por nós denominada de *Porção meridional do município de Dourados*: das 1.955 t produzidas em 1960, registra-se em 1970 apenas 594 t – um incremento negativo de –69,6% (cf. **Tabela 14.3**).

Os produtos acima compõem a base da alimentação do brasileiro, e sua produção, além de suprir a demanda local, era exportada para outras regiões do estado e do país. Já a produção do milho, que na década de 1950 ainda não havia atingido bases comerciais no país (era voltada ao consu-

mo interno e base de alimentação de pequenos animais, cf. COMISSÃO INTERESTADUAL..., 1955, p. 58), teve um crescimento constante da produção nas décadas avaliadas, ao contrário dos dois gêneros anteriores.

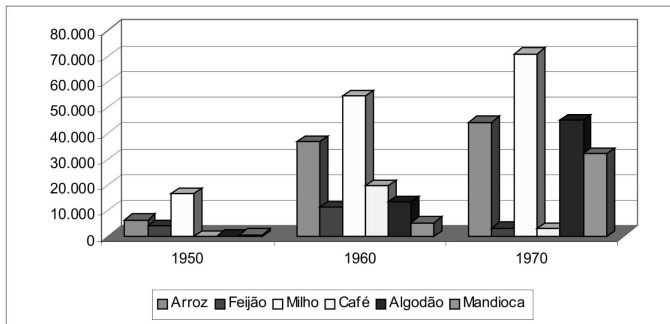
De fato, o *Relatório da CIBPU* afirmava que, embora Mato Grosso não apresentasse na década de 1950 uma produção comparável a de outros estados banhados pelos rios Paraná e Uruguai, “o seu cultivo [do milho], por outro lado é uma prática generalizada em zonas de desbravamento recente. Daí a relativa importância que apresenta nas zonas pioneiras [...]” (id., *ibid.*, p. 58).

Desse modo, a produção de milho na MRH passou das 16.630 t em 1950, para 54.600 t em 1960 e 70.926 t em 1970 (índice de 426 em 1970, sendo 1950 = 100) (cf. **Tabelas 14.1 e 15.3**). Em *Amambai histórico*, a produção de milho seguiu evolução semelhante: 1.913 t em 1950, 5.782 t em 1960, e 12.034 t em 1970 (índice de 629 em 1970, com um crescimento proporcionalmente maior, portanto, que o do conjunto da MRH) (cf. **Tabelas 14.2 e 15.3**). *Amambai histórico* já respondia em 1970 por 17% da produção de *milho* da MRH (cf. **Tabela 15.3**). Também a *Porção meridional do município de Dourados* apresentou crescimento na produção de *milho*: de 8.620 t em 1960 para 11.890 t em 1970 – incremento de 38% (cf. **Tabela 14.3**).

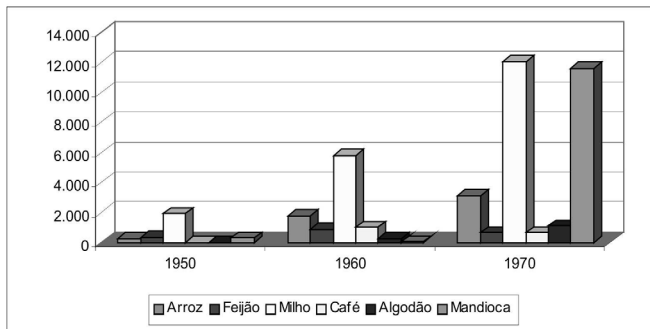
A *mandioca*, dentre os produtos agrícolas destinados à alimentação, era certamente um dos mais tradicionais cultivados no ESMT. O relatório da CIBPU de 1955 a classificava como “um cultivo plebeu” – assim como o feijão – por ser um produto voltado à subsistência do lavrador, o que dificultava o controle estatístico da época. Tanto é assim que nos levantamentos da CIBPU destacavam-se nas bacias dos rios Paraná e Uruguai apenas duas áreas de cultivo desse tubérculo: o noroeste do Rio Grande do Sul e a região de Mogi-Mirim, no estado de São Paulo. (COMISSÃO INTERESTADUAL..., 1955, p. 57).

O fato de a mandioca ser um produto de subsistência, o que dificulta o trabalho de coleta de dados, pode sim explicar o pequeno volume da produção verificável nas áreas aqui aferidas, por ocasião da contagem do censo agrícola de 1950. De toda forma, divulgou-se, para toda a MRH, a

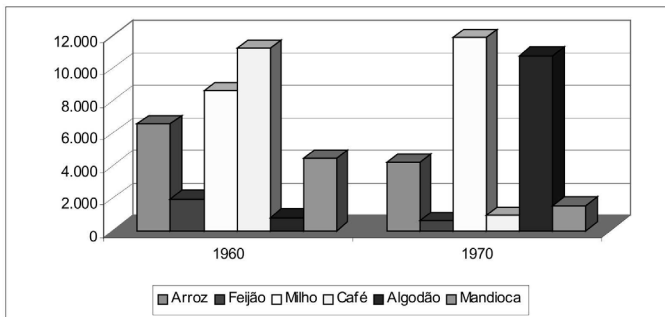
ERVAIS EM QUEDA



MRH: Campos de Vacaria e Mata de Dourados



Amambai Histórico



Porção Meridional do Município de Dourados

FIGURA Nº 20. Produção física de alguns gêneros

FONTE: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

quantidade de 744 t, sendo que 37,6% dessa produção encontrava-se em *Amambai histórico*, ou seja, 280 t (cf. **Tabelas 14.1, 14.2 e 15.4**).

Estranhamente, a quantidade produzida de mandioca em *Amambai histórico*, revelada pelo censo agrícola de 1960, foi de apenas 18 t, equivalente a apenas 0,3% das 5.508 t produzidas na MRH. Isso viria a reforçar a posição da inexatidão da contagem censitária para esse tipo de produto. Tanto é assim que, em 1970, a produção de mandioca em *Amambai histórico* é de 11.617 t, isto é, 36,1% do total da MRH, que era de 32.158 t. Dito de outra forma, em 1970, a produção de *Amambai histórico* voltava ao percentual registrado em 1950. Também o índice acumulado de 1950 a 1970 era semelhante entre a MRH e *Amambai histórico*: 4.322 e 4.149, respectivamente (cf. **Tabelas 14.1, 14.2 e 15.4**).

A *Porção meridional do município de Dourados*, de acordo com a contagem, teria reduzido em -65,3% a produção da mandioca, recuando de 4.430 t, em 1960, para 1.536 t em 1970. Veem-se aqui novamente dados oscilantes: num sentido contrário ao verificado em *Amambai histórico*, houve uma queda substancial da produção em 1970, já que, em 1960, a *Porção meridional do município de Dourados* respondia por 80% do total da MRH.

Levando em consideração o alcance dos números acima, em que um desacerto parece existir, importa destacar que a produção de mandioca no ESMT respondia por fatia muito significativa da MRH, aproximando-se sempre da metade do total produzido – circunstancialmente esse número poderia até ultrapassar essa proporção.

Salta aos olhos o crescimento da criação de gado nas áreas aqui investigadas. A MRH, por exemplo, vê crescer em mais de cinco vezes a produção de gado bovino no intervalo dos anos 1950-70. Assim, se em 1950 a contagem apresentava para tal Microrregião 245.980 cabeças, esse número foi alterado para 382.093 cabeças em 1960 para, em 1970, romper a barreira de um milhão de cabeças (1.337.589, para ser preciso). Tomando, para efeito de aferir o crescimento do número de cabeças de gado produzidas, a representação por índices (1950 = 100), vê-se na MRH em 1960 uma elevação para o índice de 155 e em 1970, para 544 (cf. **Tabela 16**).

É exatamente o mesmo percurso que se observa para *Amambai histórico*. Situando 1950 como base 100, vê-se em 1960 o índice crescer para 159 e, em 1970, para 509. Dito de forma mais direta, eram 43.258 as cabeças de gado existentes em 1950; 68.746, em 1960, e 220.258 em 1970. Proporcionalmente à MRH, *Amambai histórico* pouco variou sua participação nesse produto: 17,6% em 1950; 18,% em 1960 e 16,5% em 1970 (cf. **Tabela 16**).

É na outra sub-região de nosso ESMT, na *Porção meridional do município de Dourados*, que se observa o crescimento mais extraordinário num intervalo de 10 anos: o total de cabeças de gado existentes em 1960 era apenas 24.391 cabeças para crescer aproximadamente nove vezes esse número em 1970 (217.283 cabeças). Assim, dos 6,4 pontos percentuais de sua participação no total de gado produzido na MRH em 1960, a proporção cresce para 16,2% em 1970 (cf. **Tabela 16**). Essa constatação nos faz remeter àquela comparação quanto à utilização das terras, onde o crescimento exorbitante de áreas formadas com pastagem na *Porção meridional do município de Dourados* é manifesto (cf. **Tabela 12.3** e **Figura 19**).

De fato, a julgar pelos índices, não seria exagero afirmar que a pecuária no ESMT, durante quase toda a metade do século XX, era praticada essencialmente para alimentar os braços que serviam à atividade extrativa.³⁶ Ao que tudo indica, é com o desdobramento da nova fronteira agropecuária que vem consolidar-se no ESMT uma atividade pecuária em moldes comerciais propriamente ditos, uma pecuária “melhorada”.

Com isso, ver-se-ia no ESMT uma singularidade, uma relativa distinção daquela periodização proposta por Borges à economia do antigo estado de Mato Grosso como um todo, apontando ser o intervalo de 1890 a 1930 um período de transição do predomínio da atividade extrativista (borracha e erva-mate, principalmente) para a pecuária. (BORGES, 1991).

A respeito da erva-mate extraída (e também da cultivada), observamos que, com o avançar da frente pioneira,

³⁶ Isso ao menos em se tratando do período do monopólio da Cia. Matte Larangeira, onde a carne era essencial na alimentação dos trabalhadores paraguaios (cf. ARRUDA, 1997 e BIANCHINI, 2000).

[...] a atividade retraiu-se sempre para áreas nucleares típicas junto à fronteira, em territórios que pertenceram a Ponta Porã e que hoje dividem-se entre os atuais município de Iguatemi, Amambai, Ponta Porã, Dourados, Rio Brillhante e Antônio João, principalmente.

Contudo, é em Amambai e Ponta Porã, que se concentra mais a exploração ervateira [...].

[...] o aumento vigoroso da população em processo está ligado a um pioneirismo moderno e não ao mate ou à pecuária extensiva de fins do século passado e princípios do atual. (FIGUEIREDO, 1968, p. 297).

O mesmo autor, referindo-se às áreas fragmentadas, naquela época (1968) pela iniciativa colonizadora, assinalava que na zona da CAND, a atividade ervateira só permanecia em áreas ainda em vias de desbravamento, como em Caarapó, Iguatemi, Naviraí etc. (id., *ibid.*, p. 253).

Em resumo, estando cada vez mais reclusa nas áreas junto à fronteira, finalmente na década de 1960 a atividade ervateira iria praticamente esgotar-se no ESMT. Em seu lugar, vê-se a influência das atividades agropecuárias em áreas vizinhas, que o mercado nacional impõe. Cultivam-se produtos agrícolas voltados ao abastecimento das cidades, mas, gradualmente, esses serão preteridos por novas culturas agrícolas voltadas à exportação, isso já na década de 1970. É, portanto, a pecuária que se mantém forte em todo o processo – cada vez mais significativa, diríamos.

TABELA I
Superfícies

Superfície total de Amambai histórico e da Porção meridional do município de Dourados, em vários anos censitários, e sua participação no conjunto da Microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados (números absolutos e percentuais)

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**	
	KM ²	(%)	KM ²	(%)	KM ²	(%)
1950	44.492	100	16.278	36,6	-	-
1960	59.072	100	15.526	26,3	8.297	14,0
1970	56.749	100	15.526	27,4	7.650	13,5

FONTES: Sinopse preliminar do censo demográfico de 1970; QUEIROZ, 1999.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 2.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

Superfície, população e densidade demográfica

ANO	SUPERFÍCIE KM ²	POPULAÇÃO HAB.	DENSIDADE DEMOGRÁFICA HAB./ KM ²
1950	44.492	58.919	1,3
1960	59.072	183.109	3,1
1970	56.749	381.959	6,7

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 2.2
Amambai histórico*

Superfície e população em números absolutos e em percentuais do total da MRH - Densidade demográfica

ANO	SUPERFÍCIE		POPULAÇÃO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA
	KM ²	% DO TOTAL DA MRH	HAB.	% DO TOTAL DA MRH	HAB./ KM ²
1950	16.278	36,6	16.088	27,3	1,0
1960	15.526	26,3	24.370	13,3	1,6
1970	15.526	27,4	48.123	12,6	3,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 2.3
Porção meridional do município de Dourados*

Superfície e população em números absolutos e em percentuais do total da MRH - Densidade demográfica

ANO	SUPERFÍCIE		POPULAÇÃO		DENSIDADE DEMOGRÁFICA
	KM ²	% DO TOTAL DA MRH	HAB.	% DO TOTAL DA MRH	HAB./KM ²
1960	8.297	18,6	13.758	7,5	1,7
1970	7.650	13,0	49.124	12,9	6,4

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Navirai

TABELA 3.1
População Total

Índices de crescimento da MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados e de Amambai histórico (1950 = 100)

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS	AMAMBAI HISTÓRICO*
1950	100	100
1960	311	151
1970	648	299

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 3.2
Densidade Demográfica

Evolução da densidade demográfica da MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados e de Amambai histórico, em números absolutos e índices (1950 = 100)

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*	
	HAB./KM ²	ÍNDICES	ÍNDICES	ÍNDICES
1950	1,3	100	1,0	100
1960	3,1	239	1,6	160
1970	6,7	515	3,1	310

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 4.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

População urbana e rural, em números absolutos e em percentuais da população total
Taxas de crescimento nos períodos intercensitários

ANO	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	HAB.	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)
1950	58.919	-	13.518	22,9	-	45.401	77,1	-
1960	183.109	210,8	41.983	22,9	210,6	141.126	77,1	210,8
1970	381.959	108,6	106.630	27,9	154,0	275.329	72,1	95,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 4.2
*Amambai Histórico**

População urbana e rural, em números absolutos e em percentuais da população total – Taxas de crescimento nos períodos intercensitários

ANO	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA			População rural		
	HAB.	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)	hab.	% do total	incremento (%)
1950	16.088	-	2.899	18,0	-	13.189	82,0	-
1960	24.370	51,5	5.377	22,1	85,5	18.993	77,9	44,0
1970	48.123	97,5	11.441	23,8	112,8	36.682	76,2	93,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 4.3
Porção meridional do município de Dourados*

População urbana e rural, em números absolutos e em percentuais da população total
Taxas de crescimento nos períodos intercensitários

ANO	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	HAB.	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)	HAB.	% do total	incremento (%)
1960	13.758	-	3.015	21,9	-	10.743	78,1	-
1970	49.124	257,1	13.034	26,5	332,3	36.090	73,5	235,9

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 4.4
Brasil

População total: números absolutos e taxas de crescimento
População urbana e rural: números absolutos, percentuais do total e taxas de crescimento

ANO	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
	HAB.	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)	HAB.	% DO TOTAL	INCREMENTO (%)
1950	51.944.397	-	18.782.891	36,2	-	33.161.506	63,8	-
1960	70.070.457	34,9	31.303.034	44,7	66,7	38.767.423	55,3	16,9
1970	93.139.037	32,9	52.084.984	55,9	66,4	41.054.053	44,1	5,9

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 5.1
População Urbana

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai* histórico (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai Histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICE	(%)	ÍNDICE	(%)	(%)
1950	100,0	100	100,0	21,4	---
1960	310,6	100	185,5	12,8	7,2
1970	788,8	100	394,7	10,7	12,2

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

TABELA 5.2
População Rural

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai* histórico (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai Histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICE	(%)	ÍNDICE	(%)	(%)
1950	100,0	100	100,0	29,1	---
1960	310,8	100	144,0	13,5	7,6
1970	606,4	100	278,1	13,3	13,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

TABELA 6.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a propriedade das terras
Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1950		1960		1970	
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	Nº DE ESTAB.	área (ha)
INDIVIDUAL	2.971	1.563.480	11.982	2.807.477	29.438	3.384.088
OUTRA PROPR. PARTICULAR	66	300.049	491	373.768	923	911.349
ENTIDADE PÚBLICA	75	10.495	6.206	147.951	859	14.632
TOTAIS	3.112	1.874.024	18.685	3.329.244	31.285	4.312.096

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

NOTAS: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade. Entende-se por “outra propriedade particular” todas as terras de propriedade de: *Condomínio e Sociedade de pessoas, Sociedade anônima, Sociedade limitada, Cooperativa, Instituição pia ou religiosa.*

TABELA 6.2
Amambai histórico*

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a propriedade das terras
Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1950		1960		1970	
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	nº de estab.	área (ha)
INDIVIDUAL	676	609.550	1.508	721.801	2.520	881.435
OUTRA PROPR. PARTICULAR	14	16.630	32	40.489	76	116.304
ENTIDADE PÚBLICA	6	5.226	38	5.256	104	3.217
TOTAIS	696	631.406	1.578	767.546	2.711	1.001.101

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

NOTAS: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade. Entende-se por “outra propriedade particular” todas as terras de propriedade de: *Condomínio e Sociedade de pessoas, Sociedade anônima, Sociedade limitada, Cooperativa, Instituição pia ou religiosa.*

TABELA 6.3*Porção meridional do município de Dourados**

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a propriedade das terras
 Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1960		1970	
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)
INDIVIDUAL	2.006	186.854	2.998	407.598
OUTRA PROP. PARTICULAR	46	6.386	137	76.400
ENTIDADE PÚBLICA	34	239	157	350
TOTAIS	2.086	193.479	3.293	484.347

FORNTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

Notas: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade. Entende-se por “outra propriedade particular” todas as terras de propriedade de: *Condomínio e Sociedade de pessoas, Sociedade anônima, Sociedade limitada, Cooperativa, Instituição pia ou religiosa.*

TABELA 7.1*MRH: Campos de Vacaria e Mata de Dourados*

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a condição do responsável
 Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	1950		1960		1970	
	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)
PROPRIETÁRIO	2.617	1.145.922	7.311	1.885.270	16.886	3.995.872
ARRENDATÁRIO	49	136.945	4.931	148.231	7.396	140.354
OCUPANTE	276	63.450	5.629	185.208	4.716	143.160
ADMINISTRADOR	170	527.707	813	1.110.500	---	---
PARCEIRO	---	---	---	---	2.287	32.709
TOTAIS	3.112	1.874.024	18.685	3.329.244	31.285	4.312.095

FORNTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

NOTA: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade.

TABELA 7.2
*Amambai histórico**

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a condição do responsável
Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	1950		1960		1970	
	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)
PROPRIETÁRIO	603	447.249	1.193	463.532	2.076	960.418
ARRENDATÁRIO	6	15.590	64	9.487	130	8.455
OCUPANTE	15	6.297	131	43.437	441	31.278
ADMINISTRADOR	72	162.270	190	251.090	---	---
PARCEIRO	---	---	---	---	64	951
TOTAIS	696	631.406	1.578	767.546	2.711	1.001.102

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

NOTA: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade.

TABELA 7.3
*Porção meridional do município de Dourados**

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo a condição do responsável
Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

PROPRIEDADE DAS TERRAS	1960		1970	
	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)	Nº DE ESTAB.	ÁREA (HA)
PROPRIETÁRIO	938	91.730	1.265	450.487
ARRENDATÁRIO	992	8.417	1.209	23.842
OCUPANTE	70	6.152	416	6.584
ADMINISTRADOR	86	87.180	---	---
PARCEIRO	---	---	403	3.434
TOTAIS	2.086	193.479	3.293	484.347

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

NOTA: a diferença entre os totais e a soma das categorias indicadas deve-se à omissão, aqui, dos estabelecimentos sem declaração de propriedade.

TABELA 8.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo grupos de área
 Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

GRUPOS DE ÁREA (HA)	1950		1960		1970	
	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)
MENOS DE 100	1.851	64.048	16.593	340.177	28.265	446.709
100 A MENOS DE 500	605	149.041	1.082	254.619	1.683	389.692
500 A MENOS DE 1000	215	149.299	395	268.958	517	369.944
1000 A MENOS DE 10000	424	1.068.332	583	1.564.131	771	2.084.570
10000 E MAIS	17	443.304	32	901.359	49	1.021.181
TOTAIS	3.112	1.874.024	18.685	3.329.244	31.285	4.312.096

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 8.2
Amambai histórico*

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo grupos de área
 Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

GRUPOS DE ÁREA (HA)	1950		1960		1970	
	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECI- MENTOS	ÁREA (HA)
MENOS DE 100	197	6.838	986	29.045	2.003	55.173
100 A MENOS DE 500	212	53.728	269	63.733	338	77.725
500 A MENOS DE 1000	91	62.346	108	74.155	126	92.817
1000 A MENOS DE 10000	192	459.894	212	542.161	235	639.573
10000 E MAIS	4	48.600	3	58.452	9	135.816
TOTAIS	696	631.406	1.578	767.546	2.711	1.001.101

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 8.3

*Porção meridional do município de Dourados**

Número de estabelecimentos rurais e área por eles ocupada, segundo grupos de área
Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada

GRUPOS DE ÁREA (HA)	1960		1970	
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (HA)
MENOS DE 100	1.885	30.865	2.901	40.605
100 A MENOS DE 500	133	27.744	242	62.057
500 A MENOS DE 1000	30	19.917	48	35.485
1000 A MENOS DE 10000	36	78.473	96	221.415
10000 E MAIS	2	36.480	6	124.785
TOTAIS	2.086	193.479	3.293	484.347

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

TABELA 9.1

Estabelecimentos Rurais - Número

Índices de crescimento do número total de estabelecimentos rurais na MRH
Campos de Vacaria e Mata de Dourados e em *Amambai histórico* (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados* no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	
1950	100	100	100	22,4	-
1960	600	100	227	8,4	11,2
1970	1.005	100	390	8,7	10,5

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 9.2**Estabelecimentos Rurais - Número**

Índices de crescimento do número total de estabelecimentos rurais na MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados e em Amambai histórico (1950 = 100)
Participação percentual de Amambai histórico e da Porção meridional do município de Dourados no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	%
1950	100	100	100	33,7	-
1960	178	100	122	23,1	5,8
1970	230	100	159	23,2	11,2

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 10.1**MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados**

Área ocupada com lavouras

Área ocupada por estabelecimentos rurais com menos de 100 ha e com 10.000 ha e mais (em percentuais do total da área ocupada por estabelecimentos rurais)

Ano	Área ocupada com lavouras (%)	Área ocupada por estabelecimentos com menos de 100 ha (%)	Área ocupada por estabelecimentos com 10.000 ha e mais (%)
1950	9,00	3,42	23,66
1960	3,63	10,22	27,07
1970	5,30	10,36	23,68

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 10.2**Amambai histórico***

Área ocupada com lavouras

Área ocupada por estabelecimentos rurais com menos de 100 ha e com 10.000 ha e mais (em percentuais do total da área ocupada por estabelecimentos rurais)

Ano	Área ocupada com lavouras (%)	Área ocupada por estabelecimentos com menos de 100 ha (%)	Área ocupada por estabelecimentos com 10.000 ha e mais (%)
1950	13,89	1,08	7,70
1960	1,66	3,78	7,62
1970	2,65	5,51	13,57

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 10.3

*Porção meridional do município de Dourados**

Área ocupada com lavouras

Área ocupada por estabelecimentos rurais com menos de 100 ha e com 10.000 ha e mais
(em percentuais do total da área ocupada por estabelecimentos rurais)

Ano	Área ocupada com lavouras (%)	Área ocupada por estabelecimentos com menos de 100 ha (%)	Área ocupada por estabelecimentos com 10.000 ha e mais (%)
1960	10,95	15,95	18,85
1970	6,36	8,38	25,76

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

TABELA 11.1

Área média dos estabelecimentos rurais

Na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, em *Amambai histórico* e na

Porção meridional do município de Dourados, em números absolutos e índices (1950 = 100)

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	HECTARES	ÍNDICE	HECTARES	ÍNDICE	HECTARES
1950	602	100	907	100	---
1960	178	30	486	54	93
1970	138	23	369	41	147

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 11.2

Estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares

Índices de crescimento do número desses estabelecimentos, na MRH

Campos de Vacaria e Mata de Dourados e em *Amambai histórico*

Participação percentual de *Amambai histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados* no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	%
1950	100	100	100	10,6	-
1960	896	100	501	5,9	11,4
1970	1.527	100	1.017	7,1	10,3

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 11.3
Estabelecimentos rurais com 10.000 hectares e mais

Índices de crescimento do número desses estabelecimentos, na MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados e em Amambai histórico
Participação percentual de Amambai histórico e da Porção meridional do município de Dourados no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	%
1950	100	100	100	23,5	-
1960	188	100	75	9,4	6,3
1970	288	100	225	18,4	12,2

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 12.1
Estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares

Índices de crescimento do número desses estabelecimentos, na MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados e em Amambai histórico
Participação percentual de Amambai histórico e da Porção meridional do município de Dourados no total da MRH

ANO	TOTAL		LAVOURAS				PASTAGENS		MATAS			
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS				NATURAIS		REFLORESTADAS	
	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)
1950	3.112	1.874.024		1.686		17.281		1.315.416		454.730		2.698
1960	18.685	3.329.244	3.302	26.319	17.087	98.225	10.953	2.091.654	11.170	912.471	207	8.434
1970	31.285	4.312.096	4.246	20.638	27.714	208.042	18.601	2.682.411	10.814	1.068.842	197	3.924

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

NOTAS: **1)** A coluna total de estabelecimentos não corresponde a somatória dos itens apresentados, visto que cada estabelecimento pode apresentar mais de um item pesquisado; **2)** A diferença encontrada em 1960 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens Áreas incultas e Áreas irrigadas; **3)** A diferença encontrada em 1970 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas e Terras irrigadas.

ERVAIS EM QUEDA

TABELA 12.2

*Amambai histórico**

Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada
 Número de estabelecimentos que declararam lavouras, pastagens e matas
 Área ocupada com lavouras, pastagens e matas

ANO	TOTAL		LAVOURAS				PASTAGENS		MATAS			
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS				NATURAIS		REFLORESTADAS	
	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)
1950	696	631.406		21		2.839		418.818		193.525		1.029
1960	1.578	767.546	405	3.935	1.475	8.836	1.577	378.759	1.301	321.844	39	2.288
1970	2.711	1.001.101	382	1.753	2.408	24.767	1.603	585.227	2.075	353.789	12	238

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

NOTAS: **1)** A coluna *total de estabelecimentos* não corresponde a somatória dos itens apresentados, visto que cada estabelecimento pode apresentar mais de um item pesquisado; **2)** A diferença encontrada em 1960 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens *Áreas incultas e Áreas irrigadas*; **3)** A diferença encontrada em 1970 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens *Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas e Terras irrigadas*.

TABELA 12.3

*Porção meridional do município de Dourados**

Número total de estabelecimentos e área total por eles ocupada
 Número de estabelecimentos que declararam lavouras, pastagens e matas
 Área ocupada com lavouras, pastagens e matas

ANO	TOTAL		LAVOURAS				PASTAGENS		MATAS			
			PERMANENTES		TEMPORÁRIAS				NATURAIS		REFLORESTADAS	
	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)	ESTAB.	ÁREA (HA)
1960	2.086	193.479	591	8.000	1.884	13.179	1.105	76.172	883	88.181	8	685
1970	3.293	484.347	354	2.753	2.911	28.033	1.051	258.443	747	156.369	19	315

FONTE: Censos de 1960 e 1970.

*1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí.

NOTAS: **1)** A coluna *total de estabelecimentos* não corresponde a somatória dos itens apresentados, visto que cada estabelecimento pode apresentar mais de um item pesquisado; **2)** A diferença encontrada em 1960 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens *Áreas incultas e Áreas irrigadas*; **3)** A diferença encontrada em 1970 entre a coluna total e a somatória das demais se deve à omissão, aqui, dos itens *Terras em descanso e terras produtivas não utilizadas e Terras irrigadas*.

TABELA 13
Área ocupada com lavouras (temporárias e permanentes)

Participação percentual de Amambai histórico e da Porção meridional do município de Dourados no total da MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS (%)	AMAMBAI HISTÓRICO* (%)	PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS** (%)
	(%)	(%)	(%)
1950	100	15,1	-
1960	100	10,3	17,0
1970	100	11,6	13,5

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 14.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		CAFÉ		ALGODÃO		MANDIOCA	
	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)
1950	6.503	---	4.201	---	16.630	---	14	---	185	---	744	---
1960	36.849	466,6	11.503	173,8	54.600	228,3	19.784	141.214,3	13.459	7.175,1	5.508	640,3
1970	44.346	20,3	3.457	-69,9	70.926	29,9	3.228	-83,7	45.209	235,9	32.158	483,8

Fonte: Censos de 1950, 1960 (Censo agrícola) e 1970

TABELA 14.2
Amambai histórico*

Amambai histórico*

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		CAFÉ		ALGODÃO		MANDIOCA	
	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)
1950	270	---	360	---	1.913	---	---	---	---	---	280	---
1960	1.772	556,3	881	144,7	5.782	202,2	1.013	---	262	---	18	-93,6
1970	3.127	76,5	660	-25,1	12.034	108,1	656	-35,2	1.113	324,8	11.617	64.438,9

Fonte: Censos de 1950, 1960 (Censo agrícola) e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 14.3
Porção meridional do município de Dourados*

Produção física de alguns gêneros e respectivas taxas de incremento nos períodos intercensitários

ANO	ARROZ		FEIJÃO		MILHO		CAFÉ		ALGODÃO		MANDIOCA	
	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)	T	INCREMENTO (%)
1960	6.566	---	1.955	---	8.620	---	11.248	---	824	---	4.430	---
1970	4.201	-36,0	594	-69,6	11.894	38,0	911	-91,9	10.801	1.210,8	1.536	-65,3

FONTE: Censos de 1950, 1960 (Censo agrícola) e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 15.1
Produção de Arroz

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai histórico* (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai histórico* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1950	100,0	100,0	100,0	4,2
1960	566,6	100,0	656,3	4,8
1970	681,9	100,0	1.158,1	7,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 15.2
Produção de feijão

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai histórico* (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai histórico* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1950	100	100	100	8,6
1960	274	100	245	7,7
1970	82	100	183	19,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 15.3
Produção de milho

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai histórico* (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai histórico* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1950	100	100	100	11,5
1960	328	100	302	10,6
1970	426	100	629	17,0

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 15.4
Produção de mandioca

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* e em *Amambai histórico* (1950 = 100)

Participação percentual de *Amambai histórico* no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1950	100	100	100	37,6
1960	740	100	6	0,3
1970	4.322	100	4.149	36,1

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

TABELA 15.5
Produção de algodão

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, em *Amambai histórico* e na *Porção meridional do município de Dourados* (1960 = 100)

Participação percentual das duas últimas regiões no total da MRH

ANO	MRH <i>CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS</i>		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1960	100	100	100	1,9	100	6
1970	336	100	425	2,5	1.311	23,9

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Navirai

TABELA 15.6
Produção de café

Índices de crescimento na MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, em *Amambai histórico* e na *Porção meridional do município de Dourados* (1960 = 100)
Participação percentual das duas últimas regiões no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		AMAMBAI HISTÓRICO*		PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**	
	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%	ÍNDICES	%
1960	100	100	100	16,3	100	57
1970	16	100	65	20,3	8	28,2

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

TABELA 16
Produção de café

Números absolutos da MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, de *Amambai histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados*
Índices de crescimento nas duas primeiras regiões (1950 = 100)
Participação percentual de *Amambai histórico* e da *Porção meridional do município de Dourados* no total da MRH

ANO	MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS			AMAMBAI HISTÓRICO*			PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS**	
	CABEÇAS	ÍNDICES	%	CABEÇAS	ÍNDICES	%	CABEÇAS	%
1950	245.980	100	100	43.258	100	17,6		-
1960	382.093	155	100	68.746	159	18,0	24.391	6,4
1970	1.337.589	544	100	220.258	509	16,5	217.283	16,2

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

*1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

**1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Naviraí

Capítulo 3

OS TRABALHADORES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESMT

Quando acabou a Mate aqui já existia muita gente de fora e começou derrubar a Mate [o mate] e produzir, plantá algodão, plantá milho, aí já começou entrá esse povo, porque você vê essas terras que o Miguel hoje é dono, era tudo da Mate, e a Mate não deu nada p'rá ninguém quando acabou, p'rá mim não deu nada. Foi o contrário que o finado (...) lá na Fazenda de Laranjaí, quando ele saiu de lá, algumas cabeças de gado eles pagaram, o direito e quando acabou a Mate começou a exigir o direito não é; os morador, e foi aí que surgiu 1º direito do morador. Foi na época quando acabou a Mate, na época do mineiro, que pagavam a diária; na época se você pagou, amanhã você não tem nada.

(Heitor Bueno de Oliveira. In: A HISTÓRIA dos ervais..., 2000).

Neste terceiro capítulo, pretendemos apresentar um perfil dos trabalhadores responsáveis pela abertura das matas e pela formação das fazendas, por ocasião do avanço das frentes pioneiras modernas no ESMT – quem eram, como viviam e qual era a relação de trabalho a que estavam submetidos. Aqui ainda, nos deteremos um pouco mais sobre a conceituação de peonagem para, em sequência, centrar atenção nos mecanismos historicamente utilizados de exploração do trabalho humano no campo brasileiro e na região. Buscaremos, via exame de dados censitários, estimar a proporção do trabalho assalariado em relação às outras formas de exploração da força de trabalho na agropecuária, destacando as parcerias e arrendamentos. A tentativa é formular algumas questões sobre o que

de fato se alterou e o que foi reapropriado com a nova configuração socioeconômica instalada, procurando pistas que ajudem a compreender as consequências deste processo na sociedade atual.

3.1 Quem formava fazendas no ESMT?

À medida que se esgotava a atividade ervateira no ESMT, os trabalhadores foram se dispersando por toda a extensão da região, oferecendo sua mão-de-obra em trabalhos sazonais como picadas, aberturas de estradas e formação de fazendas; atividades estas que eram as que restavam à sua (falta de) qualificação profissional. Isso é profundamente sentido quando se trata dos ex-trabalhadores da Cia. Matte Larangeira que por aqui permaneceram (uma parte retornaria ao Paraguai). Desta forma, *mineiros*, *urus*, e outros trabalhadores do mate somavam agora braços aos do migrante nordestino que marchava junto com a nova frente pioneira. Junto a esses se encontravam, ainda, os povos indígenas, dispersos em trabalhos de desmatamento e *confiados* em áreas cada vez mais insuficientes.

Trabalhar “de empreita” no desbravamento de grandes e médias propriedades parece ter sido o destino de vários paraguaiois que circularam pela região após o ciclo da erva-mate – ao menos é o que indica Figueiredo –, atestando que esses eram aliciados pelo “habilitado ou gato, como é comumente chamado, figura intermediária que contrata o serviço por área e arregimenta trabalhadores que derrubam a mata e recebem pelo serviço, gastando boa parte do ganho na aquisição de alimentos e utensílios em armazéns do próprio patrão ou do habilitado.” (FIGUEIREDO, 1972, p. 232).

Ora, esse sistema de aliciamento e depois de fixação no trabalho pela via do endividamento era uma relação que o elemento paraguaio conhecia já de longa data, decorrente também da presença da Cia. Matte Larangeira. O *conchavo* era a forma de atrair a mão-de-obra paraguaia à cilada das *bailantas*:

[...] depois de se divertirem a valer, de beber, de dançar até alta madrugada, num dado momento a música pára, as mulheres somem... Aí aparece o dono da espelunca com a conta. Não há dinheiro para pagar, surgem os tarrachis. Ou paga ou vai para o xadrez. Nisso aparece o aconchavador, se oferecendo para resolver o problema. Mas tem uma condição. Assinam um contrato de trabalho para trabalhar no erval e tudo será resolvido. Assinando o contrato, paga as despesas, o transporte será em carretas, ou mesmo a pé, tudo acertado com promessas mil. E depois?... uma ida sem volta à escravidão e ao inferno. (GOMES, 1986, p. 399-400, *apud*. BIANCHINI, 2000, p. 174).

Como já se disse, uma vez trabalhando penosamente nos ervais sob controle da Companhia, aqueles paraguaios *aconchavados*, que já iniciavam os trabalhos com dívida, dificilmente conseguiam saldá-la com o rendimento oriundo de seu trabalho nos ervais, ou na elaboração do mate. Adquirindo os produtos de subsistência em estabelecimentos da própria Empresa, os trabalhadores mantinham-se endividados, estratégia da direção da Matte para forçá-los a permanecer no árduo trabalho. Se tentassem fugir, geralmente, eram pegos e mortos, ou expostos a castigos corporais exemplares. (a esse respeito, v. ARRUDA, 1997).

Depoimentos de ex-funcionários da Matte, a partir do questionamento sobre uma greve na Empresa em 1940, ou sobre o endividamento, ilustram o processo:

- Entrevistadora: Ah, o senhor estava na greve?
- Idelfonso: Tava. Isto foi em 1940, a gente tinha o quartel que levou um monte de gente preso, ficaram contra ele e levou muita gente.
- Entrevistadora: e dizem que esta greve aconteceu porque estavam pagando muito pouco?
- Idelfonso: É, e também porque estavam aumentando as coisas e tudo não era barato. Cada ano aumentavam as coisas e o salário não, e foi por isso. (A HISTÓRIA dos ervais., 2000, p. 32, entrevista com Idelfonso Centurião, Campanário).
- Entrevistadora: E muitos mineiros eram devedores e quando recebiam o adiantamento já era aquele débito, é verdade isso?

- Pedro: É depende de cada um. [...]
- Entrevistadora: A maioria ficava devendo ou a maioria tinha em haver?
- Pedro: É, ficava devendo mesmo, a maioria. (id., ibid., p. 50, entrevista com Pedro Afonso, Campanário).
- Entrevistadora: E quando acabou a Cia, como o senhor ficou?
- Pedro: Ficou nas fazenda por aí, Fernando Jorge, que era o patrão da Cia, ele mandava (em) tudo lá, *numa fazenda nova, é limpar mato, catar mato para as vacas, né.*
- Entrevistadora: E o senhor recebeu alguma indenização?
- Pedro: Não, recebi nada. (id., ibid., p. 56, *grifos nossos*).

Que dizer também do episódio narrado pelo ex-funcionário Hermógines de Oliveira Lopes, de Coronel Sapucaia, quando da visita que fez o presidente Getúlio Vargas a Campanário:

O presidente foi visitar o rancho Campanário, ele foi ver de perto como era o trabalho de mexer com erva [...] Getúlio Vargas foi ver o rancho Campanário e ele visitou rancho por rancho de cada trabalhador. Os mineiros estavam todos vestidos com roupa de mineiro com chiripá, plantilha e pijá, alguns mineiros fizeram demonstração levantando raído, o urú mexendo com erva no barbacuá. E o presidente vendo um mineiro velho ali no meio de tantos ele chegou para o mineiro e disse (repete o diálogo): “quantos anos o senhor trabalha nessa lida de erva? – Mineiro: ‘A vida toda’. – Getúlio Vargas: ‘e quantos anos o senhor tem?’ – Mineiro: ‘Sessenta anos’. – Getúlio Vargas: ‘Eu quero que o senhor vá lá no escritório do Heitor Mendes que eu estarei lá a tal hora’. E a hora chegou e o mineiro foi lá se ter com o Presidente no escritório da Cia. Mate. Chegando lá o Presidente já estava lá e falou (simula o diálogo novamente): - Getúlio Vargas: ‘Heitor! Esse homem está aposentado por um salário de 500 mil réis’. (id., ibid., p. 74, entrevista com Hermógines de Oliveira Lopes, Coronel Sapucaia).

Afora a intervenção “populista” de Vargas, importa verificar na cena representada que a regra era a do trabalhador da Matte estar totalmente desprotegido. Não era difícil supor, portanto, que uma vez desmon-

tada a estrutura da empresa arrendatária os paraguaios fossem entregues à própria sorte.

Com o fim da Cia Mate, muitos foram vender erva para Cooperativa mas logo ela faliu e muitos desses trabalhadores foram trabalhar de empregados nas fazendas, e muitas famílias ficaram sem emprego principalmente os paraguaios e eles acabaram indo embora de volta para o Paraguai. As coisas ficaram difícil, o dinheiro deixou de circular não tinha mais ninguém para comprar aquilo que produzia. Mas aos poucos o gado foi tomando conta dessas terras e o Estado voltou a crescer. (id., *ibid.*, p. 77).

É essa realidade que, tempos depois, Alvanir de Figueiredo se apoiaria para sustentar que, diferentemente da presença de outros povos que eram estimulados a se fixarem na região meridional do antigo Mato Grosso através de financiamentos de longo prazo – que propiciariam implantação de áreas de minifúndio –, o caso do paraguaio “apresentava particularidades: sua presença como proprietário é quase nula; sua maior participação como trabalhador ainda se liga muito à abertura de frentes que não as das áreas fragmentadas.” (FIGUEIREDO, 1972, p.228). O geógrafo assinalava que o avanço da frente pioneira paulista investia sobre áreas já anteriormente ocupadas, substituindo a população ali existente. Dessa forma, reforça,

[...] o elemento paraguaio, produtor e consumidor do mate não surge nas áreas novas a não ser na fase de desbravamento, a menos que esteja ligado à pecuária. É representado por populações flutuantes, cujo emprego recebe restrições. Os novos ocupantes – nordestinos em grande número – não são consumidores de mate; estão ligados a atividades costumeiras do desbravamento do lado oriental da bacia do Paraná e não são despertados para a atividade ervateira, que ignoram,... (id., *ibid.*, p. 252).

Sendo assim, ver-se-ia o trabalhador paraguaio em situação bastante difícil, haja vista o pouco emprego que se oferecia nas fazendas de

criação de gado e nas derrubadas das matas para abertura de fazendas, situação ainda mais complicada, pois, por ser ofício sazonal, o peão teria que seguir em marcha após a realização do serviço.

Em relação aos indígenas da região, o estudo de Antonio Brand revela que antes mesmo da chegada da frente pioneira, o Kaiowá/Guarani já trabalhava nos ervais da Cia. Matte Larangeira – em iguais condições de superexploração a que estavam acometidos os trabalhadores paraguaios. Apoiando-se em diversos relatórios do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), observa o autor que em algumas áreas, a “proporção de índios Caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário (não indígena), é, em média, de 75%, na região de Iguatemi.” (Relatório de BARBOZA, 1927: CXXXIV, *apud*. BRAND, 1997, p. 65).

O sistema que a Companhia adotava para com o indígena, ao que tudo indica, não diferia do sistema de endividamento aplicado aos trabalhadores paraguaios. Assim, antes de iniciar o serviço, o índio podia adquirir mercadorias no armazém da firma.

No Relatório de Barbosa (1927) se via que [...] ‘o índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga’ (p. CXXX e CXXXII). Portanto, além de confirmar que o pagamento era feito em mercadorias, atesta que a fuga era a forma do trabalhador da Cia Matte Larangeiras se livrar da escravidão do barracão. (BRAND, 1997, p. 68).

Para esse pesquisador, além do percebido grau de violência imposta aos indígenas, importava observar a diferença mais profunda que representou o trabalho na colheita da erva-mate e o “engajamento nas derrubadas de mata para abertura das fazendas, sob a ótica dos Kaiowá/Guarani”, diferença essa “bem formulada por João Martins. Diz ele: ‘A Cia não esparramava. Levava o grupo inteiro e os fazendeiros esparramava tudo’ (Rc:45).” (id., *ibid.*, p. 88).

No período caracterizado pelo *esparramo*, que vai aproximadamente da década de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias Kaiowá/Guarani foram destruídas e seus moradores dispersos. Famílias extensas foram desarticuladas. [...]

Com o fim do desmatamento e, portanto, do *esparramo*, o processo se inverteu. As fazendas estavam formadas e a presença de famílias e aldeias indígenas mesmo que nos fundos das fazendas, representou um atrapalho. Assim, os Kaiowá/Guarani foram, compulsoriamente, confinados dentro das Reservas extinguindo-se qualquer alternativa de *oguata* (caminhar), ou de buscar outros refúgios. (id., *ibid.*, p. 90).

Esse estudo de Antonio Brand, a partir de seus informantes, é bastante significativo para nosso objeto, uma vez que apresenta situações reveladoras do processo em que se deu a implantação de fazendas no interior do ESMT, processo esse em que o elemento indígena esteve muito envolvido:

Segundo João Martins, na região de Naviraí, as derrubadas ocorreram em 1953-54 até 1960, sendo as terras destinadas ao plantio de café. Na região de Nova América, em 1958, também em vista do plantio do café, que foi *fracassando* a partir de 1960, cedendo lugar ao colônião e ao gado. Entre Amambai e Ponta Porã o desmatamento teria ocorrido, segundo este informante, durante a década de 1960 (Rc: 45). (id., *ibid.*, p. 93, n. rodapé).

Importa destacar que a utilização do trabalho indígena não se deu apenas de forma isolada ou *localmente*. Ao contrário, em outras regiões do antigo estado de Mato Grosso ela também apareceu como prática fluente, sob anuência dos responsáveis legais, inclusive. Particularmente em áreas de colonização, o trabalho indígena foi bastante utilizado. Vê-se, abaixo narrado, o caso dos Terena na Colônia Várzea Alegre:

Na atividade agrícola, foi de muita importância para os japoneses que se estabeleceram na Várzea Alegre, o trabalho dos índios terena que eram recrutados em suas aldeias. Os japoneses, munidos

de caminhões, se dirigiam às reservas indígenas mais próximas, recrutavam a quantidade de índios que fosse necessária e os levavam para o trabalho na colônia. Para isso, contavam com a autorização dos chefes dos postos indígenas instalados nas reservas. [...] Os índios permaneciam alojados em barracões da colônia, durante uma, duas ou mais semanas para trabalharem nos períodos de “desbravamento do solo” e da colheita dos produtos cultivados. (VASCONCELOS, 1986, p. 82-3).

Relatando a experiência de Itaquirai, Fabrini assinala que os fazendeiros que ali adquiriram terras se voltaram principalmente à atividade pecuária após a derrubada da floresta. Essa derrubada teria sido feita principalmente por peões, “grande parte dos trabalhadores eram nordestinos e já haviam passado pelos Estados de São Paulo e Paraná. [...] O trabalho era dirigido por um funcionário de confiança do fazendeiro (capataz ou administrador da fazenda), que repassava a tarefa aos empreiteiros, os ‘gatos’ que contratavam os trabalhadores.” (FABRINI, 1995, p. 67-8).

Observamos que, além dos peões, havia ainda a participação de arrendatários na derrubada das florestas, que ao arrendarem um lote da fazenda, utilizavam a força de trabalho da própria família.

Contratadas, geralmente por três anos, deveriam deixar a área pronta ou mesmo plantada com capim. No primeiro caso, em que o arrendatário deixava o lote preparado para a plantação de capim, o pagamento da renda é feito ao proprietário da terra através de entrega de parte da produção. No segundo caso, mais freqüente, o pagamento do arrendamento feito em dias de trabalho, como por exemplo, a plantação de capim com o encerramento do contrato. Terminado o contrato era arrendado outro lote, nas mesmas condições. (id., *ibid.*, p. 69).

Fabrini assinalou que, sendo Itaquirai região onde a grande propriedade destinada à pecuária predominou, os indivíduos que ali trabalharam na formação das pastagens, ficaram geralmente subordinados ao “sistema de barracão”. Atenta ter sido tal sistema usual em fazendas de outros estados, ocupadas anteriormente. “Nesse sistema, o fazendeiro re-

vendia produtos (gêneros de primeira necessidade) aos trabalhadores em estabelecimentos localizados no interior da fazenda, a preços muito acima daqueles praticados nas cidades. Essa era uma forma de manter sob seu domínio e garantir a reprodução do trabalho dos arrendatários e peões.” (id., *ibid.*, p. 69-71).

Nos contratos de trabalho “livre” de alimentação e de moradia, descontava-se parcela para custear tais despesas. Tanto em despesas com alimentação adquirida no barracão³⁷ do empregador, como em moradia cedida também por este,

[...] os preços dos produtos e serviços pagos pelos trabalhadores eram muito elevados, de modo que sempre havia débito com a fazenda ou com o empreiteiro [...] Uma forma ao mesmo tempo de superexploração do trabalho e de manutenção da reprodução do trabalho dentro de uma relação de controle da elite rural. (MOREIRA *apud* FABRINI, 1995, p. 71).

Maria Stela Lemos Borges, em seu estudo sobre a peonagem na região de Três Lagoas, define essa categoria como “uma relação de trabalho, caracterizada por contratos por empreita, em que se encontram em lados opostos, como patrão e empregado, o empreiteiro e o trabalhador denominado *peão*, donde a denominação *peonagem*.” O conceito encontra sustentação sociológica, que classifica a peonagem como uma relação de trabalho que se caracteriza pela escravização por dívida, contraída na celebração do contrato e desdobrando-se ao longo do processo. (BORGES, 2002, p. 32). Esta autora reconhece que as relações de trabalho via endividamento não estavam situadas apenas em Três Lagoas, datavam de mais tempo, plenamente exercitadas na região denominada *Cone Sul* do estado, durante a permanência da exploração dos ervais arrendados pela Companhia Matte Larangeira. (id., *ibid.* p. 34).

³⁷ Barracão era o estabelecimento comercial onde se vendiam víveres aos trabalhadores vinculados a uma fazenda. No interior paulista esse estabelecimento era também denominado por *venda* ou *armazém*. Há pouco tempo no sul de Mato Grosso era usual a designação *bolicho* para pequenos estabelecimentos mercantis.

Sendo de longa duração, essa relação regional de superexploração, que no ESMT já era conhecida de populações indígenas e dos paraguaios, era agora recuperada e traduzida nos empreendimentos capitalistas agropecuários, mediante a empreita, absorvendo ainda o trabalhador nordestino que, igualmente, a ela estava submetido tanto em sua região de origem, em seu deslocamento rumo aos seringais da Amazônia e, ainda, em praticamente toda sua trajetória acompanhando a frente pioneira rumo ao oeste.

Ainda em relação aos nordestinos, no início da década de 60, explodia grave crise social naquela região do país, manifestada nas “ligas camponesas”, movimento social que reivindicava a pronta reforma agrária.

Nesse contexto, fazia todo sentido o título de um artigo publicado em 1962 pela Revista *Brasil-Oeste*: “Fixação de nordestinos em Mato Grosso e Goiás.” Numa pretensão de sugerir solução para os problemas do nordeste, por trás do sentido altruísta de tal artigo, sugerindo que o poder público tomasse medidas para o deslocamento daquelas populações, estava o temor de levantes sociais: “No que diz respeito aos flagelados nordestinos, que estão sendo transformados em *paiol de pólvora*, entendemos que a solução parcial poderá encontrar-se dentro de um esquema de deslocamento progressivo das populações radicadas nas áreas mais fustigadas pela sêca.” (Revista *Brasil Oeste*, n° 67, mar. 1962, p. 24, *grifos nossos*).

Elenca-se, a seguir, dentre as propostas, “o aproveitamento, com prioridade, de flagelados nordestinos nos serviços de obras públicas; encaminhamento de flagelados nordestinos para as grandes fazendas dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso; criação de colônias agrícolas nos Estados de Mato Grosso e Goiás, para onde seriam encaminhadas famílias de flagelados.” (id., *ibid.*). Como visto, as soluções sugeridas eram as tradicionais colonizações dirigidas ou o subemprego

nas fazendas,³⁸ tão ao gosto dos representantes conservadores de Mato Grosso, que nos meses seguintes levantariam vozes contra a proposta de reforma agrária do governo João Goulart. (v. Revista *Brasil Oeste*).

3.2 Alguns conceitos sobre relações de trabalho no campo

Já em 1966, Caio Prado Júnior alertava sobre o erro de análise que alguns autores estavam cometendo quando buscavam justificar o atraso do desenvolvimento brasileiro pela existência no país de um latifúndio de “origem feudal ou semifeudal”. Esse argumento era relativamente fluente junto a intelectuais de esquerda e nas teses do Partido Comunista Brasileiro em que, grosso modo, afirmava-se a necessidade de uma aliança “anti-feudal” que pusesse o país num período de desenvolvimento moderno e lançasse as bases de uma futura revolução proletária. Contra esse pressuposto, assinalava o autor:

Nesta questão da estrutura e inter-relacionamento das classes e categorias sociais brasileiras, tanto como na afirmação do ‘feudalismo’ de nossas instituições econômicas [...], [que] os teóricos ‘marxistas’ tradicionais trazem para cá e introduzem na realidade brasileira outros e não menos desambientados figurinos exóticos. O principal deles é do ‘latifundiário’ pseudossenhora feudal que dentro de relações feudais ou semifeudais de produção e trabalho, explora o campesinado a ele subordinado. Já se viu acima que *não há no Brasil, no sentido próprio e essencial, relações assimiláveis às do feudalismo. O que existe e tem servido de exemplificação e comprovação do ‘feudalismo’ brasileiro, são remanescentes de relações escravistas*, o que é bem diferente, tanto no que respeita à natureza institucional dessas relações, como, e mais ainda, no que se refere às consequências de ordem econômica, social e política daí decorrentes. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 104, *grifos nossos*).

38. No caso da colonização dirigida, a partir das teses de Octávio Ianni, constatava Vasconcelos que, na maioria dos casos ela serviria como uma “contrarreforma agrária”, já que manejava o homem para áreas distantes e em condições inadequadas, além de falta de recursos e orientação técnica, de forma que, na sequência, a terra era apropriada por grandes empresários para exploração da pecuária. (VASCONCELOS, 1986, p. 16-8; sobre colonização v. tb. PANOSSO NETO, 2001).

Desta feita, após desmistificar a necessidade de uma “revolução antifeudal” pela qual se deixavam *embeber* alguns teóricos marxistas brasileiros, vaticinou Prado Junior que os principais pólos da estrutura social do campo brasileiro na época não eram o “*latifundiário* ou *proprietário senhor feudal ou semifeudal* de um lado, e o camponês de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado.” (id., *ibid.*, p.105, *grifos nossos*).

Sobre a tradição de os proprietários rurais empregarem no Brasil eventualmente expedientes de subordinação pessoal dos empregados (retenção por dívidas e sanções e punições corporais)³⁹ que, portanto, emprestariam às relações “nítidas cores de submissão”, estranhas ao capitalismo, cujo suporte é a “liberdade jurídica do trabalhador”, tratar-se-ia.

[...] de remanescentes escravistas explicáveis em país onde a abolição da escravidão data de pouco mais de duas ou três gerações, e em lugares retardatários por contingências econômicas ou outras que lhes emperraram o desenvolvimento. *Esses remanescentes anacrônicos, contudo, não somente não desnaturam a essência das relações de trabalho predominantes na agropecuária brasileira e o tipo de organização econômica, e sobretudo não desclassificam essa organização para um tipo ‘feudal’* ou outro qualquer assemelhável, mas ainda reforçam muitas vezes a exploração comercial e capitalista da agropecuária, pois tendem a reduzir a remuneração do trabalhador e, em conseqüência, acrescer a mais-valia e a rentabilidade da empresa. (id., *ibid.*, p. 106, *grifos nossos*).⁴⁰

Em síntese, Caio Prado procurava demonstrar não haver sentido na elaboração de um quadro agrário que polarizasse “latifundiários de tipo senhorial a explorarem camponeses ainda envolvidos em restrições da ser-

39. O que no caso das terras meridionais do antigo estado de Mato Grosso, foram práticas que encontram tradução na sistemática adotada pela Cia. Matte Larangeira e reproduzida durante décadas de violenta exploração dos trabalhadores ervateiros. A esse respeito v. ARRUDA, 1997 e BIANCHINI, 1994.

40. Esse parece ter sido sempre o caso no ESMT: antes com a exploração ervateira, depois na agropecuária comercial.

vidão da gleba” (id., *ibid.*) e que a maior parte da agropecuária brasileira era essencialmente de natureza capitalista.

Estrutura-se em empresas comerciais, isto é, produtoras para o mercado e visando única e exclusivamente lucro financeiro; e se organiza na base de relações de empregador e empregado, de compradores e vendedores de força de trabalho, o que constitui a essência das relações capitalistas de produção. Os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária. Uma burguesia na maior parte dos casos, se quiserem, atrasada, de baixo nível e por isso ineficiente e rotineira (id., *ibid.*, p.107-108)[ou ainda, que] não é o fato de serem grandes proprietários rurais que faz dos nossos homens de negócio dedicados à agropecuária, reacionários e retrógrados, quando eles o são. [...] As distinções a esse respeito são antes de ordem pessoal, e não sócio-econômicas propriamente e de classe. (id., *ibid.*, p. 110).

Com alguma distinção, a visão sociológica de José de Souza Martins segue em essência na mesma direção quando trata da questão das relações de produção nas frentes pioneiras e da caracterização do capitalismo no campo. Sugere que as relações de “colonato e de arrendamento em espécie”, embora “não se configurem como tipicamente capitalistas”, não eram suficientes para gerar a ideia de antagonismo capitalismo/pré-capitalismo.

Essas relações são, na verdade, as possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital. Daí que a frente pioneira tenha sempre se apresentado como expressão limite do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, tenha se apoiado em relações sociais fundamentais não tipicamente capitalistas: escravatura, colonato, arrendamento em espécie. Na verdade, o que caracteriza penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força-de-trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade. O colonialismo, que era o estruturador das relações de troca entre a frente de expansão e a economia de mercado, se insinua diretamente na frente pioneira estruturando as relações sociais, definin-

do tensões e antagonismos de classe. A frente pioneira reinstaura, continuamente, as condições para aparecimento do estado de insuficiência econômica. Desse modo, a significação sociológica do conceito de frente pioneira não se propõe corretamente enquanto polo privilegiado da dicotomia tradicional-moderno. (MARTINS, 1975, p. 49-50).

Com objetivo de caracterizar a agricultura brasileira, tendo por base os dados do Cadastro dos Imóveis Rurais do INCRA referentes a 1972, um grupo de pesquisadores do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), conveniado com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e coordenado por José Francisco Graziano da Silva, realizou um estudo sobre a estrutura agrária brasileira e sobre a produção de subsistência na agricultura brasileira. A apresentação da publicação adiantava que a “ênfase [do estudo] girava em torno da importância da *pequena produção*, realizada por pequenos proprietários (incluídos aí os posseiros), parceiros e arrendatários, e de seu significado num quadro mais amplo, de desenvolvimento capitalista, no qual aparece e se desenvolve como produção subordinada.” (Graziano da SILVA, 1978, p. IX).

Em relação à produção camponesa, tal trabalho a definia a partir de quatro elementos principais:

- a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção;
- b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles;
- c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado [... onde a] produção camponesa pode ser vista como uma produção mercantil simples;
- d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Sendo assim, não só o *proprietário*, como o *parceiro*, o *arrendatário*, o *posseiro*, podem se configurar como formas de produção camponesa. (id., *ibid.*, 1978, p. 3-4, *grifos nossas*).

Apontava o estudo uma manifesta contradição, em que a grande propriedade, ao mesmo tempo em que repelia os camponeses livres, deles necessitava ter uma parte, como uma espécie de apêndice,

[...] uma parte que ressuscita como *pequenos arrendatários*. Assim, mesmo onde prepondera, a grande exploração não consegue um império incontrastável [...]. Onde a pequena empresa perde muito terreno, a grande começa a dar rendimentos cada vez menores, e recua [...]. Mas do mesmo modo que a eliminação da pequena propriedade, o fenômeno inverso tem também seus limites. À medida que aumenta o número dos pequenos agricultores, colocados ao lado dos grandes, multiplica-se o número de braços postos à disposição destes últimos. Aumentam, então, por conseqüência, a vitalidade da grande empresa e sua superioridade em relação à pequena. (id., *ibid.*, p. 4, *grifos nossos*).

Dito isso, o estudo dos pesquisadores compreendia, em linhas gerais, cinco partes principais, ambicionando elucidar pontos compreendidos como essenciais para explicar a realidade agrária brasileira configurada no início dos anos setenta:

- os *antecedentes históricos*, com ênfase na vinculação da pequena produção com as transformações capitalistas ocorridas no Brasil e as formas da propriedade da terra daí decorrentes;
- os *traços marcantes da estrutura agrária*, em termos da distribuição da propriedade da terra e das principais formas de seu aproveitamento;
- a *mão de obra nos imóveis rurais*, no sentido de se conhecer a composição da força de trabalho agrícola, ou seja, as relações de produção envolvidas;
- a *natureza e as principais características da produção agrícola*, englobando as culturas e a pecuária, procurando-se apontar especialmente o significado da pequena produção nesse contexto.
- finalmente, [...] uma *análise da renda e dos investimentos nos imóveis rurais* e do grau de inserção das unidades produtivas no mercado. (id., *ibid.*, 1978, p. 13-4, *grifos nossos*).

Aqui, ao compartilhar de muitas das preocupações que permeavam aquele trabalho, buscamos destacar e nos servir na sequência de algumas dessas constatações, em particular a da composição da mão-de-obra existente na estrutura agrária brasileira, a fim de comparar com alguns indícios que os censos agrícolas revelam para o ESMT, que é o objeto direto do presente capítulo.

Parcerias

A análise dos pesquisadores, com base no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA (1972), entendia que em âmbito nacional “a área média dos imóveis que utilizavam a *parceria* é igual a 157,4 ha, portanto, bastante superior à média do total dos imóveis (109,4 ha), o que indica que essa forma de exploração tende a ser utilizada nas maiores propriedades” (id., *ibid.*, 1978, p. 118), continuando por compreender a parceria associada a uma exploração mais intensa dos imóveis rurais:

[...] a porcentagem de área explorada nos imóveis com parceria (77,1%) é significativamente superior à do total das propriedades (58,5%) do país [...] Nos *minifúndios* e *latifúndios* por exploração essa diferença é bastante significativa. No primeiro caso, a existência da parceria no imóvel está relacionada com uma porcentagem de área explorada equivalente a 81% da área total, enquanto que para o total dos *minifúndios* essa porcentagem cai para 64,6%. No segundo caso, a porcentagem de área explorada cai de 74% quando há parceria, para 55,1% no total dos *latifúndios* por exploração do país. Fica patente, pois, que a *parceria pode ser uma forma de se aumentar a utilização das áreas dos grandes imóveis.* (id., *ibid.*, p. 118-20, *grifos nossos*).

Tomando como corretas essas últimas considerações, percebemos que o artifício da parceria contribuiu naqueles tempos para agregar valores ao imóvel dos grandes proprietários, tanto pelo fato de haver uma maior utilização das terras, quanto pelo tipo de contrato de parceria que se tinha,

visivelmente desvantajoso ao parceiro. Por exemplo, no que diz respeito à sua renda bruta:

Verifica-se que na maior parte dos casos ela está entre um ou dois salários mínimos anuais [por família]. Dela deve ser ainda extraída a renda da terra, que está em torno de 40% do valor da produção do parceiro. Considerando que é toda a família desse trabalhador que está envolvida no processo de produção, a renda por pessoa está bem abaixo do salário mínimo. Em síntese, é praticamente impossível ao parceiro se reproduzir com o que lhe fica da sua produção. Sendo assim, ele e sua família são obrigados, para sobreviver, a vender eventualmente sua força de trabalho. Considerados em conjunto, esses elementos constituem um primeiro passo no sentido de caracterizar a parceria como uma forma subordinada de pequena exploração [...] (id., *ibid.*, p. 121).

Revelava então o estudo que, para a maioria dos estados, a parceria aparecia como uma forma de exploração complementar da terra. (id., *ibid.*). Deste modo, de acordo com os dados do INCRA de 1972, no conjunto do território nacional, a relação percentual da *área explorada* sobre a *área total* era de 77,1%; a *área média em parceria* era de 32,6 ha; a *área em parceria* era de 26,9% sobre a *área explorada*; contava com uma média de 2,0 *parceiros por imóvel* (excluindo os dependentes); numa *área média por parceiros* de 15,2 ha; gerando uma *renda bruta por parceiro* de (Cr\$) 5.989,00 em média. O então estado de Mato Grosso detinha uma *área explorada* de 64,2% do total; apresentava uma *área média em parceria* de 262,7 ha; a *área cedida em parceria* era 50,1% do total; com média de 2,5 *parceiros por imóvel* sobre uma *área média por parceiros* de 105,8 ha; gerando uma *renda por parceiro* de (Cr\$) 9.995,00.

Em síntese, exceção à *área explorada* sobre a *área total* – que era uma das mais baixas do país –, Mato Grosso superava a média nacional em todos os demais itens, principalmente na *área média cedida em parceria*, que só perdia para os estados do norte do país. Verificou-se que a renda do

parceiro em vários estados era inferior a um salário mínimo. Já nos estados mais capitalizados do país era mais de três vezes esse valor, sendo que, por estar se desenvolvendo em Mato Grosso uma agricultura de característica comercial, a renda do parceiro neste estado se aproximava daqueles. “Mesmo assim, [conclui,] permanece a questão da baixa renda por pessoa ocupada...” (id., *ibid.*, p.124).

Acreditavam os pesquisadores que os contratos de parceria derivavam fundamentalmente das atividades agrícolas (96,1%). Ainda a parceria aparecia como uma relação de produção baseada fundamentalmente no trabalho familiar. (id., *ibid.*, p. 126). Também importa a constatação de que ao dividir o valor da produção pelo número das pessoas que trabalham na parceria (toda a família), tem-se que o valor por pessoa é “sempre inferior a um salário mínimo anual”, o que significa que “a reprodução do parceiro só é possível via uma produção para auto-consumo complementada provavelmente pela venda periódica de sua força de trabalho [...] a parceria aparece claramente como forma de garantir um estoque de mão de obra na propriedade”(id., *ibid.*, p. 128).

Constata-se o fato de que o tipo de parceria que se praticava no momento do Cadastro do INCRA estava relacionado com as atividades mercantis, implicando a forçada substituição das tradicionais “lavouras de subsistência, realizadas pelos parceiros, ou seja, esta em pleno curso um processo de expropriação dessa categoria”(id., *ibid.*, p. 137).

Embora o Artigo 13, item 11, do Decreto 59.566, o “Estatuto da Terra” (14/11/1966) tenha estipulado prazo mínimo para qualquer parceria (três anos), a regra era, na maioria dos estados, de os contratos não terem prazo fixado (mais de 90% dos contratos). Segundo as informações disponibilizadas pelo INCRA, constatou-se que Mato Grosso figurava entre os estados onde menos se desrespeitava a legislação – com “apenas” 66% dos contratos de parceria sem prazo determinado. Embora houvesse um percentual ainda alto, o estudo registrou que essa diferenciação indicava que,

[...] nas regiões onde as transformações capitalistas vêm se verificando mais rapidamente, há uma tendência à *redução nos prazos contratuais, de forma que o proprietário possa dispor da terra a curto prazo, para alterar o cultivo e poder eliminar os antigos trabalhadores*, sem enfrentar problemas legais. Nesse processo, o *parceiro aparece como a figura que incorpora valor ao solo*, através de seu trabalho, valor esse que acaba sendo apropriado pelo proprietário fundiário. (id., *ibid.*, p. 140, *grifos nossos*).

A conclusão dos pesquisadores em relação à parceria é que:

- a) parceria apresenta características diferentes nas diversas regiões do país;
- b) ela pode se apresentar quer sob a forma de pequena produção camponesa, relativamente independente, onde o proprietário da terra se arroga principalmente o direito de venda do produto do parceiro, funcionando pois como ‘capital comercial’, quer sob a forma de pequeno produtor substituto do assalariado permanente e sem condições sequer de produzir sua subsistência, mas com o qual o proprietário da terra se assegura o fornecimento de força de trabalho nos momentos de maior necessidade e mesmo um ‘sócio’ com o qual pode repartir eventuais prejuízos;
- c) as variações indicam graus diferentes de subordinação do parceiro ao capital, podendo-se inclusive falar em diferentes momentos do processo de expropriação a que estão submetidos. Num primeiro caso, há expropriação do excedente; no segundo caso, uma progressiva expropriação dos meios de produção;
- d) a análise das condições da maior parte dos contratos mostra que eles não obedecem às normas legais do Estatuto da Terra e legislação derivada, o que caracteriza o alto grau de subordinação e expropriação a que o parceiro está submetido. (id., *ibid.*, p. 140-1).

Arrendamentos

Ao interpretar os dados do Cadastro do INCRA, esse estudo da estrutura agrária brasileira registrava que a área média dos imóveis com arrendamento no país (222,4 ha) mais que dobrava a área média do total

dos imóveis (109,4 ha), o que, a exemplo das parcerias, indicava concentração da categoria *arrendamento* nos imóveis de maiores dimensões (id., ibid., p. 141). A relação área explorada por área total é bastante alta, muito “superior à que se encontra em média para o Brasil, quer quando se consideram estratos de área, quer categorias de imóveis.” Desta feita, também o arrendamento se mostra como uma forma de utilização de parcela maior de área da propriedade. (id., ibid.).

Ao considerar a relação da área arrendada sobre a área explorada, é confirmado ser ela bastante alta:

[...] nos imóveis com até 200 ha ela é superior a três quartos (75%) e em momento algum cai abaixo da metade. A análise por categoria confirma a grande participação da área arrendada em relação à explorada. No caso das empresas rurais, embora essa relação seja mais baixa, ela é quase o dobro da que se encontrou para a parceria. Esses elementos indicam que o *arrendamento, provavelmente, seja usado de forma diversa da parceria: a combinação de sua utilização com a exploração da terra diretamente pelo proprietário é bem menos evidente que no caso dos parceiros.* (id., ibid., p. 141-3, *grifos nossos*).

A área média dos arrendamentos, diferentemente das parcerias, cresce nos imóveis maiores que 10 ha (em propriedade com mais de 200 ha a área média é cinco vezes maior). A maior extensão da unidade de arrendamento levou o grupo que interpretava os dados do Cadastro a sugerir duas hipóteses:

[...] ou ele está ligado predominantemente à pecuária e extração, que exigem maiores extensões de área ou, nos maiores estratos, diferencia-se qualitativamente. Ou, seja, os *arrendamentos maiores seriam predominantemente formas capitalistas de produção*, contrastando com os pequenos arrendamentos, que estariam próximos do que se poderia chamar também de produção camponesa, como no caso da parceria. (id., ibid., p. 143, *grifos nossos*)

Quanto à renda bruta por arrendatário, percebeu-se ser ela bem superior à do parceiro, exceto no caso dos minifúndios. Isso leva a reafirmar a possibilidade de existência de dois tipos de arrendamento.

Um exame detido da área explorada em arrendamentos vai reparar ser ela superior na maioria dos estados a dois terços da área explorada. Em Mato Grosso, a *área explorada em arrendamentos* correspondia a 75% da *área total*, perfazendo uma *área média sob arrendamento* de 541,5 ha; a relação *área sob arrendamento sobre área explorada* era de 67,9%, tendo em média 2,1 *arrendatários por imóvel*, em uma *área média* de 262,2 ha. A *renda bruta por arrendatário* era de (Cr\$)13.063,00. (id., *ibid.*, p. 145).

O *antigo* estado de Mato Grosso, portanto, seguia a média nacional em praticamente todos os quesitos, as exceções eram quanto à *área média sob arrendamento* e *área média por arrendatário*. A área média sob arrendamento no país era de 112,0 ha – isso representava aproximadamente 20% do que apresentava o estado de Mato Grosso para tal quesito. Da mesma forma, a área média por arrendatário no Brasil (60,8 ha) girava em torno de 23% da praticada em Mato Grosso (262,2 ha) (id., *ibid.*, p. 145). Ao que parece, as grandes dimensões concentradas e esparsamente povoadas em Mato Grosso *antigo* explicam essa diferença.

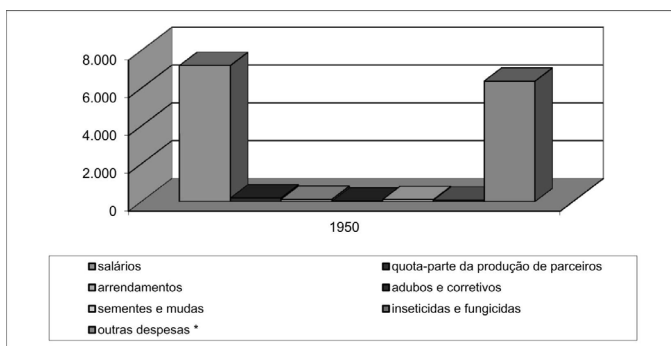
Ainda sobre os contratos de arrendamento, o estudo citado buscou esclarecer as relações estabelecidas entre o proprietário da terra e o arrendatário. Percebeu-se de imediato que a proporção de contratos com prazo estabelecido (47%) era bem superior à constatada para a parceria.

3.3 O trabalho dentre os itens de despesa na agropecuária do ESMT

O censo agropecuário (1970) disponibilizou dentre os tipos de despesas dos estabelecimentos agropecuários, alguns dos itens de maior relevância. Incluem-se aí as despesas com *salários*, a *quota-parte dos parceiros* (valor correspondente à produção a eles pertencente, conforme o contrato de trabalho), os *arrendamentos*, os *serviços de empreitada*, além das despesas

com *sementes e mudas, adubos e corretivos, inseticidas e fungicidas e alimentação e trato de animais*. Para efeito de nossas comparações, *juros e despesas bancárias e impostos e taxas* foram adicionadas ao item *outras despesas*.⁴¹

Desta feita, observa-se em 1950 para a MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados* que os itens *quota-parte da produção de parceiros e arrendamentos* muito pouco representavam no custeio total da propriedade (1,4% e 0,8% respectivamente), enquanto que os salários (51,8%) eram os maiores componentes de despesa com 7.190 cruzeiros. As outras despesas também eram itens relevantes: 6.366 cruzeiros (45,9% do total) (cf. **Tabela 17.1**).⁴² Muito similar é o quadro que se apresentava para *Amambai histórico*, com 1.776 cruzeiros desembolsados com salários (55,9% do total das despesas) e 1.343 cruzeiros (42,3%) com outras despesas (essencialmente administrativas e financeiras). Os demais itens, como se pode observar abaixo (**Figura nº 21**), são praticamente insignificantes em termos de dispêndio, perfazendo em conjunto aproximadamente 2,5% do total (cf. **Tabela 17.2**).

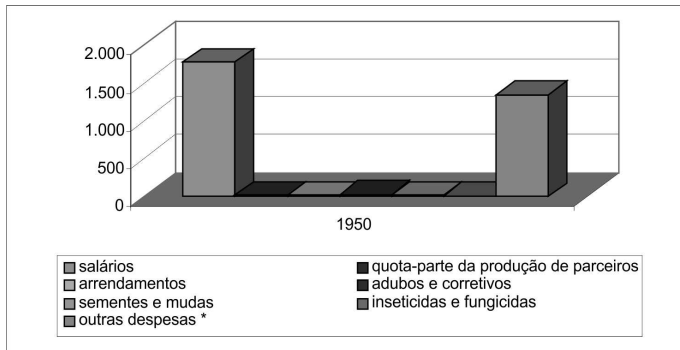


MRH *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*

41. Os censos agrícolas de 1950 e 1960 seguem itinerários semelhantes, apenas não apurando o tipo de despesa “serviços de empreitada”. O censo de 1950 não apresenta também o item “alimentação e trato de animais”.

42. As tabelas aqui citadas encontram-se ao final deste capítulo.

ERVAIS EM QUEDA



Amambai histórico

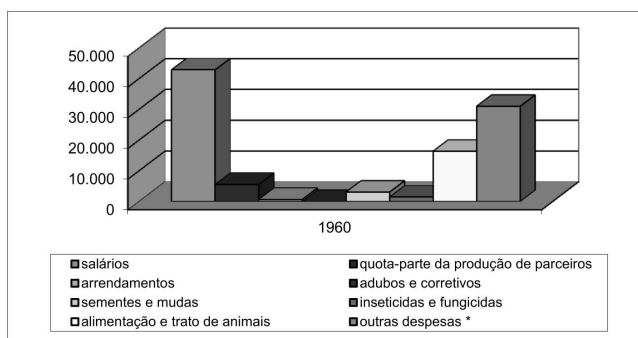
Figura nº 21. Tipos de despesas dos estabelecimentos rurais
Fonte: IBGE – Censo Agrícola de 1950 – Estado de Mato Grosso.

Do total de despesas agropecuárias apuradas pelo Censo de 1960, atenta-se para o fato de haver em todas as regiões apreciadas um crescimento relativo das outras categorias diretamente associadas ao trabalho humano, com um pequeno declínio representativo da participação de salários no total. Ao mesmo tempo é digna de nota a elevação em conjunto dos itens de despesa associados aos demais custos de produção (adubos e corretivos, sementes e mudas, e inseticidas e fungicidas e alimentação e trato de animais). Esse quadro pode, a nosso ver, indicar uma sensível mudança no perfil agropecuário dessas áreas, mais integrado ao mercado. A contar pelos dados das despesas que o censo computou, traços de “empresa rural”, que insistia Caio Prado configurar o campo brasileiro, podem ser percebidos no ESMT.

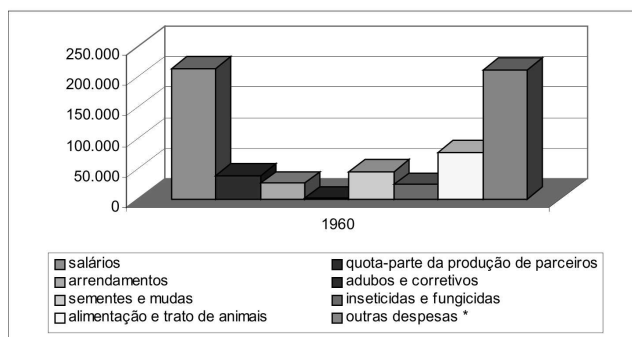
Assim sendo, em 1960, para o total da MRH, mesmo diminuindo em representação, salários eram o maior item de despesa com 213.607 cruzeiros (33,6%); houve uma maior participação percentual das quotas dos parceiros com 38.000 cruzeiros (6%) e dos arrendamentos com 25.392 cruzeiros (4%) – logo, a remuneração do trabalho representava agora menos da metade das despesas (mais precisamente 43,6%). Os itens: adubos, sementes, inseticidas

e fungicidas, consumidos na agricultura totalizavam 11% e a despesas com animais 12,1%; com 33,4% destinados a outras despesas (cf. **Tabela 17.1**).

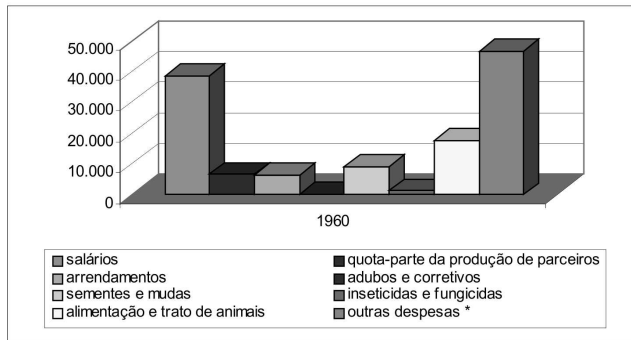
Visualmente, em 1960, *Amambai histórico* só se diferencia desse quadro em relação à menor participação dos arrendamentos (0,7%) e dos elementos que compõem insumos agrícolas (4,4%) – estes já com alguma visibilidade, quando comparados ao decênio anterior. A despesa com salários, em 1960, em *Amambai histórico* foi de 42.875 cruzeiros (42,5% do total); a quota-parte dos parceiros representou 5,5% (5.573 cruzeiros); a alimentação e o trato de animais constituíram um custo de 16.325 cruzeiros (16,2%) (cf. **Tabela 17.2**).



MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados



Amambai histórico



Porção meridional do município de Dourados

Figura nº 22. Tipos de despesas dos estabelecimentos rurais

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário de 1960 – Estado de Mato Grosso.

O desenho gráfico das despesas para a *Porção meridional do município de Dourados*, em 1960, segue o mesmo roteiro do total da MRH, exceção feita aos inseticidas e fungicidas, que representam um dispêndio menor (0,9%). As despesas com salários foram da ordem de 38.661 cruzeiros (30,6%); com a quota-parte da produção dos parceiros, 6.601 cruzeiros (5,2%); e com arrendamentos, 6.385 cruzeiros (5,1%). Somados, esses itens representavam 40,9% do total das despesas (proporção menor que a verificada na MRH). Nos demais itens de despesas, adubos e corretivos representaram custo insignificante (= 0,1%); sementes e mudas custaram 9.124 cruzeiros (7,2%); a alimentação e trato de animais, 17.576 cruzeiros (13,9%) e outras despesas acusaram 46.621 cruzeiros (36,9%) (cf. **Tabela 17.3**).

Em 1970, o censo agropecuário apresentou pela primeira vez, no conjunto das despesas das propriedades rurais, o item serviços de empreitada, em que “investigou-se a execução de serviços prestados aos estabelecimentos, para os trabalhos de plantio, colheita e outros, mediante a contratação com terceiros, sob cujas responsabilidades ficavam o fornecimento de pessoal e/ou equipamentos para a realização das tarefas ajustadas.” (CENSO AGROPECUÁRIO, 1970, Introdução, p. XXIV-XXV). Como, em todas as regiões aqui aferidas, esses *serviços de empreitada* constituem um volume muito representativo das despesas, é possível que esses

serviços figurassem nos censos anteriores englobados no item *salários*. De todo modo, os serviços de empreitada em 1970 estão sempre entre os maiores percentuais de dispêndio em todas as áreas a seguir avaliadas (**Figura nº 23**).

Na MRH, os serviços de empreitada foram responsáveis pelo desembolso de 18.513 mil cruzeiros (18,2%), superior às despesas com salários que eram responsáveis por 17,0% (ou 17.304 mil cruzeiros). Houve uma redução definitiva na porção destinada à quota-parte da produção de parceiros (469 mil cruzeiros, que equivale a 0,5%) e crescimento das despesas com arrendamentos (18.513 mil cruzeiros, equivalente a 7,0%). A soma das quatro categorias (42,7%), todavia, era aproximadamente 10 pontos percentuais menor que o índice de salários em 1950. Os dados confirmam a tendência a uma agropecuária comercial, com menor proporção de dispêndios com trabalho humano em comparação com outros itens de custeio das atividades agropecuárias. Tanto é assim que, em conjunto, os itens adubos e corretivos, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas, computam 17,2%; e a alimentação e o trato de animais, mais 7,2% do total das despesas; havendo ainda 36,4% de outras despesas (financeiras, administrativas, etc) (cf. **Tabela 17.1**).

Para examinarmos nosso ESMT, começemos constatando que, em 1970, na *Porção meridional do município de Dourados*, o elemento de despesa *serviços de empreitada* respondia com 13,6% (dois milhões de cruzeiros), menor que as despesas com salários que eram de 3.527 mil cruzeiros (23,9%). A quota-parte dos parceiros passava a ser residual (0,1%) e os dispêndios com arrendamentos cresceram proporcionalmente (9,5%), perfazendo 1.404 mil cruzeiros. A tomar as considerações anteriores (dos pesquisadores da UNESP), os dados de despesas indicariam a *Porção meridional do município de Dourados* como uma região onde melhor se situa uma transição, apresentando áreas em *desbravamento* (pelos serviços de empreitada) e outras já produzindo de modo articulado com o mercado (pelo maior desembolso relativo com salários e arrendamentos).

Tabela 17.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados
Despesas dos estabelecimentos rurais

Tipos de despesas dos estabelecimentos (C:R\$ 1,00)		1950	1960	1970
Salários	%	13.868	635.271	101.679.000
Arrendamentos	%	1,4	117	0,5
Quota-parte na produção de parceiros	%	51,8	25.392	17,0
	%	188	4,0	469.000
Serviços de empreitada	%	0,8	763	7,0
	%			18.513.000
Adubos e corretivos	%	-	-	18,2
	%	25	0,1	1.519.000
Sementes e mudas	%	0,2	44.901	1,5
	%	101	7,1	3.823.000
Inseticidas e fungicidas	%	0,7	23.909	3,8
	%	69	3,8	8.586.000
Alimentação e trato de animais	%	0,5	76.741	8,4
	%			7.323.000
Outras despesas *	%	-	12,1	7,2
	%	6.366	211.958	37.036.000
		45,9	33,4	36,4
Ano total.		1950	1960	1970

Fonte: Censos de 1950, 1960 e 1970.

* Nota: Adicionadas a outras despesas estão juros e despesas imobiliárias e impostos e taxas.

Como vemos, à medida que a agricultura cresce, cresce a participação dos itens: adubos e corretivos, sementes e mudas, inseticidas e fungicidas; fazendo recuar o item alimentação e trato de animais (mais relacionado com a pecuária). Na *Porção meridional do município de Dourados*, esses últimos respondiam por 904 mil cruzeiros (6,1%) do total de desembolsos; enquanto que aqueles primeiros somados representavam 17,2% – destaque para inseticidas e fungicidas cujo custo foi de 1.981 mil cruzeiros (13,4%). Outras despesas somavam 4.352 mil cruzeiros (29,5%) (cf. **Tabela 17.3**).

Novamente se vê uma situação distinta para *Amambai histórico*: os serviços de empreitada constituíam o item de maior relevância das despesas, com um desembolso de 5.057 mil cruzeiros (32,4%). Por se tratar de serviços temporários, sazonais (aberturas de fazendas, inclusive), o maior dispêndio com empreitadas em *Amambai histórico* aponta ser essa a área do ESMT que ainda se apresentava em ritmo de mudança na configuração da paisagem rural. Também o pequeno número de despesas com parcerias (1,1%) e com arrendamentos (1,1%) desvela que esses artifícios, bastante usuais na MRH, foram menos significativos em *Amambai histórico*. As despesas com salários somaram uma importância de 3.195 mil cruzeiros (20,5%). Outros números seguem ilustrando a hipótese: os itens mais relacionados à agricultura (*sementes e mudas, adubos e corretivos e inseticidas e fungicidas*) constituíam pouco dispêndio (5,4%) se comparado com a alimentação e trato de animais (7,7%). A pecuária, como se sabe, é atividade poupadora de mão-de-obra (v. **Tabela 17.2**).

3.4 Relações de trabalho no ESMT

Examinaremos, a seguir, a distribuição numérica do *pessoal ocupado nas propriedades rurais*, que oferecem os censos agropecuários para as regiões examinadas.

Deixamos inicialmente de lado a categoria *responsável e membros não remunerados da família* (RMNRF), fixando a atenção no volume representativo das demais categorias de trabalho empregadas na agropecuária, a saber: *em-*

pregados em trabalho permanente, empregados em trabalho temporário, parceiros e também as *outras condições*.⁴³ Preliminarmente é forçoso perceber que em todo o conjunto da MRH – assim igualmente verificável para as áreas destacadas do ESMT –, o número de *empregados em trabalho temporário* é sempre mais expressivo que nas demais categorias, embora seja, ao longo dos anos, declinante em termos percentuais.

Na MRH, contrataram-se, em 1950, 1.089 trabalhadores temporários (68,1% do total exceto RMNRF); em 1960, houve 5.641 contratados nessa condição (55,1%) e, em 1970, houve uma diminuição inclusive numérica: 5.540 empregados em trabalho temporário (ou 46%) (cf. **Tabela 17.4**).

Para o ESMT, houve uma diminuição mais significativa dessa categoria de emprego no campo ao longo dos anos, embora sempre se mantendo como a que mais empregava.

Deste modo, *Amambai histórico* registrava 657 empregados em trabalho temporário em 1950 (que é o equivalente a 74,1% do total exceto RMNRF). Em 1960, houve um grande crescimento numérico de empregados nessa modalidade (2.384), mas em termos percentuais houve uma diminuição para 62,8%. A redução de empregados em trabalho temporário, em 1970, se deu tanto em termos percentuais (60%) como numéricos: 1.327 (basta ver os gráficos na **Figura nº 24**,⁴⁴ v. tb. **Tabela nº 17.5**).

Na *Porção meridional do município de Dourados* não vemos uma diminuição, em termos quantitativos, da condição de empregados em trabalho temporário, no período intercensitário 1960-70: havia 1.109 empregados nessa condição em 1960 e 1.726 em 1970. Houve, porém, nessa mesma área, a mais significativa redução percentual: se em 1960 os empregados temporários compunham 84,5% do pessoal total (exceto RMNRF), em 1970 o índice será reduzido a 55,1% (cf. **Tabela nº 17.6**).

43. Designamos aqui esse conjunto como “total exceto RMNRF”.

44. Devido à dificuldade de representação gráfica, deixamos de incluir nessa figura a categoria RMNRF, cujo número é sempre muito superior às demais categorias, como pode ser visto pelas Tabelas 17.4, 17.5, 17.6.

Desta feita, embora esteja em constante redução percentual, o trabalho temporário mantém-se mais expressivo nas regiões mais ao sul da MRH. Em 1970, na MRH, os empregados temporários perfaziam 46% do total do pessoal exceto RMNRF; na *Porção meridional do município de Dourados* esse índice era de 55,1% e em *Amambai histórico*, 60%.

Já a quantidade de *empregados em trabalho permanente*, apurada em todas as áreas aqui examinadas, revela um sentido contrário daquele refluxo do trabalho temporário. A MRH em totalidade já apresentava, em 1970, uma superação numérica e proporcional de empregados permanentes em relação aos temporários. Ainda que os dados não indiquem nas áreas do ESMT o mesmo fenômeno, é perceptível o crescimento proporcional ano a ano dos empregados permanentes. Vejamos os indicadores.

Apurou-se para a MRH, em 1950, a utilização de 483 empregados em trabalho permanente (30,2%), contra 3.677 empregados nessa mesma classificação em 1960 (35,9%), para, em 1970, atingir 5.782 postos (ou 48% do total exceto RMNRF) (cf. **Tabela 17.4**).

Em *Amambai histórico*, os empregados em trabalho permanente, em 1950, correspondiam a apenas 226 indivíduos (25,5% do pessoal exceto RMNRF). Em 1960, com o aumento de oferta de empregos na região, o emprego permanente cresce a 31,2% (ou seja, 1.184 pessoas). Percentualmente, em 1970, o índice continua a crescer (35,8%), porém o número de empregados em trabalho permanente caiu para 792 pessoas (cf. **Tabela 17.5**).

No outro espaço integrante do ESMT, a *Porção meridional do município de Dourados*, houve um grande aumento do número de empregados em trabalho permanente na década de 1960. Isso porque o censo de 1960 registrou apenas 178 assim empregados (ou 13,6%); e o censo de 1970 revelou um crescimento intenso de trabalhadores permanentes: 1.306 indivíduos (equivalente a 41,7% do total exceto RMNRF) (cf. **Tabela 17.6**).

Quando comparada à quantidade de empregados diretos (permanentes e/ou temporários), a quantidade de *parceiros* (pessoas subordinadas à administração que percebiam em remuneração parte da produção) re-

gistrada pelos indicadores dos censos era bastante inferior. Observamos que o maior índice dessa categoria se deu na MRH no ano censitário de 1960: o total de 537 parceiros correspondia a 5,2% do pessoal ocupado nessa Microrregião. Em 1950, registraram-se 26 parceiros (1,6%) e, em 1970, 366 eram as parcerias (ou 3% do total) (cf. **Tabela 17.4**). *Amambai histórico* apresentou apenas 4 parceiros em 1950 (ou 0,5%). O índice cresce em 1960 para 3,4% (130 parceiros) reduzindo-se, em 1970, para 67 parceiros (3%) (cf. **Tabela 17.5**).⁴⁵ Na *Porção meridional do município de Dourados*, talvez por receber influência da mesma marcha pioneira, um pouco tardiamente em relação a Dourados, o número de parceiros registrados foi o mais insignificante dentre as regiões examinadas: apenas 3 indivíduos em 1960, e 7 em 1970 (em ambos os casos 0,2%) (cf. **Tabela 17.6**).

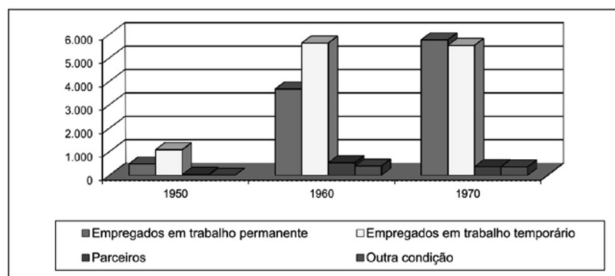
As parcerias foram um artifício utilizado no oeste paulista e no norte e oeste do Paraná, principalmente quando o proprietário não detinha fluxos necessários para arcar com o custo de abertura ou formação de suas terras. Já nas regiões aqui estudadas, embora se verifique um crescimento do número de estabelecimentos dirigidos por parceiros (cf. **Tabelas 7.1, 7.2 e 7.3 e Figura nº 10**), notamos que, quanto ao volume de pessoas ocupadas, a parceria não ocorreu na mesma densidade (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6 e Figura nº 24**).

A partir do censo de 1960, foi introduzida mais uma categoria para classificar o pessoal ocupado na agropecuária, definida por *pessoal de outra condição*. Nessa condição, admitiam-se aqueles que agiam num regime de trabalho diferente do pessoal dos outros grupos classificados, como, por exemplo, os agregados ou moradores. (cf. CENSO AGRÍCOLA, 1960 e CENSO AGROPECUÁRIO, 1970). Observou-se que essa condição, a exemplo das parcerias, era também bastante irrisória. Na verdade, essa classificação muitas vezes se confundia com a de uma parceria informal, de maneira que pudesse ser até adicionada ao número de parceiros, sem,

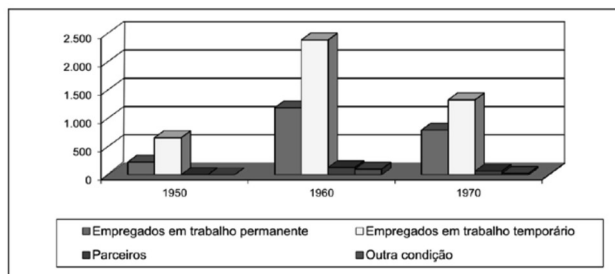
45 O caso das parcerias em *Amambai histórico* segue a regra em toda a MRH: o número de parceiros reduzia-se em 1960 para praticamente desaparecer em 1970.

contudo, nada alterar no peso que viesse a ter no total das ocupações rurais.

Como se pode observar, a MRH, em 1960, apresentava o número de 392 indivíduos empregados em *outra condição* (ou seja, 3,8% do pessoal ocupado exceto RMNRF), número reduzido em 1970 para 355 (2,9%). Em *Amambai histórico*, vê-se o mesmo ocorrer: em 1960, eram 100 assim classificados (2,6%) para, em seqüência, haver o número diminuído para 26 indivíduos assim ocupados (1,2%, do total). No ESMT, a única área em que houve um relativo crescimento numérico para pessoal em outra condição foi na *Porção meridional do município de Dourados*: dos 23 indivíduos apontados em 1960 (1,8%), vê-se, em 1970, 95 assim classificados (o equivalente a 3%). Percebemos, como já dissemos, a definitiva condição residual dessa classificação (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**; v. tb. a **Figura nº 24**).

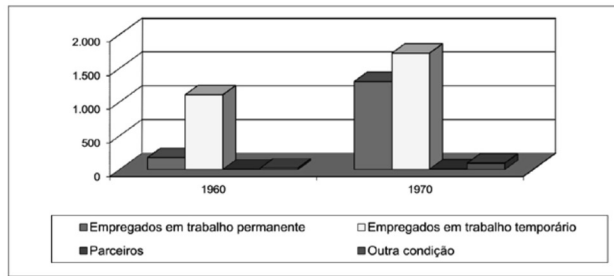


MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados



Amambai histórico

ERVAIS EM QUEDA



Porção meridional do município de Dourados

Figura nº 24. Pessoal ocupado, distribuído por categoria

Fonte: IBGE – Censos Agrícola de 1950 e 1960 e Agropecuário de 1970 – Estado de Mato Grosso.

Interessante notar que o número de mulheres envolvidas no trabalho a outrem é sempre bastante inferior ao do homem. As **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6** revelam que na MRH o número de mulheres empregadas em *trabalho permanente*, entre os anos 1950 a 1970, pouco ultrapassou a 10% do número de homens envolvidos nessa condição; em *Amambai histórico* o percentual figurava na casa dos 20%; na *Porção meridional do município de Dourados* o emprego feminino em trabalho permanente correspondia a 7% do emprego de homens em 1960 e 15% em 1970.

Na classificação *trabalho temporário*, a proporção do número de mulheres em relação ao de homens empregados era ainda menor: girou em torno de 5% na MRH; em *Amambai histórico* esteve em 6% nos dois primeiros anos censitários para recuar a 2% em 1970. Na *Porção meridional do município de Dourados* cresceu de 2% em 1960, para 7% em 1970. Numericamente, como vemos, a mão de obra feminina não era muito volumosa também nessa condição (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

Também nas *parcerias* não se vê muitas mulheres envolvidas: na MRH a proporção mulheres/homens nos anos censitários 1950, 60 e 70 era respectivamente de 7%, 10% e 22%. Em *Amambai histórico*, não se registrou em 1950 nenhuma mulher trabalhando em parceria; em 1960, a proporção mulheres/homens era de 13% e em 1970, 10%. Não houve re-

gistro de participação de mulheres na classificação *parceiros* (entre 1960-70) na *Porção meridional do município de Dourados* (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

A regra valerá também para a *outra condição* de emprego no campo – sempre o número de mulheres é bastante inferior ao de homens. A exceção que se pode verificar em *Amambai histórico* em 1970 (a proporção mulheres/homens é igual a 0,73 por 1) deriva da sensível diminuição de trabalhadores do sexo masculino nessa condição (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

Importa observar, no entanto, que, com o passar dos anos, cresce o índice de participação de emprego do trabalho feminino nas propriedades rurais, superando, na maioria dos casos, o índice de crescimento da mão-de-obra masculina. Isso é válido para os *trabalhos permanentes e temporários* e para as *parcerias* ou *outra condição*, nas três áreas examinadas.

Contudo, o cenário onde há uma maior participação das mulheres ocupadas em atividades agropecuárias figura na classificação: *membros não remunerados da família* – em geral atuando nas pequenas propriedades familiares.

Contava-se em 1950 na MRH 1.682 mulheres atuando nessa condição (0,43 por homem); em 1960, eram 14.032 mulheres (0,39 por 1) e; em 1970, dentre os membros não remunerados da família, as mulheres representavam 0,5 por homem (32.235 e 64.016, respectivamente) (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

Em *Amambai histórico*, a participação de mulheres em trabalhos não remunerados cai proporcionalmente ano a ano, mas mantém-se muito significativa: 986 mulheres para 1.327 homens em 1950 (0,75); a proporção cai para 0,56 em 1960, ou seja, 1.975 mulheres, para 3.521 homens sem remuneração; e, em 1970, registrou-se 2.503 mulheres e 5.315 homens (o número de mulheres era equivalente a 47,1%, do total de homens) (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

Houve um deslocamento semelhante para a outra parcela do ESMT: na *Porção meridional do município de Dourados* contavam-se, em 1960,

2.374 mulheres entre os membros não remunerados da família (0,72 por homem). Em 1970, registra-se queda: são 3.225 mulheres para 7.031 homens (0,46 por 1) (cf. **Tabelas 17.4, 17.5 e 17.6**).

O que se observa no quadro aqui demonstrado vem confirmar que para o ESMT o trabalho feminino restringia-se essencialmente ao trabalho não remunerado, dentro da pequena propriedade familiar.

A partir do censo de 1960, o IBGE acrescentou à contagem o número dos *estabelecimentos sem pessoal contratado*. Para esse estudo tal registro é muito importante, pois, face ao número total de estabelecimentos existentes na MRH e nas áreas subdivididas do nosso ESMT, pode-se observar em todas as extensões um aumento constante do número de estabelecimentos rurais que não ofereciam emprego. Vejamos os números.

Do total de 18.685 estabelecimentos registrados em 1960 na MRH, 15.953 declaravam não ter pessoal contratado (ou seja, 85,3 %); e dos 31.285 divulgados no censo de 1970, 28.148 (89,9%) não contratavam empregados rurais em nenhuma das classificações anteriores (cf. **Tabelas 8.1 e 17.4**).

Particularmente no ESMT, observa-se o mesmo processo. No intervalo de uma década, há um aumento proporcional de estabelecimentos sem pessoal contratado:

Na *Porção meridional do município de Dourados*, o aumento proporcional de estabelecimentos sem pessoal contratado é o mesmo índice de toda a MRH (5 pontos percentuais). Do total de 2.086 estabelecimentos encontrados nessa área, 1.690 (81 %) não empregavam. Em 1970, o índice sobe para 86%, são 2.833 os estabelecimentos sem contratação de pessoal, para o total de 3.293 (cf. **Tabelas 8.2 e 17.5**).

Do total de 1.578 estabelecimentos rurais encontrados em *Amambai histórico* para o ano de 1960, 978 não possuíam empregados (equivalente a 61,9%); enquanto que em 1970 o índice cresce vertiginosamente (84,3%): são 2.286 o número de estabelecimentos sem pessoal contratado dentre o total de 2.711 propriedades (cf. **Tabelas 8.3 e 17.6**).

O panorama acima nos ajuda a compreender o alto número de propriedades sem pessoal contratado no ESMT no período correspondente aos censos de 1960-70. Também estimula refletir sobre a relevante ampliação desse quadro em 10 anos. Se levarmos em conta ainda o aumento constante da quantidade de pequenas propriedades (menos de 10 ha) no mesmo período, conforme verificado no capítulo anterior (v. Tabelas 8.1, 8.2 e 8.3), tenderemos a atribuir a esse aumento de pequenas propriedades, o crescimento de propriedades sem contratações. Isso por certo, parece ter sido decisivo, haja vista que os pequenos sítiantes naquela condição não parecem dispor de recursos financeiros para contratações de mão-de-obra. Também não sugere ter sido atrativo o artifício de *parcerias* em propriedades cuja área média por proprietário variava entre 10 a 35 ha (cf. **Tabelas 8.1, 8.2 e 8.3**).⁴⁶ Tudo faz crer ter imperado nesses domínios o trabalho familiar não remunerado.

Um olhar mais atento há de reparar que se efetuássemos uma divisão do número de *estabelecimentos sem pessoal contratado* pela quantidade de *propriedades com menos de 100 ha*, encontraríamos uma equivalência praticamente total. Na MRH, 96,1% em 1960, e 90% em 1970; na *Porção meridional do município de Dourados*, 89,7% em 1960, e 86% em 1970; e em *Amambai histórico* um percentual que chegava a ultrapassar o número dessas pequenas propriedades: 99,2% em 1960 e 114,1% em 1970 (cf. **Tabela 18**).

Entretanto, como nem todas as pequenas propriedades viviam exclusivamente do trabalho familiar – embora essa pareça ter sido a regra, ao que parece, o não emprego de pessoal também pode ser creditado a imóveis de maior porte. Não se deve perder de vista, por exemplo, o fenômeno da especulação com as terras. Aí se vê aqueles indivíduos que mantinham a propriedade em inatividade para conseguir bom preço no futuro, seja para venda integral, seja para retalhá-la em pequenos lotes.

Por outro lado, talvez seja o caso de relacionar aqui dois outros fenômenos indicados pelos censos: o aumento do número de estabeleci-

46. De acordo com o apurado no capítulo anterior.

mentos dirigidos por arrendatários (v. **Capítulo 2**) e o aumento da categoria RMNRF.

De fato, dentre o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, notamos a predominância absoluta da categoria *responsáveis e membros não remunerados da família* (RMNRF) em todas as regiões. Tanto na MRH, quanto nas áreas do ESMT, esse grupo responde quase sempre por mais de dois terços do total de pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais (nos anos censitários de 1950, 60 e 70). Consideravam-se para essa classificação os indivíduos pertencentes à família do responsável pelo estabelecimento, que auxiliavam nos trabalhos agropecuários sem remuneração. Os membros não remunerados da família basicamente se encontram nas pequenas propriedades, onde toda a família (quase sempre numerosa) trabalha em conjunto. Como as pequenas propriedades (até 100 ha) compõem um número muito superior às demais após 1960 (cf. já apreciado anteriormente), é possível sustentar a hipótese de esse contingente de *trabalho familiar não remunerado* estar concentrado nessas pequenas propriedades (cf. **Tabela 17.4**; v. tb. **Tabelas 8.1, 8.2 e 8.3**).

Além disso, parte considerável desse pessoal podia ser ocupante, ou encontrar-se na condição de arrendatário. Essa última hipótese foi confirmada em estudo de caso sobre a formação das fazendas em Itaquiraí, onde o autor compara a experiência local com a nacional:

Nos estabelecimentos brasileiros acima de 1.000 ha, ocorre o domínio do trabalho assalariado, enquanto que a relação de trabalho predominante nos estabelecimentos inferiores a 10 ha, é o trabalho familiar. No entanto, houve grande participação do trabalho familiar nestes grandes estabelecimentos, na época de derrubada das matas e formação das pastagens. Mais tarde, o trabalho familiar foi substituído por um pequeno número de trabalhadores assalariados devido à pequena necessidade de mão de obra, por ser praticado aí a pecuária de corte, característica desta atividade no Brasil. (FABRINI, 1995, p. 69).

Assim, é possível que parte significativa do contingente de RMNRF correspondesse a arrendatários trabalhando em grandes propriedades (as quais figurariam, portanto, como “estabelecimento sem pessoal contratado”).

É certo que parte do crescimento da categoria RMNRF deve ser explicada pelo maior acesso a pequenos lotes de terra, por meio dos projetos de colonização oficial e particular, que se multiplicam na região nas décadas de 1950 e 1960.

De todo modo, o panorama acima também pode apontar fenômenos captados nas reflexões dos pesquisadores da UNESP (anteriormente citados). Ou seja, postos lado a lado, um grande número de pequenos agricultores em regiões onde há o predomínio da grande propriedade, “multiplica-se o número de braços postos à disposição desses últimos [...] [revigorando] a vitalidade da grande empresa e sua superioridade em relação à pequena.” (Graziano da SILVA, 1978, p. 4). Assim, é possível antever que filhos de sitiantes, acostumados desde crianças às “lides da roça”, com o passar dos anos venham ocasionalmente a oferecer sua força de trabalho em alguns serviços temporários nas fazendas vizinhas.

TABELA 17.1
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados
Despesas dos estabelecimentos rurais

ANO	TIPOS DE DESPESAS DOS ESTABELECIAMENTOS: (Cr\$ 1,00)																		
	TOTAL	SALÁRIOS %	QUOTA- PARTE-NA PRODU- ÇÃO DE PARCEI- ROS	ARRENDA- MENTOS %	SERVIÇOS DE EMPREI- TADA %	ADUROS E CORRETI- VOS %	SEMENTES E MUDAS %	INSETI- CIDAS E FUNGI- DAS %	ALIMEN- TAÇÃO E TRATO DE ANIMAIS %	OUTRAS DESPESAS *	%								
1950	13.868	7.190	51,8	188	1,4	117	0,8	-	25	0,2	101	0,7	69	0,5	-	6.366	45,9		
1960	635.271	213.607	33,6	38.000	6,0	25.392	4,0	-	763	0,1	44.901	7,1	23.909	3,8	76.741	12,1	211.958	33,4	
1970	101.679.000	17.304.000	17,0	469.000	0,5	7.106.000	7,0	18.513.000	18,2	1.519.000	1,5	3.823.000	3,8	8.586.000	8,4	7.323.000	7,2	37.036.000	36,4

Fonte: Censos de 1950, 1960 e 1970.

* Nota: Adicionadas a outras despesas estão juros e despesas bancárias e impostos e taxas.

TABELA 17.2
Amambai histórico
Despesas dos estabelecimentos rurais

ANO	TIPOS DE DESPESAS DOS ESTABELECIAMENTOS: (Cr\$ 1,00)																	
	TOTAL	SALÁRIOS %	QUOTA- PARTE-NA PRODU- ÇÃO DE PARCEI- ROS	ARRENDA- MENTOS %	SERVIÇOS DE EMPREI- TADA %	ADUROS E CORRETI- VOS %	SEMENTES E MUDAS %	INSETI- CIDAS E FUNGI- DAS %	ALIMEN- TAÇÃO E TRATO DE ANIMAIS %	OUTRAS DESPESAS *	%							
1950	3.178	1.776	55,9	19	0,6	16	0,5	-	25	0,8	12	0,4	6	0,2	-	1.343	42,3	
1960	100.906	42.875	42,5	5.573	5,5	688	0,7	-	---	-	3.037	3,0	1.441	1,4	16.325	16,2	30.967	30,7
1970	15.584.000	3.195.000	20,5	178.000	1,1	1.68.000	1,1	5.057.000	32,4	---	612.000	3,9	232.000	1,5	1.195.000	7,7	4.947.000	31,7

Fonte: Censos de 1950, 1960 e 1970.

Notas: *1950 e 1960: Amambai; 1970: Amambai e Iguatemi.

** Adicionadas a outras despesas estão juros e despesas bancárias e impostos e taxas.

TABELA 17.3
Porção meridional do município de Dourados*
Despesas dos estabelecimentos rurais

ANO	TIPOS DE DESPESAS DOS ESTABELECIMENTOS: (Cr\$ 1,00)														OUTRAS DESPESAS *	%			
	TOTAL	SALÁRIOS	%	QUOTA- PARTE NA PRODU- ÇÃO DE PARCEI- ROS	ARRENDAMEN- TOS	%	SERVIÇOS DE EMPREI- TADA	%	ADUBOS E CORRETI- VOS	%	SEMENTES E MUDAS	%	INSETI- CIDAS E FUNGICI- DAS	%			ALIMEN- TAÇÃO E TRATO DE ANIMAIS	%	
1960	126.265	38.661	30,6	6.601	5,2	6.385	5,1	---	100	0,1	9.124	7,2	1.197	0,9	17.576	13,9	46.621	36,9	
1970	14.753.000	3.527.000	23,9	10.000	0,1	1.404.000	9,5	2.000.000	13,6	67.000	0,5	488.000	3,3	1.981.000	13,4	904.000	6,1	4.352.000	29,5

FONTES: Censos de 1960 e 1970.

NOTAS: *1960: Caarapó; 1970: Caarapó e Navirai; ** Adicionadas a outras despesas estão juros e despesas bancárias e impostos e taxas.

TABELA 17.4
MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados

Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, segundo as diversas categorias
Número de estabelecimentos com pessoal contratado

ANO	EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE			EMPREGADOS EM TRABALHO TEMPORÁRIO			PARCEIROS			OUTRA CONDIÇÃO			RESPONSÁVEL E MEMBROS NÃO REMUNERADOS DA FAMÍLIA			ESTABELECIMENTOS SEM PESSOAL CONTRA-TADO
	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	
1950	434	49	483	1.041	48	1.089	22	4	26	---	---	---	3.943	1.682	5.625	---
1960	3.310	367	3.677	5.404	237	5.641	490	47	537	329	63	392	35.797	14.032	49.829	15.953
1970	5.174	608	5.782	5.245	295	5.540	299	67	366	286	69	355	64.016	32.235	96.251	28.148

FONTES: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 17.5
*Anambai histórico**

Personal ocupado nos estabelecimentos rurais, segundo as diversas categorias
Número de estabelecimentos com pessoal contratado

ANO	EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE			EMPREGADOS EM TRABALHO TEMPORÁRIO			PARCEIROS			OUTRA CONDIÇÃO			Responsável e membros não remunerados da família			Estabelecimentos sem pessoal contratado
	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	homem	mulher	total	
1950	190	36	226	621	36	657	4	---	4	---	---	1.327	986	2.313	---	
1960	961	223	1.184	2.243	141	2.384	115	15	130	82	18	3.521	1.975	5.496	978	
1970	664	128	792	1.302	25	1.327	61	6	67	15	11	5.315	2.503	7.818	2.286	

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

TABELA 17.6
*Porção meridional do município de Dourados**

Personal ocupado nos estabelecimentos rurais, segundo as diversas categorias
Número de estabelecimentos com pessoal contratado

ANO	EMPREGADOS EM TRABALHO PERMANENTE			EMPREGADOS EM TRABALHO TEMPORÁRIO			PARCEIROS			OUTRA CONDIÇÃO			Responsável e membros não remunerados da família			Estabelecimentos sem pessoal contratado
	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	HOMEM	MULHER	TOTAL	homem	mulher	total	
1960	167	11	178	1.082	27	1.109	3	---	3	23	---	23	3.300	2.374	5.674	1.690
1970	1.138	168	1.306	1.606	120	1.726	7	---	7	80	15	95	7.031	3.225	10.256	2.833

FONTE: Censos de 1950, 1960 e 1970.

Tabela 18 – Estabelecimentos sem pessoal contratado, n° total de estabelecimentos e estabelecimentos com menos de 100 ha

Estabelecimentos sem pessoal contratado e relação proporcional com as demais categorias, na MRH Campos de Vacaria e Mata de Dourados; Amambai histórico e na Porção meridional do município de Dourados

MRH CAMPOS DE VACARIA E MATA DE DOURADOS		1960			1970		
CAMPOS	DISCRIMINAÇÃO	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (A)/(B)	PROPORÇÃO (A)/(C)	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (A)/(B)	PROPORÇÃO (A)/(C)
A	ESTABELECIMENTO SEM PESSOAL	15.953	85,4	96,1	28.148	90,0	99,6
B	CONTRATADO	18.685	100,0		31.285	100,0	
C	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 100HA	16.593		100,0	28.265		100,0

AMAMBAI HISTÓRICO		1960			1970		
CAMPOS	DISCRIMINAÇÃO	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (F)/(G)	PROPORÇÃO (F)/(H)	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (F)/(G)	PROPORÇÃO (F)/(H)
F	ESTABELECIMENTO SEM PESSOAL	978	62,0	99,2	2.286	84,3	114,1
G	CONTRATADO	1.578	100,0		2.711	100,0	
H	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 100HA	986		100,0	2.003		100,0

PORÇÃO MERIDIONAL DO MUNICÍPIO DE DOURADOS		1960			1970		
CAMPOS	DISCRIMINAÇÃO	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (I)/(J)	PROPORÇÃO (I)/(K)	Nº ESTABEL.	PROPORÇÃO (I)/(J)	PROPORÇÃO (I)/(K)
I	ESTABELECIMENTO SEM PESSOAL	1.690	81,0	89,7	2.833	86,0	97,7
J	CONTRATADO	2.086	100,0		3.293	100,0	
K	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ESTABELECIMENTOS COM MENOS DE 100HA	1.885		100,0	2.901		100,0

Fonte: Censos de 1960 e 1970.

CONCLUSÃO

Numa hipotética cena, bastante corriqueira, poderia ocorrer que um habitante do ESMT se visse interpelado por um estranho, que, talvez apenas para “puxar conversa”, lançasse a pergunta: “onde o senhor mora?” – a qual seria seguida, após a resposta, por outra pergunta: “e sua região é forte em quê?” Seria o tipo do diálogo que se trava entre pessoas adultas, à procura de saber, por informações verbais, quais as possibilidades oferecidas por regiões diferentes das suas. Para aqueles não satisfeitos com sua condição social, informar-se acerca da atividade econômica predominante em tal ou qual espaço, poderia ser o início de planos de “arrumar as trouxas” e se mudar...

Aqueles que porventura tiveram essa curiosidade ou tenham passado por essa situação, certamente dariam ou receberiam respostas diferentes a cada década (ou até em um período menor, caso o diálogo estivesse voltado a algum lugar sob influência da CAND). Em épocas mais recuadas, a resposta provavelmente envolveria a atividade ervateira. Posteriormente, seriam certamente lembradas as culturas agrícolas, de modo que, mais recentemente (sobretudo depois de 1970), o interlocutor teria, dentre os itens mais lembrados, algo assim: “Ah! Ali o que mais tem é gado”.

O certo, porém, é que, seja qual fosse a atividade, ela estaria, principalmente até o final da década de 1960, relacionada ao campo. O imaginário popular, ao formular sobre aquilo que conhece, em que se encontra ambientado, desvelaria o mundo rural em que vivia, seu mundo.

Com efeito, pelo que pudemos constatar no segundo capítulo, a partir dos dados disponíveis, é sempre a hegemonia da população rural

frente à urbana. O crescimento populacional observado no ESMT, menor que a média da MRH, mas bem acima da média nacional, se concentrava na zona rural. Seja para receber um lote nas glebas de colonização, seja para adquirir fazendas, mas principalmente para trabalhar em terras de outrem, era o *campo* que atraía. Basta visualizar os resultados apurados a partir dos dados dos censos demográficos para se ter bem claro que, até 1970, o que vigora é uma população residindo e trabalhando nas zonas rurais.

Isso é notado ao observarmos o salto populacional subsequente a 1950 para toda a Microrregião homogênea *Campos de Vacaria e Mata de Dourados*, e para o ESMT em particular. O mundo que concluímos representar, portanto, é rural. *Locus* onde experiências vividas, entre conflitos e negociações, se dão num cotidiano onde a mata, a pastagem e a plantação eram o palco.

Acreditamos no acerto de algumas afirmações que assinalam que a atividade econômica mais tradicional, a erva-mate, embora anteriormente tenha forçado relativa ocupação, ficava agora restrita às áreas mais próximas da fronteira com o Paraguai e não mais podia contribuir na (re) configuração territorial, socioeconômica e cultural, já que o crescimento demográfico era reforçado com populações não habituadas ao mate (o que dificultava a constituição de um mercado interno que absorvesse a produção anteriormente exportada).

Caem os ervais, para em seu lugar surgirem algumas culturas agrícolas, mas, principalmente, para forrar o chão com pastagens. Tais mudanças estão mais relacionadas à chegada da frente pioneira. Embora atinja mais tardiamente as sub-regiões do ESMT, quando o faz imprimir outra dinâmica à economia local e envolve antigas formações sociais, dando-lhes outro sentido.

Chama atenção o fato de encontrarmos, no decorrer do processo, a somar com a população despossuída local, o retirante nordestino, geralmente a oferecer sua força de trabalho em algum trabalho esporádico, nas médias e grandes propriedades.

Possuir, nessa época e local, também pode ser traduzido por “deter a posse da terra”. Trata-se de período de rápida valorização das terras. A aquisição de áreas devolutas era um negócio dos mais rentáveis ao adquirente, ao especulador e principalmente ao Estado que, como se viu, teve nesse *negócio*, durante muito tempo, sua maior fonte de receita. Pudemos examinar, nos gráficos, o constante crescimento do volume de terras em mãos de particulares, bem como, uma visível concentração fundiária.

Não nos parece exagero dizer que a atividade pecuária comandou a concentração fundiária no ESMT, também a contar pelos resultados dos censos. Tal atividade parece-nos estar relacionada, em proporção inversa, ao crescimento proporcional menor da área correspondente às pequenas propriedades. O pequeno crescimento ano a ano da *superfície total* ocupada por estabelecimentos até 100 ha contrastava-se com o constante crescimento do *número* desses estabelecimentos (sítios, chácaras, propriedades de pequeno porte, enfim), o que resultava numa menor média de área por pequeno proprietário.

O estudo se preocupou em destacar algumas culturas agrícolas, algumas delas de subsistência, outras voltadas à mesa de uma população que cresce sem cessar em todo o país, em grande parte atraída pelas fábricas, nessa fase de crescente industrialização, geradora de forte demanda tanto de produtos da cesta básica como de matérias-primas – demanda essa a ser parcialmente satisfeita pelas novas regiões de fronteira agrícola, como essa que a pesquisa abordou. Ao mesmo tempo, se observou o fracasso da experiência com os cafezais no ESMT.

Afora isso, o mais significativo é a brutal diferença entre as áreas ocupadas com pastagens e aquelas voltadas às culturas agrícolas, de forma que, mesmo levando-se em consideração que a criação de gado, nos moldes da pecuária extensiva, necessita de maiores áreas, não se justifica tamanha disparidade.

Ao tratarmos das relações de trabalho na agropecuária, vimos uma re-alocação daquele contingente humano disperso após a estagnação da atividade ervateira, em trabalhos esporádicos de “limpeza” das proprie-

dades, sobretudo das grandes. Compuseram também essa população os nordestinos, seguidores da marcha pioneira. Porém, em geral, muito pobres para comprar terras. Esses trabalhadores passariam a ser conhecidos simplesmente por “peões”, definição usual para a pessoa que lida com gado, mas que se generalizou para todos os empregados por empreitada. Manejados de um lado para outro, seguiam os indivíduos até onde podiam encontrar trabalho que sustentasse a si e a sua família, já que os braços de seus dependentes também estavam, sob sua direção, à disposição no “mercado”.

Notamos também o elevado volume e o constante crescimento do trabalho familiar, envolvendo principalmente pequenos proprietários, mas também arrendatários, além de parceiros e, provavelmente, simples ocupantes.

O quadro sugere uma exploração continuada, estendida ao ambiente familiar.

Pensamos, enfim, ter deixado aqui nossa pequena contribuição aos estudos regionais, ao menos no sentido de suscitar novas pesquisas envolvendo elementos destacados nesse tempo-espço. Acreditamos ter levantado algumas questões pertinentes para a história, entretanto, pela relevância das situações encontradas, elas certamente merecem maior aprofundamento, o que esperamos ver em trabalhos futuros.

Por ora, nosso ofício se encerra...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos, folhetos, trabalhos acadêmicos

ALVES, Gilberto L. Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2. sem. 1984.

AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
_____. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina: UEL, 1997.

_____. Heródoto. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul – 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 445-518.

BIANCHINI, Odalécia C. Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000. 264 p.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. 1997. 2. v. Tese (Doutorado em história Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. Cuiabá: Gráfica Genus, 1991.

_____. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo: Scortecci, 2001.

BORGES, Maria Stela Lemos. Violência e peonagem em Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, 6, Dourados, out. 2002. *Anais...* Dourados: Associação Nacional de História. Núcleo de Mato Grosso do Sul; Campo Grande: Ed. UCDB, 2002. p. 113-129.

BRAND, Antonio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaionva/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) – PUC/RS, Porto Alegre.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. In: *Campo Grande: 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora. p. 27-62.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasil-Oeste, 1969.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá e seus objetivos geopolíticos no Extremo Oeste (1727-1752)*. 1998. 381 f. Tese (Doutorado em História) – FFLCH/USP, São Paulo.

CASAGRANDE, Roberto Antonio. *Igreja Católica e companhias colonizadoras na (re)ocupação da região oeste do estado do Paraná (1940 - 1970)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UEM/UEL, Londrina.

- CORRÊA FILHO, Virgílio. *À sombra dos berrões mattogrossenses*. São Paulo: Ed. São Paulo, 1925.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.
- _____. *Mato Grosso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *A fronteira na História Regional: o Sul de Mato Grosso (1870-1920)*. 1997. 327 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.
- CORRÊA, Valmir. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso – 1889-1943*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira; Revisão técnica José Augusto Drummond. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FABRINI, João E. *A posse da terra e o sem-terra no sul de Mato Grosso do Sul: o caso Itaquiraí*. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente.
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da travessia na luta pela terra*. Araraquara, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – FCL/UNESP.
- FIGUEIREDO, Alvanir de. *A presença geo-econômica da atividade ervateira*. 1968. 435 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) – F.F.C.L./UNESP, Presidente Prudente.
- _____. O extremo sul de Mato Grosso. In: *Guia de Excursões*. Organizado pela AGB de Presidente Prudente/SP, Presidente Prudente, 1972.
- FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Tradução Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 315 p.
- GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio-econômicas coloniais do Paraguai, século XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.
- GRAZIANO, José Francisco (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GRESSLER, Lori A., SWENSSON, Lauro J. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul*. destaque especial ao município de Dourados. Dourados, 1988.
- GUILLEN, Isabel C. Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 12, p. 148-168, abr. 1999. Disponível em: <http://www.redcapa.org/Downloads/esa12_guillen.pdf>.
- _____. *O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945)*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/UNICAMP, Campinas.
- A HISTÓRIA dos ervais sob a ótica dos trabalhadores rurais. Campo Grande: Arquivo Público Estadual, 2000. 206 p.
- HOLANDA, Sérgio B. de. *Monções*. 3 ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *O extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Cultura, 1986.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

- LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro dos anos 50. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6. n. 12, p. 47-64, mar./ago. 1986.
- _____. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986.
- _____. *Crise e mudança na frente oeste de colonização: o comércio colonial de Mato Grosso no contexto da mineração*. Cuiabá: UFMT, 1982.
- LINHARES, Maria Yedda. História agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 165-184.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *O cativo da terra*. 2. ed. São Paulo: LECH, 1981.
- MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH/USP, São Paulo.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)*. 1999. 243p. Dissertação (Mestrado em História) – FCL/UNESP, Assis.
- PANOSSO NETTO, Alexandre. *Gleba Celeste: colonização, agricultura e madeiras no norte de Mato Grosso*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- PEBAYLE, Raymond; KOEHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. *Espaço e Conjuntura*, São Paulo: USP, 1981.
- PETRONE, Pasquale. No Rio Paraná, de Porto Epitácio a Guairá (relatório de viagem). *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 27. p. 55-94, 1957.
- PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na construção histórica de Mato Grosso (1918-1956)*. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo.
- SABOYA, Vilma Eliza Trindade. A Lei de Terras (1850) e a política imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.
- SALDANHA, Athamaril. Capataz Caati. In: *Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul – 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986, p. 445-518.
- SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. 1992. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária) – FFLCH, USP, São Paulo.
- SOARES, Delvair; SILVA, Pedro Domingos da. *História de Iguatemi*. Campo Grande: Associação dos Novos Escritores de MS, 1991.
- SODRÉ, Nelson W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1941.
- SOUZA, Antonieta de Paula. Impressões de viagem ao longo do Rio Paraná. *Geografia – publicação trimestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, ano 2, n. 4, p. 30-41, 1936.
- SOUZA, João Batista de. *Mato Grosso, terra da promessa*. São Paulo, 1953.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e especulação fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Assis.
- VOLPATO, Luísa R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil – 1719-1819*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.
- _____. *Entradas e bandeiras*. 3. ed. São Paulo: Global, 1985.

WILCOX, Robert Wilton. *Cattle ranching on the Brazilian frontier: tradition and innovation in Mato Grosso, 1870-1940*. 1992. Tese (Doutorado em História) – New York University, Nova York.

Censos – Mato Grosso (IBGE)

CENSO AGRÍCOLA, 1950.
CENSO AGRÍCOLA, 1960.
CENSO AGROPECUÁRIO, 1970.
CENSO DEMOGRÁFICO 1950.
CENSO DEMOGRÁFICO 1960.
CENSO DEMOGRÁFICO 1970.

Documentos pertencentes ao acervo do Arquivo Nacional

Fundo da Comissão Especial de Revisão das Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras (CEFF). Listagem dos documentos identificados do Instituto Nacional do Mate. Rio de Janeiro, 1989. datilografado.

Outros documentos

COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI. *Condições geográficas e aspectos geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí*. São Paulo, 1955.

EMENTÁRIO da legislação estadual (1936-1950). Cuiabá, 1952.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 2.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 35.

INDICADOR das leis e decretos do Estado de Matto-Grosso (1890 a 1935): organizado por um funcionario do Thesouro do Estado. Cuiabá: Livraria e Papelaria União, [s.d.].

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Faixa de fronteiras: legislação, doutrina e jurisprudência*. Brasília, 2002. *Brasil-Oeste* [parte da coleção]. São Paulo: Ed. Brasil-Oeste. Anos 1960-1965.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. *Bacia hidrográfica do Rio Dourados – diagnóstico e implantação da rede básica de monitoramento da qualidade das águas*. Campo Grande, 2000.

Páginas da internet

<http://www.ms.gov.br/municipiolista.br>
<http://www.fea.usp.br/professores/zeeli>
www.ms.gov.br